



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

RAUL IÉ

**ESTADO-NAÇÃO E GOVERNABILIDADE POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU: uma
leitura decolonial**

JUIZ DE FORA

2023

RAUL IÉ

**ESTADO-NAÇÃO E GOVERNABILIDADE POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU: uma
leitura decolonial**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Cultura, Poder e Instituições.

Orientadora Dr^a. Christiane Jalles de Paula.

JUIZ DE FORA
2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

IÉ, Raul .
ESTADO-NAÇÃO E GOVERNABILIDADE POLÍTICA NA
GUINÉ-BISSAU: UMA LEITURA DECOLONIAL / Raul IÉ. -- 2023.
125 p.

Orientadora: Christiane Jalles DE PAULA
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz
de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2023.

I. Guiné-Bissau; Construção do Estado-nação; Colonialidade;
CEDEAO; Governabilidade.. I. DE PAULA, Christiane Jalles , orient.
II. Título.

Raul Ié

**ESTADO-NAÇÃO E GOVERNABILIDADE POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU: UMA LEITURA
DECOLONIAL**

Dissertação
apresentada ao
Programa de Pós-
graduação em
Ciências Sociais
da Universidade
Federal de Juiz de
Fora como requisito
parcial à obtenção do
título de Mestre em
Ciências Sociais.
Área de
concentração:
Cultura, Poder e
Instituições.

Aprovada em 31 de janeiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Christiane Jalles de Paula - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Jorge Gomes de Souza Chaloub
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a Gisele Silva Araújo
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Juiz de Fora, 17/01/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Christiane Jalles de Paula, Professor(a)**, em 31/01/2023, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JORGE GOMES DE SOUZA CHALOUB, Usuário Externo**, em 02/02/2023, às 09:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gisele Silva Araujo, Usuário Externo**, em 02/02/2023, às 13:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1115645** e o código CRC **5E9B15C9**.

Quero trazer à memória o que me pode dar
esperança (Lamentações 3:21).

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, a minha família, a minha orientadora, aos meus professores, à Capes e aos meus amigos, por terem contribuído para que o meu sonho de fazer mestrado se tornasse real.

RESUMO

Este trabalho objetivou discutir o estado-nação na Guiné-Bissau. É difícil destacar um momento exato do nascimento de uma nação, contudo, podemos discutir as características próprias da pré-modernidade e da modernidade, que estão relacionadas com o Estado-nação. Elucidamos que a estrutura da atual política global está construída e representada nessa sociedade que está coerentemente estruturada, euro-américa, moderna, patriarcal, machista, cristã, capitalista, hegemônica, dominada pela estrutura de poder imperial que ainda exerce a influência nos países pós-colonizados. Tomando como ponto de partida a formação do Estado-nação da Guiné-Bissau, apresentamos o papel da fronteira, as questões étnicas, o problema da língua guineense, das forças armadas, da sociedade civil, as histórias, as memórias e os mitos constitutivos do Estado guineense. Destacamos a reforma da Constituição em 1993, que fez muitas mudanças no funcionamento das instituições, inclusive a introdução do sistema semipresidencialista. Mostramos que essa reforma foi o início de uma nova fase no estado-nação na Guiné-Bissau, com a instituição da democracia. Detemo-nos neste momento a fim de realçar as soluções, os desafios e os dilemas enfrentados na Guiné-Bissau. A dissertação destaca a presidência de José Mario Vaz (2014-2019), que foi o primeiro chefe do Estado eleito que concluiu o mandato, embora tenha sido marcada por crise política. A fim de entender as razões que permitiram o cumprimento do mandato presidencial, este trabalho analisou a atuação da CEDEAO na Guiné-Bissau, defendendo que essa instituição teve papel de mediação que foi fundamental na resolução da crise política.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; construção do Estado-nação; colonialidade; CEDEAO; governabilidade.

NATION-STATE AND POLITICAL GOVERNANCE IN GUINEA-BISSAU: a decolonial reading

ABSTRACT

This work aimed to discuss the nation state in Guinea-Bissau. It is difficult to highlight an exact moment of the birth of a nation, however, we can discuss the characteristics of premodernity and modernity, which are related to the nation-state. We elucidate that the structure of the current global policy is built and represented in this society that is coherently structured, Euro-American, modern, patriarchal, sexist, Christian, capitalist, hegemonic, dominated by the imperial power structure that still exerts influence in post-colonized countries. Taking the formation of the Guinea-Bissau nation-state as a starting point, we present the role of the border, ethnic issues, the problem of the Guinean language, the armed forces, civil society, the histories, memories and constitutive myths of the Guinean State. We highlight the reform of the Constitution in 1993, which made many changes in the functioning of institutions, including the introduction of the semi-presidential system. We show that this reform was the beginning of a new phase in the nation-state in Guinea-Bissau, with the institution of democracy. We are currently detaining in order to highlight the solutions, challenges and dilemmas faced in Guinea-Bissau. The dissertation highlights the presidency of José Mario Vaz (2014-2019), who was the first elected head of state to complete the term, although it was marked by political crisis. In order to understand the reasons that allowed the presidential mandate to be complied with, this paper analyzed ECOWAS's actions in Guinea-Bissau, arguing that this institution played a mediating role that was fundamental in solving the political crisis.

Keywords: Guinea-Bissau; Nation-state building; coloniality; ECOWAS; governability.

ÉTAT-NATION ET GOUVERNANCE POLITIQUE EN GUINÉE-BISSAU: une lecture decoloniale

RÉSUMÉ

Ce travail visait à discuter de l'État-nation en Guinée-Bissau. Il est difficile de mettre en évidence un moment précis de la naissance d'une nation, cependant, on peut discuter des caractéristiques de la prémodernité et de la modernité, qui sont liées à l'État-nation. Nous elucidons que la structure de la politique mondiale actuelle est construite et représentée dans cette société qui est structurée de manière cohérente, euro-américaine, moderne, patriarcale, sexiste, chrétienne, capitaliste, hégémonique, dominée par la structure de pouvoir impériale qui exerce encore une influence dans les pays post-colonisés. En prenant comme point de départ la formation de l'État-nation de Guinée-Bissau, nous présentons le rôle de la frontière, les questions ethniques, le problème de la langue guinéenne, les forces armées, la société civile, les histoires, les mémoires et les mythes constitutifs de l'État guinéen. Nous soulignons la réforme de la Constitution en 1993, qui a apporté de nombreux changements dans le fonctionnement des institutions, y compris l'introduction du système semi-présidentiel. Nous montrons que cette réforme a marqué le début d'une nouvelle phase dans l'État-nation en Guinée-Bissau, avec l'institution de la démocratie. Nous sommes actuellement détenus afin de mettre en évidence les solutions, les défis et les dilemmes rencontrés en Guinée-Bissau. La thèse met en lumière la présidence de José Mario Vaz (2014-2019), qui a été le premier chef d'État élu à terminer le mandat, bien qu'il ait été marqué par une crise politique. Afin de comprendre les raisons qui ont permis l'accomplissement du mandat présidentiel, ce document

a analysé les actions de la CEDEAO en Guinée-Bissau, arguant que cette institution a joué un rôle de médiateur fondamental dans la résolution de la crise politique.

Mots clés: Guinée-Bissau; l'édification d'un État-nation; la colonialité; CEDEAO; gouvernabilité.

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Área de estudo no continente africano – (grifo em vermelho)	60
Figura 2 - Mapa dos países de língua guineense	61

LISTA DE SIGLAS

AD	Aliança Democrática
ANP	Assembleia Nacional Popular
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
CADEG	Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação
CEDEAO	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
BM	Banco Mundial
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DUDH	Declaração Universal dos Direitos do Homem
ECOMIB	Missão da Comunidade Econômica em Bissau
ECOMOG	Grupo de Acompanhamento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
FARP	Forças Armadas Revolucionárias do Povo
FDS	Frente Democrática e Social
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INDE	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação
MADEM	Movimento para Alternância Democrática
MISSANG	Missão Angola
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde
PCD	Partido da Convergência Democrática
PIDCP	Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos
PND	Partido Nova Democracia
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRS	Partido da Renovação Social
PUM	Partido União para a Mudança
RDC	República Democrática do Congo
RGB/MB	Resistência Guiné-Bissau/Movimento Bafatá
RSS	Reforma do Setor de Segurança
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
UA	União Africana

UE União Europeia
UEMOA União Económica e Monetária do Oeste Africano
UNIOGBIS Gabinete Integrado de Consolidação da Paz das Nações Unidas na Guiné-Bissau

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	LEITURA DECOLONIAL DA FORMAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU	22
1.1	COLONIALIDADE	26
1.2	COLONIALIDADE DO SER, DO SABER E DO PODER	31
1.3	A DECOLONIALIDADE	35
1.4	O CASO ESPECÍFICO DA GUINÉ-BISSAU.....	37
2	A CONSTRUÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU	41
2.1	O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU	44
2.2	A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NA GUINÉ-BISSAU ...	54
2.2.1	A língua guineense na formação da nação	59
2.2.2	As Forças Armadas da Guiné-Bissau na construção da nação	65
2.2.3	A sociedade civil guineense na construção do Estado-nação	67
2.2.4	História, memória e mito na constituição do Estado guineense	69
3	DESAFIOS E DILEMAS DA GOVERNABILIDADE POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU	72
3.1	PANORAMA GERAL DA POLÍTICA DA GUINÉ-BISSAU ENTRE 1994 E 2012	74
3.2	A ATUAÇÃO DA CEDEAO NA GUINÉ-BISSAU	81
3.3	GOVERNABILIDADE E DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU (as eleições de 2014)	84
3.4	A MESA REDONDA EM BRUXELAS – TERRA RANKA (um novo começo).....	93
3.5	CEDEAO COMO INTERVENIENTE POLÍTICO NA GUINÉ-BISSAU DURANTE A GOVERNABILIDADE DO PRESIDENTE VAZ	96
3.6	AS SANÇÕES APLICADAS PELA CEDEAO PARA DEFENDER A GOVERNABILIDADE	104
3.7	A GOVERNABILIDADE, A RECONVOCAÇÃO DO PARLAMENTO, A FUNDAÇÃO DO MADEM-G15 E AS ELEIÇÕES DE 2019	107
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
	REFERÊNCIAS	119

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve por objetivo analisar o Estado-nação da Guiné-Bissau, país que está situado na Costa Ocidental do continente africano, na região da África Subsaariana, entre a Guiné Conacri e o Senegal. Tem uma superfície territorial de 36.125 km². Durante séculos, grande parte desse país fazia parte do Reino de Kaabu e do império do Mali. A partir da década de 1440, os portugueses entraram no território de atual Guiné-Bissau como comerciantes, contudo, fixaram a colônia no Século XIX. Assim, permaneceram nesse país até a revolta dos guineenses, por meio da luta armada, sob a direção do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), que se iniciou em 1963 e culminou com a sua independência em 1973 (KOHL, 2011, p. 40; UNIOGBIS, 2020a, p. 10).

Em princípio, queremos elucidar que não foi o nosso objetivo nessa pesquisa discutir o que é Estado e o que é nação, como Estados-nações se formaram ao longo dos séculos, também não pretendemos usar os exemplos de algumas nações da Europa, que tinham muitas diversificadas linguísticas, várias moedas etc. No entanto, cada um usou sua estratégia para formar a nação, ou unificar as línguas, moedas e/ou organizar as cidades estados em nações.

Queremos destacar que estamos interessados em achar somente uma nação africana, que passou pela colônia e que depois da independência, construiu a nação e agora vive sem manifestações das crises. A nossa intenção é saber quais foram os procedimentos e os métodos adotados nessa construção. No início, parecia que era uma ilusão da nossa parte, ou seja, não existe um país dessa natureza na África que não tenha registrado um único momento crítico entre as tribos e/ou religiões ou ainda entre os políticos depois da sua independência.

A nossa imaginação de que, possivelmente, não existe uma nação africana que não tenha passado por manifestações das crises, baseou-se nas informações que já escutamos com frequência nos meios de comunicação sobre a África, o que nos levou a pensar que nenhum país desse continente vive a paz em suas diversas dimensões. Mas, ainda assim, decidimos fazer a pesquisa, vasculhando os textos tanto em língua portuguesa, quanto em língua francesa e inglesa.

Queremos ressaltar que a partir da nossa busca encontramos os primeiros textos que tratam da África do Sul, mas estava muito vivo na nossa lembrança de que a África do Sul passou por algumas crises, assim, persistimos com a nossa pesquisa e encontramos a produção de Miguel (2004), que faz a comparação entre o Quênia e a Tanzânia. Na nossa leitura mais aprofundada, percebemos que o autor estava destacando mais a estabilidade da Tanzânia do

que o Quênia. Foi assim que prosseguimos com a pesquisa sobre a Tanzânia, que não usou a modernidade ocidental na construção do Estado-nação.

É importante destacar que aqui na introdução usamos o exemplo da Tanzânia, contudo, a nossa intenção não é fazer uma comparação com a Guiné-Bissau, mas, sim, assegurar que é possível construir a nação sem se basear na modernidade europeia como a Tanzânia fez depois da independência. Ou seja, o exemplo da Tanzânia é outro caminho da formação do Estado-nação da África pós-colonial. Ficou claro que Tanzânia possui cinco vizinhos que já sofreram violentos conflitos: designadamente, Moçambique, Ruanda, Uganda, Burundi e República Democrática do Congo (RDC). O seu outro vizinho é o Quênia, que embora não tenha passado por conflitos militares, suas eleições foram violentas, marcadas por distúrbios tribais. Ainda observamos que Tanzânia difere de muitos países africanos na forma que formou o seu senso racional da identidade nacional, que tem sua origem na particularidade africana. O sucesso desse país é a partir de uma construção feita dentro da sua diversidade, uma cultura integradora e uma sensibilidade e amor a sua política (GREEN, 2013, p. 224).

São vários estudos feitos sobre a formação da nação tanzaniana e dentro delas destaca-se a contribuição de Mukwedeya (2016). Segundo ele, a Tanzânia deu início à formação da sua nação com base na Política do Socialismo e Autossuficiência do poder. No então momento, o país declarou como sistema político o Socialismo Africano. Agia na base da coletivização e prevenia a exploração econômica, o que contribuiu para que não houvesse uma polarização, pois nenhum grupo era favorecido e todos os cidadãos, juntamente, lutavam pelo desenvolvimento do país. Qualquer competição era feita dentro do único partido nacional, que orientava de forma passiva os sujeitos políticos dentro da maioria dos cidadãos. Depois da independência, Tanzânia reestruturou a sua identidade e não adotou a ideologia do bloco oriental como alguns países da África tinham feito e nem as ideias da modernidade euro-americana. Nessa construção da nação, a Tanzânia estruturou a sua própria estrutura ideológica, o que resultou no seu próprio socialismo.

Seguindo a mesma abordagem teórica da formação da nação tanzaniana, constatamos que foi feita uma reforma ímpar nas instituições governamentais locais, visando fortalecer os conselhos de aldeias, assim como os de distritos, ou seja, o governo não se apegou ao sistema que era erigido pelos colonizadores, que tinha como base as tribos locais. De outra forma, o governo destituiu os chefes rurais tradicionais e o direito tribal consuetudinário organizado pela colônia, porque são esses poderes que fomentam a divisão dentro de um país. Assim, a Tanzânia diminuiu a forte presença da etnia na vida pública do país (MIGUEL, 2004, p. 337).

Uma das características que pode ser destacada na Tanzânia era a do partido único. Alguns países africanos, também, tinham o partido único como o PAIGC da Guiné-Bissau, mas, no caso da Tanzânia, houve um esforço para fortalecer sua identidade nacional, assim, em primeiro lugar, o governo se dedicou a unir seus agricultores com o partido e, seu líder, Julius Nyerere, que não tinha opositor no então momento, e conseguiu implementar uma liderança excepcionalmente coesa e integrada (GREEN, 2013, p. 228). Embora o primeiro presidente do Quênia, Jomo Kenyatta, e Julius Nyerere tenham se inspirado na mesma filosofia política (pan-africanista e socialista), Nyerere usou o seu talento para minimizar a presença da filiação étnica na vida pública. Ao analisarmos a formação da nação tanzaniana, percebemos que Nyerere enfatizava somente uma única identidade nacional (MIGUEL, 2004, p. 337).

Contudo, Nyerere abandonou suas políticas de socialismo africano quando o mundo foi assolado com a crise na década de 1980. Assim, liberalizou o comércio e privatizou as empresas paraestatais esbanjadoras. Essa reforma trouxe mais benefícios para o país, pois houve maior investimento das empresas estrangeiras, também foi diminuída a percentagem das pessoas que viviam na base da pobreza e, igualmente, houve uma alteração relativa no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desde 1990 (GREEN, 2013, p. 229).

É verdade que Tanzânia declarou o Swahili como a língua nacional em 1967, possibilitando o seu uso nas escolas, nas mídias e em todas as instituições públicas. No momento, foi estabelecido um conselho nacional da língua, que articulava o seu uso em todos os lugares públicos. É fundamental esclarecer que na África Ocidental, o Swahili ou Kiswahili era uma simples língua africana originária da costa do Oceano Índico daquele continente e é neutra a todas as etnias. Desse modo, seu uso só contribuiu para a promoção da unidade. Para incentivar o uso dessa língua, o próprio presidente Nyerere traduziu todas as peças de Shakespeare para o Swahili (MUKWEDEYA, 2016, p. 10)

Também ficou claro que adotar uma nova língua nacional não foi estratégia política usada somente na Tanzânia, pois em 1955 Hailie Selassie, o imperador da Etiópia, declarou o amárico como língua nacional. Houve o mesmo processo em Somália, onde Siad Barre proclamou somali como a língua nacional. No caso da Guiné-Bissau, embora existisse o guineense (crioulo), que poderia ser usado como a língua nacional, nos parece que os líderes guineenses daquele momento não estavam muito interessados com uma língua oficial diferente do português. Em muitos países da África, houve tentativas de usar algo diferente da era colonial. Por exemplo, Mauritânia, em 1985, declarou Islã como uma única religião. Todavia, assim como uma única língua nacional não resolveu o problema da fragmentação

política e as guerras civis na Etiópia e na Somália, igualmente a única religião em Mauritânia não resolveu todas as questões políticas mauritanianas (MUKWEDEYA, 2016, p. 10; BANDYOPADHYAY; GREEN, 2013, p. 6).

A diferença entre a Tanzânia e esses países é que o seu líder, Nyerere usou o currículo escolar para comunicar a imagem e o espírito tanzaniano com os cidadãos, criando, então, um apego à nação. Está claro que o sistema educacional contribuiu muito nesse processo, facilitou na construção da identidade nacional, linguística e ideológica do país do Nyerere. Esse currículo da escola pública foi aplicado com o objetivo de enfatizar os valores, a história e cultura comuns da Tanzânia e para incutir nos alunos o verdadeiro senso da identidade nacional e pan-africana (MUKWEDEYA, 2016, p. 10).

Na opinião de Miguel (2004), após a independência, na década de 1960, existia uma disciplina padrão, na escola primária e secundária, que visava à educação política, cujo pré-requisito era a construção da nação e era testada em exames nacionais. Importa sublinhar que na década de 1970 se alguém pretendesse ser professor na Tanzânia deveria, primeiramente, servir na organização do serviço nacional paramilitar, para ser doutrinado em conformidade com as ideias do regime nacional. Sem exagero e nem equivoco, a Tanzânia é a única nação africana que procurou conscientemente modelar o sistema educacional que herdou da colônia. Já no Quênia, embora houvesse discurso sobre as mudanças curriculares da era colonial, esses discursos eram vagos, ou seja, nunca foram colocados na prática, o que resultou em senso de identidade nacional mais forte na Tanzânia do que no Quênia, isto é, em termos comparativos (MIGUEL, 2004, p. 336).

De fato, diferentemente dos líderes africanos, que estavam apegados à coleta de dados do censo étnico, Nyerere eliminou a coleta de censo nacional em categorias étnicas e religiosas e ainda, proibiu a pesquisa sobre etnias. Quando destituiu radicalmente a presença de grupos étnicos na vida pública, visava eliminar as forças que promovem divisões entre as etnias, e que estão sujeitos a causar, um dia, a desintegração e prejudicar o progresso da nação. Também para lidar com o pluralismo religioso, que poderia dificultar o avanço da formação da identidade nacional, o governo da Tanzânia procurou suavizar a importância da religião na vida das pessoas (MUKWEDEYA, 2016, pp. 10-1).

Green (2013) observa que foi desde 1967 que o governo da Tanzânia não faz censo religioso e étnico, somente fala que não existe diferença quantitativa entre muçulmano e cristãos no país. Sem dúvida, o censo étnico e religioso são instrumentos propícios para institucionalização da etnicidade, que cria espaço de produção fundamental para eclosão de violência política. Com essa política, a Tanzânia registra um espírito diferencial diante de

muitos países africanos. Foi feita uma pesquisa na região em 2001, visando saber a que grupo específico as pessoas pertencem: apenas 3% dos tanzanianos sabiam seus grupos étnicos, em comparação com 31% dos nigerianos, 40% dos malianos, 42% dos Sul-africanos e 62% dos namibianos.

Isto porque muitos países usam os censos étnicos como a base para a formação da nação e ignoraram a possibilidade da institucionalização da etnicidade por meio dos censos, para produzir o surto da violência política. Além da Tanzânia, que proibiu coletar dados do censo em conformidade com as linhas étnicas, Gana e Malawi usaram a mesma prática desde a década de 1960. Ainda em Gana, em 1972, o governo liderado por Acheampong eliminou a palavra “tribo” em atividades do governo. Percebemos que a República Centro-Africana, na tentativa de extinguir as forças divisórias entre as tribos, não coletou dados sobre etnia nos censos de 1961 e 1975. No que tange à Ruanda, faziam-se perguntas sobre a etnia nos questionários do censo, mas, depois do genocídio em 2002, não houve mais perguntas sobre etnias nos censos ruandês, igualmente, a partir de 2008, o Sudão do Sul também eliminou as perguntas sobre etnias e religião nos censos, visto que tinha sofrido diante das guerras tribais (BANDYOPADHYAY; GREEN, 2013, pp. 8-9).

No que se refere à constituição do Estado-nação guineense, sua discussão deve ter como ponto de partida a luta armada contra o colonialismo português, que tinha os guineenses como servos/escravos. É muito surpreendente saber que enquanto as outras potências europeias entregavam os países que estavam sob suas colônias na década de 1960, Portugal, que era despótico em casa e que usava o mesmo comportamento em suas colônias, não queria sair em nenhum território africano. Além do mais, diziam que suas colônias africanas são as províncias ultramarinas¹ portuguesas, mas isso é para se libertar do termo império português. Foi assim que o revolucionário Cabral, juntamente com os guerrilheiros do PAIGC, decidiu lutar pela independência do país (MACQUEEN, 2006, p. 36).

Ficou claro que houve momentos de sucesso e de fracasso, quando Amílcar Cabral começou o planejamento da revolução com o PAIGC, porém, este revolucionário continuou persistente. É fundamental frisar que ele é a personagem principal dessa luta, que começou a tratar com os trabalhadores em Bissau e nas outras cidades, visando pressionar o governo português para as negociações. Contudo, não houve sucesso. Mas, depois do massacre de

¹ De fato, o termo ultramar foi usado pela primeira vez pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freire. Assim, Portugal achou interessante o uso do termo para permanecer em países africanos que estavam sob sua dominação (MACQUEEN, 2006, p. 35).

Pindjiguiti², de 3 de agosto de 1959, Amílcar Cabral achou os motivos concretos para iniciar a luta de libertação nacional (FISTEIN, 2011, p. 449).

Importa esclarecer que a mobilização da massa foi feita na base da diversidade étnica dos nativos guineenses e com os nativos de Cabo Verde, como forma de alcançar os objetivos da luta. Houve momento em que o partido enfrentou uma crise, contudo, nessa luta amarga o próprio Cabral agiu para ter o controle do partido, realizando nos dias 13 a 17 de fevereiro de 1964 no Sul da Guiné-Bissau o 1º Congresso do PAIGC, hoje conhecido como Congresso de Cassacá de 1964. Foi nesse momento que dividiu as forças armadas em três frentes (Sul, Norte e Leste) e, assim, progrediu na luta (GOMES, 2010, p. 124; FISTEIN, 2011, p. 449).

É obvio que enquanto Portugal se enfraquecia, mas as suas forças ainda se encontrava na Guiné-Bissau, Cabral elaborou o discurso a ser proferido na independência, isto é, antes de ser assassinado. Mas, mesmo depois de ser assassinado, os seus sucessores persistiram até conseguirem essa independência. Enquanto isso, os próprios portugueses da metrópole (território português na Europa) não aguentavam mais os desperdícios com a guerra na África, isto é, a perda dos seus homens e de seus recursos econômicos e não só, mas também, começou a crise política em Portugal. Foi assim que a opinião pública anticolonial inspirou o golpe militar que desabou o antigo regime português em abril de 1974, fazendo com os portugueses saíssem das colônias de uma vez para sempre (MACQUEEN, 2006, p. 36).

Contudo, nessa saída, já que Portugal não tinha treinado os nativos da Guiné-Bissau para ocuparem os cargos em serviços público, houve muita dificuldade para que os próprios guineenses administrassem o país logo depois da independência. Assim, a autoridade guineense começou a enfrentar os problemas da administração, além do mais, o poder que já se concentrava em Bissau, fragilizou mais as relações que o governo tinha com os administradores locais (FORREST, 1993).

No que concerne aos desafios da construção da nação, ficou claro que o caminho, além de ser longo, é muito difícil de trilhar. Na segunda metade da década de 1980, a Guiné-Bissau privatizou as empresas públicas, também, se integrou na comunidade econômica internacional, onde começou a ter mais contacto com as agências muito influentes, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, uma vez que essas já exerciam influência em muitos países da África e a Guiné-Bissau, e ingressou nessa tendência. “Em 1989 o Banco Mundial aprovou um empréstimo de 22 milhões de dólares destinado ao governo da Guiné-

² Massacre de Pindjiguiti é uma resposta dos portugueses contra as manifestações dos trabalhadores portuários da antiga Guiné portuguesa, que resultou em 50 mortos e quase uma centena de feridos.

Bissau e no mesmo ano o FMI decidiu continuar a alargar o seu programa de financiamento de três anos iniciado em 1987” (FORREST, 1993, p. 81).

De modo geral, queremos elucidar que na Guiné-Bissau o povo tinha entendido que a transição do sistema do partido único, na década de 1990, para o multipartidarismo mudaria a situação do país, mas a experiência demonstra que todas as vezes que o partido no poder está vivendo um momento de crise entre os seus dirigentes, essa crise envolve todo o país. Esse fato sempre esteve claro com as crises dentro do PAIGC, mas as experiências do mandato do líder do Partido para Renovação Social (PRS), Komba Yalá, em 2000 a 2003, mostraram claramente que a crise de cada partido no mandato provocava crise em todo o país (KELLER 1995).

Importante frisar que durante a nossa pesquisa percebemos que a elite da Guiné-Bissau sempre se baseou na modernidade europeia para a formação do Estado-nação e na governabilidade política desse país, fato que nos levou a trazer a essa discussão a colonialidade e a governabilidade política na Guiné-Bissau. O conceito da colonialidade foi projetado por Aníbal Quijano, sociólogo peruano, e formulado por Walter D. Mignolo, semioticista argentino e por Nelson Maldonado-Torres. Quando Quijano introduziu o conceito da colonialidade, distinguiu os seus quatro elementos-chave, que são o controle de economia, o controle da autoridade, o controle do gênero e sexualidade e o controle do conhecimento e da subjetividade. Mignolo destacou a “diferença colonial” como fio condutor da colonialidade (NDLOVU-GATSHENI, 2015, p. 487).

A Colonialidade é nome usado para desmascarar os artifícios da modernidade que ainda impõe o controle, exploração e dominação disfarçada. Então, discutir a colonialidade hoje é certamente dizer que persiste o comportamento visto no colonialismo. Em outros termos, os países que eram dominados pelo colonialismo histórico ainda continuam a ser estruturados na base da modernidade europeia, que exerce uma interferência muito forte na organização do espaço e na composição do imaginário social do povo que tinha sido dominado durante o colonialismo histórico, o que abrange a sua linguagem, o seu pensamento, seus critérios morais/éticos e religioso (Ibidem).

No que diz respeito à governabilidade, trata-se do exercício do poder executivo que atua com regra numa sociedade política, de forma a possibilitar os resultados fundamentais da macroeconomia em suas instituições. Ademais, é a capacidade da operação do governo, “com prontidão e efetividade”, um critério da economia pública que dirige a opção de planos dos agentes privados que tipificam a governabilidade. A capacidade de governar, proveniente de vínculo de legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade civil, está relacionada ao

poder de decidir, primeiro entre agentes públicos e, conseqüentemente, atinge as situações problemáticas que requerem uma solução na arena privada (MONTEIRO, 2008 pp. 613-4). A governabilidade ainda pode ser vista como uma capacidade política de administrar, procede do vínculo de legitimidade do Estado juntamente com o seu governo com a sociedade. Quanto à governança, é a capacidade de gerenciar, em termos gerais, de um governo executar suas políticas (DE CARVALHO ARAÚJO, 2002, p. 8).

Diante do exposto, e por saber que os portugueses não queriam sair da ex-colônia e nem se preocupavam com a educação formal dos nativos guineenses, levantamos a seguinte questão: Quais foram os desafios enfrentados pela elite da Guiné-Bissau na formação do Estado-nação e a governabilidade política? Este trabalho justifica-se por tratar-se da construção do Estado-nação por um povo que começou a ter a consciência nacional no ano de 1911, quando resistiu à dominação portuguesa. Esse momento ficou conhecido por guerra de pacificação. Naquela ocasião, cada grupo étnico defendia somente a sua comunidade. É necessário elucidar que, na década de 1950, também houve outra reação, na qual o grupo dos pequenos burgueses urbanos, que criaram movimentos dos patrióticos guineenses, reivindicou a identidade guineense inibida pelos portugueses. O momento dessa reação ficou conhecido por “idade de ouro” (MONTEIRO, 2013, pp. 210-1).

Este trabalho está estruturado em três capítulos, além da introdução e da conclusão. O Capítulo 1º traz a abordagem sobre a colonialidade. Destacamos que o fim do colonialismo político não significa o fim da colônia epistêmica, ou seja, mesmo com a saída dos portugueses na Guiné-Bissau, estes ainda continuam a interferir na organização do espaço e no imaginário do povo guineense. Apresentamos alguns autores, como Césaire e Fanon, e muitos outros que entenderam que o colonialismo não se extinguiu e chamaram atenção dos nativos das ex-colônias para que fossem inteligentes e soubessem discernir as dimensões dessa prática. De fato, os homens brancos europeus acham que somente eles são detentores do conhecimento e do poder. Deve ficar claro que esse último foi instituído desde o momento em que a Europa estabeleceu o comércio triangular e, a partir daquele momento, ficou enraizado que quem escraviza é mais poderoso que o escravizado.

É fundamental elucidar que o termo colonialidade trata-se da permanência da colônia no âmbito epistêmico e a decolonialidade é “uma luta epistêmica” para se livrar do colonizador, melhor dizendo, denunciar a prática dessa colônia. Finalizamos esse capítulo com o caso específico da Guiné-Bissau, que continua a se colocar debaixo da cultura portuguesa, inclusive debaixo de suas leis e sistema político e educacional. Também nos

últimos anos a Guiné-Bissau está a enfrentar a questão da inferioridade da língua portuguesa diante dos países que falam a língua inglesa e francesa na sub-região.

No capítulo seguinte, procuramos analisar a construção da nação guineense, porém, antes de discutirmos especificamente sobre a Guiné-Bissau, destacamos o conceito do Estado, da nação e a necessidade de um Estado-nação facilitar a participação democrática e distribuir o controle do poder, também a importância de existir conjunto de características comuns, as quais fazem as pessoas pensarem e agirem de forma minimamente semelhante, para que a nação não seja fragilizada. Achamos fundamental destacar o momento em que o termo a construção da nação surgiu nos debates entre os politólogos e o local onde o mesmo foi discutido pela primeira vez.

Discutimos os desafios da construção do Estado-nação guineense, começando com a permanência dos portugueses na Guiné-Bissau até a reação dos guineenses dirigida por Cabral, o fundador do PAIGC (Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde). Ainda nesse capítulo, tratamos a questão da mobilização e fizemos uma exposição sobre a importância das fronteiras e a questão das etnias na construção da nação, pois foi na base da identidade étnica que Cabral iniciou a mobilização das massas, Balantas, Papeis, Mandingas etc.

Falamos sobre o problema da língua guineense (crioulo), que surgiu a partir da necessidade da comunicação entre o administrador português, o comerciante, o missionário cristão e os nativos da Guiné-Bissau, pois foi com essa língua guineense que as mobilizações foram feitas, bem como os comunicados de PAIGC durante a guerra. Salientamos a necessidade das forças armadas guineense na construção do Estado-nação. Essas forças armadas eram tidas como rebeldes no início da luta armada, mas foram elas que conseguiram a independência. Ainda discutimos sobre a sociedade civil guineense e concluímos esse segundo capítulo com as histórias, memórias e mitos na construção do Estado-nação guineense.

No último capítulo, intitulado Desafios e dilemas políticos na Guiné-Bissau, destacamos a governabilidade. Embora o nosso interesse seja com o mandato do presidente José Mário Vaz, iniciamos a nossa discussão com o panorama geral da situação política da Guiné-Bissau, desde 1994 até 2012, deixando claro que em 1994 houve as primeiras eleições presidenciais e legislativas. Além disso, discutimos a forma como aconteceram essas eleições e falamos sobre a guerra civil de 1998 a 1999, na qual Nino Vieira foi derrotado e se exilou em Portugal.

Discorreremos sobre as eleições de 1999/2000, na qual Kumba Yalá foi vitorioso, no entanto, deposto pelos militares em 2003. Apresentamos o caso das eleições de 2005, momento em que Nino Vieira voltou de exílio para a Guiné-Bissau, venceu essas eleições, mas foi assassinado em 2009. Nesse mesmo ano, foram feitas as eleições, nas quais Malam Bacai Sanhá foi vitorioso, mas faleceu antes de terminar o seu mandato. E em 2012 foram feitas as eleições em que Carlos Gomes Junior tinha a maioria e devia disputar com a segunda pessoa mais votada, Kumbá Yalá, no segundo turno, porém, houve o golpe militar antes desse segundo turno.

Ainda destacamos a atuação da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) como mediadora de conflitos na Guiné-Bissau, inclusive como ela deu assistência de diversas formas para que o país retomasse a governabilidade legítima com as eleições de 2014. Abordamos como foram essas eleições e quais foram os candidatos e os partidos políticos mais fortes e qual o partido que venceu nas legislativas e o candidato que venceu as presidenciais. Também discutimos a formação do governo e quais foram as causas que resultaram em briga entre o presidente e o primeiro ministro e a destituição do governo.

Apresentamos o cenário político do país durante os cinco anos do mandato do presidente Vaz, quais foram os primeiros-ministros empossados e demitidos durante esse período, os quinze deputados do PAIGC que recusaram votar o programa de Carlos Correia e as sanções a que foram submetidos. Também discutimos como a CEDEAO se dedicou na mediação do conflito que resultou no Acordo de Conacri. Igualmente destacamos o fechamento e a reabertura do Parlamento e abordamos as questões sobre a fundação do Movimento para Alternância Democrática (MADEM – G 15). Ainda tratamos o problema da realização das eleições presidenciais e legislativas em 2019 e 2020, quem venceu as eleições presidenciais e como formaram o governo. Outrossim, tratamos o assunto sobre a intervenção das forças da CEDEAO no país.

O trabalho é qualitativo, faz uso de fontes bibliográficas, documentos oficiais da Guiné-Bissau, relatórios da CEDEAO e das outras organizações internacionais (UNION AFRICAINE, UNIÃO EUROPEIA, UNIOGBIS), livros, artigos publicados em revistas e anais de congresso. Procuramos discutir a construção da nação e da governabilidade política da Guiné-Bissau e também entender o que sustenta a permanência da crise e como os chefes dos 15 estados pertencentes a CEDEAO medeiam os conflitos na Guiné-Bissau.

1 LEITURA DECOLONIAL DA FORMAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU

Este capítulo objetiva discutir a colonialidade na Guiné-Bissau desde a independência. Primeiramente, apresentamos a ação do Portugal, primeiro país a entrar na África e último a sair como colonizador nesse continente, isto é, depois de muitos séculos. Portugal, enquanto exercia o colonialismo imperial também estabelecia a colonialidade que foi integrada e aceita pelos guineenses como atitude normal, olhando para o português como o melhor em todos os âmbitos da vida. Apresentamos o conceito da colonialidade e suas três diferentes formas (ser, saber e poder) e em seguida, discutimos a decolonialidade. Por fim, apresentamos como esse país sofre na sub-região por causa de sua língua oficial que é português.

Entendemos, pois, que o período pós-colonial, como é conhecido, não trata de nada além de uma simples retirada do colonizador no território do colonizado. Em outros termos, fala-se de descolonização, contudo, as marcas do colonialismo ainda persistem nesses países que foram subjugados pela Europa, “construindo um vínculo”, ainda que subjetivo, mas que está enraizado e sustentado na relação colonizador/colonizado. Isso demonstra que a colonização é um comportamento enraizado nas sociedades que estenderam seus territórios imperiais para fora da Europa e também está profundamente registrado nas sociedades colonizadas (HALL, 2003, p. 108). A forma de se libertar desse comportamento do homem branco Europeu é olhar para o passado e lutar para resgatar os conhecimentos que eram produzidos antes das influências europeias, igualmente, e denunciar o preconceito em relação às raças, pois a denúncia é uma das formas de desconstruir o preconceito.

Olhando para Portugal que era o império, que instituiu suas províncias ultramaras na Guiné-Bissau, assim como em outros países da África, tinha adotado o sistema autoritário dentro da própria metrópole (Portugal que situa na Europa), e a mesma atitude ditatorial se estendeu para as suas províncias na África. Entretanto, mesmo com as divergências étnicas e diante de todos os artifícios do colonizador português para controlar a possibilidade de revoltas, ao mesmo tempo sua tranquilidade diante da imaginação de que era impossível as provinciais ultramarinas serem libertadas, foi iniciada a luta nesses países para a libertação nacional. No caso específico da Guiné-Bissau, para com a qual Portugal não tinha muito interesse, como já dissemos acima, é nesse território que a colônia portuguesa sofreu a maior perda de suas forças, o que suscitou um espírito de ódio contra os guineenses por muitos anos, enquanto durou a colônia epistêmica (KELLER, 1995, p. 164).

Vale salientar que quando se pretende posicionar-se diante da colonialidade é necessário, primeiramente, discernir a descolonização, a causa que formou o seu conteúdo e ações daqueles que sofreram a opressão, fatos horríveis que ainda possuem registros de suas histórias. Somente depois de compreender esses fatos poderemos entender os perigos da colonialidade e nos posicionar de forma correta. Para Fanon, “a descolonização é o encontro de duas forças congenitamente antagônicas que extraem sua originalidade precisamente dessa espécie de substantificação que segrega e alimenta a situação colônia” (FANON, 1968, p. 26). A descolonização possui como resposta a violência e o seu lado moderado se evidencia no monopólio do colonizado pelo colonizador.

O colonizador e o colonizado se conhecem, mas é o colonizador que predita as regras, que regula o comportamento e tudo o que diz respeito ao mundo do colonizado, e como se isso não bastasse, o colonizador ainda determina o que é certo e errado e explora o produto do sistema colonial. Está claro que em todos os lugares ocupados pelos colonizadores a finalidade era determinar um território específico onde exerce o seu controle, criar um contexto de receio como Portugal fazia com a população da Guiné-Bissau e elaborar as regras sociais que determinam a forma com a qual a comunidade colonizada deve agir.

As regras sociais que a colônia elabora possuem suas bases na determinação das fronteiras e hierarquias, distinções sociais e/ou culturais; suscitam confusão diante de propriedades dos colonizados; a classificação dos seres humanos em categorias diferentes; exploração dos recursos; enfim, a produção de uma cultura imaginária, que de fato não existe na realidade. Foi isso que produziu as diferentes classes entre as pessoas dentro do mesmo território e da mesma etnia. Este último foi feito com a finalidade de exercer a soberania. A soberania possui o sentido de ocupar e a ocupação possui o significado de afastar com desdém o nativo colonizado, para que ele possa viver em uma situação entre subjetividade e objetividade (MBEMBE, 2016, p. 135).

Portugal, como já elucidamos, foi a última colônia europeia a sair da África, embora a Zimbábue, colonizada pela Inglaterra, ainda estava sob o “regime colonial”. A ação da colônia em Zimbábue era diferente, com os maus-tratos que o povo sofria, assim como Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique, Angola e as ilhas de São Tomé e Príncipe sofreram perante os portugueses. A melhor forma de descrever a política colonial portuguesa é dizer a colônia da exploração de negligência. Os nativos dos países dessa colônia portuguesa eram obrigados a trabalhar como pessoas contratadas, e, dependendo da situação, esses nativos trabalhavam como escravos. Depois da Segunda Guerra Mundial, a colônia portuguesa mudou suas políticas em relação a Angola e Moçambique, porém, no que diz respeito a Guiné-

Bissau, as pessoas eram mantidas em condição de servos com pouca oportunidade ou quase nenhuma oportunidade (KELLER, 1995, p. 164). Considerando essa constatação:

O Estado colonial foi caracterizado por uma atitude discriminatória em relação ao povo da Guiné-Bissau. Mesmo cidadãos não desfrutavam de liberdades civis plenas, a participação política era restrita e a arena política dominada por organizações controladas pelo Estado (KOHL, 2011, p. 56).

Assim, contra o regime colonial somente restava a luta, como já havíamos destacado, visando substituir uma natureza de homens por outra natureza. A substituição somente pode ser na sua forma inteira, completa e sem restrições, desse modo, surgirá um novo Estado-nação que possui suas diretrizes econômicas e políticas e suas relações oficiais com os outros Estados. Sair da colonização é um fato. O próprio termo colonização desde cedo demonstra que se fundamenta nos fatos que seria, um dia, reivindicado pela pessoa colonizada (FANON, 1968, p. 25).

Com isso, vale destacar que a reivindicação da liberdade não é uma novidade, ou seja, a descolonização não poderia passar despercebida diante do colonizador, pois a colonização envolvia o ser colonizado, e se a reivindicação não for respondida de maneira pacífica, a ação do colonizado deve envolver o imperialista colonizador, como aconteceu com os portugueses na Guiné-Bissau. Foi a discriminação total na Guiné-Bissau e a ausência dos nativos desse país na política que constituíram a gravidade daquela colônia (KOHL, 2011, p. 56). A descolonização...

[...] Introduz no ser um ritmo próprio, transmitido por homens novos, uma nova linguagem, uma nova humanidade. A descolonização é, em verdade, criação de homens novos. [...] a "coisa" colonizada se faz no processo mesmo pelo qual se liberta (FANON, 1968, p. 26).

Para Maldonado-Torres (2007), a descolonização deve abranger ao menos a restauração ou a criação de um ambiente no qual os sujeitos estão organizados de forma simples, baseados no princípio da generosidade, dando e recebendo livremente. A disposição de sacrificar os próprios interesses em benefício de outrem dentro de uma sociedade demonstra que a desigualdade racial só produz desvantagem. Contudo, o que se requer numa sociedade é o equilíbrio entre homens e mulheres. Assim sendo, quando alguém agir de forma consciente em prol da descolonização, está agindo contra a subjugação de certas pessoas, pois todos precisam da liberdade e para esta existir, é necessário o amor, a ética, a justiça etc.

Esses elementos (amor, ética e justiça) não eram contemplados no passado, momento em que as ações imperiais visavam desintegrar os poderes locais, assim, colocavam militares e estabeleciam as novas formas de fiscalização, sob direção desses, nas comunidades colonizadas. Os territórios conquistados e incorporados ao império eram ocupados pelos

grupos de assessores, os quais agiam como os gerentes “dentro do Império, as populações vencidas obtinham um status que consagrava sua espoliação. Em configurações como essas, a violência constitui a forma original do direito, e a exceção proporciona a estrutura da soberania” (MBEMBE, 2016, p. 135).

É possível que a descolonização seja uma convicção tida pelas pessoas dominadas desde antiguidade, ou seja, a descolonização é tão antiga quanto a ideia da colonização, contudo, a tentativa de a colocar em prática somente começou a partir do século XX, pois nesse século ninguém podia evitar os confrontos críticos e as respostas contra agressões. Os confrontos eram fortes por causa das hierarquias raciais, também por causa de gêneros, homens e mulheres. Foi a modernidade europeia que potencializou a desigualdade e desenvolveu o racismo, conforme colonizavam e escravizavam populações que achavam inferiores. Observamos que a oposição à colonização e à escravidão já existia, mas somente abrangeu todas as populações no século XX (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 261).

Durante este estudo, ficou claro que a Europa começou a se enfraquecer diante dos países subordinados na África a partir da Segunda Guerra Mundial, pois muitos africanos foram chamados para os exércitos dos países colonizadores, onde desempenharam diversas funções, como cozinheiros, motoristas, criados e combatentes. Durante a guerra, os soldados nativos da África viram a fragilidade dos seus senhores europeus, que se autodenominavam de potenciais, os deusinhos que vivem na terra, homens invencíveis e autoconfiantes, e provaram ser tão humanos quanto os africanos que lutavam ao lado deles. No calor daquela batalha, onde estavam homens europeus, ricos e pobres, reinou um espírito profundo de medo e preocupação. Muitos africanos tinham mais conforto do que alguns soldados europeus, a experiência daquela guerra serviu de formação para os africanos e ampliou suas visões, pois os europeus também sentem o medo, como qualquer pessoa. A partir daquele momento, os africanos perceberam que eles mesmos podiam influenciar os seus destinos, se tivessem a disposição de agir contra a colônia, somente precisavam de um pouco de sacrifícios e lutar pela independência (KELLER, 1995, p. 158).

Keller (1995) também assevera que dois anos depois da Segunda Guerra Mundial, os africanos começaram a reclamar os direitos da educação formal. Estas reivindicações aconteceram mais nas áreas urbanas. As pessoas que se encontravam na cidade, por causa dos seus trabalhos e o que ganhavam a partir desses, tinham entendido que suas condições de vida poderiam melhorar, principalmente quando terminasse a Segunda Guerra Mundial. É claro que até no momento dessa Guerra Mundial, as escolas que se encontravam na África eram escolas dos missionários cristãos e a educação era exclusivamente de nível primário, isso

porque os europeus diziam que os africanos necessitavam tão-somente da educação básica e a habilidade de se comunicar na língua dos colonizadores. Uma educação avançada dos africanos pode provocar uma reação contra a colonização e isso era o que os países europeus não queriam que acontecesse (Ibidem).

E agora, será que não terminou a colônia? Pois bem, “terminou” o do imperialismo que exercia suas autoridades nos territórios colonizados, mas a colônia epistêmica que se instituiu no início do imperialismo ainda está presente. Mignolo (2017) apresenta três fatos dos quais os eventos globais porvir se desdobram hoje: - Todos sabem que os propósitos da modernidade ocidental não se cumpriram na sua totalidade, assim, os países envolvidos nesse projeto estão implicados numa luta que se situa na arena controlada pelo poder e pela economia. A primeira é a reocidentalização, que começou no período que Barack Obama era presidente dos EUA, quando pretenderam consertar os prejuízos causados por George W. Bush e Dick Cheney à autoridade estadunidense e do Ocidente. O segundo é a luta pela desocidentalização, feita pelos países das grandes economias emergentes (China, Brasil, Turquia, Singapura e Indonésia). Por último, temos a decolonialidade, que é uma proposta que possui como finalidade definir e fomentar a existência de uma sociedade globalizada em termos políticos, que não tem a pretensão de desocidentalizar nem a de reocidentalizar. Embora existam a ambivalência, diversidade, complexidade e imprevisibilidade da “realidade”, o importante é compreender como os três projetos se orientam na construção de futuros globais (MIGNOLO, 2017, p. 28).

1.1 COLONIALIDADE

Durante a colônia imperialista, os dominadores não somente introduziram uma forma de coerção, por meio da violência para com o povo subjugado, mas também criaram e desenvolveram a alienação cultural dos nativos onde instalaram a colônia, baseando-se na criação de diferentes classes sociais – as elites nativas e massas populares dentro da mesma sociedade. A partir dessa divisão, foram instituídas as diferenças. A elite nativa se tornou a “pequena burguesia” que habita na cidade, que se dedicou a imitar as atitudes do colonizador e, partindo disso, se considera superior. Para essa “pequena burguesia”, a cultura do colonizador era superior, assim, seus membros ignoraram a cultura das demais pessoas, foi a partir desse momento que a colonialidade começou a lançar as suas raízes. Esse grupo que se sentia intelectual e usufruía de distinção social contribuiu para a divisão, além de ter

desprezado a sua própria cultura, e também resistia à ideia da luta armada, iniciada pelo movimento revolucionário (CABRAL, 2011, p. 363).

É desnecessário dizer que mesmo depois da ida dos colonizadores o colonialismo continuou vivo. Césaire (1978) afirma que o colonialismo nunca morreu, pois há muitos exemplos que demonstram a existência do domínio tão forte e resistente quanto o ferro, por isso é importante conhecer os artifícios do colonialismo, que se manifesta de duas formas essenciais:

[...] o de um «regime de exploração desenfreada de imensas massas humanas, que tem a sua origem na violência e só se sustém pela violência», e o de uma «forma moderna de pilhagem». Sendo o genocídio a lógica normal, o colonialismo é portador de racismo (CÉSAIRE, 1978, pp. 6-7).

É a partir desse comportamento que colonialismo tira a civilização dos subjugados, isto é, o colonizador e o colonizado.

Vale destacar que os fundamentos da “modernidade, pós-modernidade e a altermodernidade” residem na história da Revolução Francesa. Enquanto que o clamor para despertar face a colonialidade se baseia na conferência de Bandung (uma cidade da ilha de Java, na Indonésia) que aconteceu em 1955, onde se reuniram os 29 países da África e da Ásia. A conferência tinha como objetivo achar os fundamentos e visão que se desprendessem tanto do capitalismo quanto do comunismo para o futuro dos países considerados como inferiores. Naquele momento, o que decidiram foi a “descolonização”, isto é, se libertarem dos padrões macroprojetados ocidentais. Seis anos depois, em 1961, houve outra conferência em Belgrado (capital da Sérvia, no sudeste da Europa), que era tipicamente semelhante à conferência que aconteceu em Bandung. Nessa conferência, além da representação africana e asiática, havia os latino-americanos, adicionando aos que já mencionamos, lembrando que foi nesse ano, 1961, que foi publicada a obra do Frantz Fanon, “Os condenados da terra”. Isso implica que a base política e epistêmica da decolonialidade possui 68 anos da existência (MIGNOLO, 2017, pp. 14-5).

Diante da colonialidade, o discurso da descolonização epistêmica precisa ser esclarecido com bases nos motivos que as provocam. Devemos saber identificar as novas formas da colonização. A própria colonização, mediante sua manutenção, forneceu os motivos para o diálogo com os colonizadores. Todos os motivos da colonialidade precisam ser entendidos como uma ação que faz convite ao diálogo, ou seja, não é uma imposição. A colonialidade e as suas expressões somente demonstram que deve existir um diálogo. A colonialidade visa construir um vínculo com a modernidade, que segue uma lógica individual/pessoal europeia; a colonialidade visa estimular a transmodernidade, conceito,

também, tido como um paradoxo decolonial, que faz convite ao diálogo como a colonialidade (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 261).

O convite para diálogo foi desenvolvido por muitos anos. Por exemplo, os jovens africanos que tinham ido estudar no exterior durante a guerra, como Jomo Kenyatta, do Quênia, e Kwame Nkrumah, de Gana, se reuniam para discutir a forma com que a África deveria se libertar da colônia. Igualmente, Amílcar Cabral, da Guiné-Bissau, e Agostinho Neto, de Angola, se reuniam em Portugal. Essas reuniões contribuíram bastante nas decisões tomadas para lutar pela independência³. Com certeza, o encontro mais famoso desses intelectuais africanos foi o Quito Congresso Pan-africano, que ocorreu depois da Segunda Guerra Mundial, em 1945, em Manchester, na Inglaterra, presidido pelo pan-africanista negro americano, W.E.B. Du Bois.

Esse congresso impactou mais por causa do momento exato em que aconteceu e, também, pelas resoluções adotadas, que eram evidentemente redigidas para condenar o colonialismo, independentemente do lugar onde existisse a colônia. Foi nesse momento que solicitaram também as reformas econômicas e sociais nas colônias. Ainda nesse congresso foi exigida a independência total da África Negra. É evidente que muitos líderes africanos dos movimentos nacionalistas participaram do congresso, incluindo Kenyatta e Nkrumah. A atividade política desses nacionalistas africanos acontecia, em sua maior parte, em Londres e Paris, e muito pouco na África (KELLER, 1995, p. 160).

Está claro também que o colonialismo como regime foi eliminado, no entanto, a forma que a cultura europeia, também conhecida como “ocidental” e as culturas que agora se apresentam como ela exercem a função da dominação colonial. Quijano (2007) afirma que não se trata somente da sujeição das culturas à ocidental, numa relação externa, mas significa, também, uma colonização dessas culturas que são dominadas pela ocidental, apesar de ser num vigor e profundidade diferentes. A prática consiste, primeiramente, em colonizar a imaginação dos povos dominados, melhor dizendo, funciona na natureza dessa imaginação, de uma ou outra forma, faz parte dessa imaginação para dominar os subordinados.

Está claro que o colonialismo histórico expressa um vínculo político e econômico no qual o poder de um povo ou de uma nação reside sobre o domínio de uma outra nação e, com isso, se transforma em um império. Porém, a colonialidade trata-se do poder que foi constituído durante a persistência desse colonialismo, gestada e gerada na base deste e que

³ Na luta, os jovens que tiveram a oportunidade de ter a educação formal causaram muitas influências internacionais para que os seus países pudessem se tornar independentes. Dentro dos seus próprios países usavam os nativos, classe trabalhadora nascente, governos locais e seus súditos, ex-soldados.

hoje em dia determina tipo de trabalho, tipo de cultura, relações intersubjetivas e produção de saberes que extrapolam os limites da gerencia da colônia. Desse modo, a colonialidade persiste, ainda depois do colonialismo. Ela se manifesta nos livros, na definição da cultura, na academia, no senso comum, na autovalorização dos povos e em muitos outros pontos de vistas sustentados pela modernidade. De qualquer forma, a colonialidade está presente o tempo todo e todos os dias com os sujeitos modernos (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 243).

Outro fato necessário apresentar é que no início o colonialismo era caracterizado pela ditadura e totalitarismo. Havia esquadrões da morte, polícias secretas, exército, milícias e grupos paramilitares nas colônias. O colonialismo estava além dos símbolos, crenças, imagens e ideias. Pegando as considerações teóricas sobre o colonialismo, percebemos que os colonizadores aproveitavam dos conhecimentos dos colonizados, principalmente em engenharia, agricultura, mineração, além dos produtos de trabalhos dos colonizados que eles tiravam. Também tinha repressão, baseada na forma de produzir conhecimentos, pontos de vistas, crenças, símbolos, imagens, formas de expressar os conhecimentos e imagem com referência ao sobrenatural e tratavam os saberes locais como conhecimento insignificantes à arena científica (QUIJANO, 2007, p. 169).

De fato, a imagem imposta pelos colonizadores era de base mistificada, possui certa forma de produzir conhecimento e significado idealizado pelo próprio colonizador. No início, essas formas de produzir conhecimentos foram colocadas fora do alcance do colonizado. Com o passar dos anos, decidiram instruir os colonizados, mas essa instrução era de forma parcial, com o objetivo de admitir algumas pessoas dominadas nas suas instituições. Foi assim que a cultura ocidental se tornou apaixonante. Auxilia na busca pelo poder. Enfim, não só a repressão, o instrumento fundamental do seu poder é a paixão. A cultura europeia se tornou interessante. Primeiramente, era a maneira de fazer parte do grupo, em seguida, se tornou a forma de alcançar os mesmos benefícios materiais, igualmente o poder dos europeus (Ibidem).

Seja como for, a colonialidade não deve ser entendida apenas como o resultado ou os resquícios de qualquer atitude da relação colonial. A colonialidade surgiu numa situação sócio-histórica particular, ou seja, de descoberta e conquistas das novas terras (América, África e Ásia). Foi nessas circunstâncias, com uma violenta ação colonial, que foi concebido o projeto mais propagado e almejado da história da humanidade, o capitalismo, uma das formas de construir maiores vínculos econômicos que já existiu, desenvolvido na forma de subjugar e dominar que são formas padrões para o controle colonial. A colonialidade trata-se,

sobretudo, dos dois eixos de poder que se tornaram fortes e que definiram a matriz das desigualdades, isto é, a diferença entre conquistadores e conquistados no sentido de raça (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 243).

No nosso entendimento, os europeus decidiram privar o povo africano de legalidade e reconhecimento na “ordem cultural global” que está sob o domínio dos padrões europeus. O primeiro relaciona-se à categoria do exótico (vive dentro do país onde nasceu, porém está fora do contexto especial desse país). O segundo relaciona-se à produção e às artes africanas, que nunca são comparadas com os trabalhos europeus, ou seja, os trabalhos dos artistas africanos nunca foram apresentados como equivalente às normas de produções europeia, o que podemos identificar como uma visão da colonialidade (QUIJANO, 2007, p. 170).

É importante frisar também que, ao longo dos séculos, o conceito de raça mudou muito, o que a raça não era até um pouco antes do século XVI passou a representar no século XIX, por meio de taxonomias, ou seja, ciência que classifica os seres vivos, fundamentada na “teoria biológica formal”. (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 244). Um constructo social, empregado para identificar as diferenças entre as pessoas em termos de uma ou mais marcas físicas. Então, o racismo cresceu mais no século XIX, bem como a discriminação, baseados nas diferenças existente entre os seres humanos.

Com certeza, o racismo científico e o próprio conceito de raça foram as atitudes mais claras expressadas em relação à essência das pessoas colonizadas e escravizadas na África e na América durante o século XVI. É preciso esclarecer ainda que no século XVI nasceu algo mais doloroso e sutil em relação à raça do que nos séculos anteriores. A partir do século XVI o comportamento foi caracterizado por uma suspeita que não se mudou mais (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 244). As discriminações aumentaram ainda mais no século XX, isto é, de forma epistêmica, como disse Willian Eduard Burghardt Du Bois: “a questão do Século XX é o problema da linha de cor – a relação entre as raças de homens mais escuros e mais claro na Ásia, África, América e nas Ilhas dos Mares” (DU BOIS, 2021, p. 47).

A colonialidade é entendida como desmantelamento dos vínculos que existe em relação à produção de conhecimento, ao poder e na estratificação, com base na superioridade de uma raça em relação à outra. Nas categorias e geopolíticas nasceram ou acharam as novas e mais influentes formas de se apresentar no período moderno/colonial. E, ainda, existe um esforço para trazer à essência nova interpretação que assegura, por um lado, uma visão silenciada dos fatos e, por outro, a ideologia imperial disfarçada de verdadeira interpretação dos acontecimentos na construção do mundo moderno (NDLOVU-GATSHENI, 2015, p. 488). É a partir disso que “os desafios do presente e do futuro consistem em poder imaginar e

construir uma vez que nos libertamos da matriz colonial de poder e nos lançamos ao vazio criador da vida plena e harmônica” (MIGNOLO, 2017, p. 31).

1.2 COLONIALIDADE DO SER, DO SABER E DO PODER

O enigma da pele negra apareceu como ponto de partida para estratificação racial cheio de radicalidade. Partindo dessa classificação das pessoas em termos de raças, também surgiram as reflexões sobre a colonialidade do Ser. Para Maldonado-Torres (2007), se o foco de Heidegger no Ser exigia pensar sobre as atitudes e a existencialidade do *Dasein* (que tem a noção de si mesmo e de tudo o que está ao seu redor), a reflexão sobre a colonialidade do Ser requer o esclarecimento dos “traços existenciais” essenciais do negro e da pessoa dominada.

Queremos esclarecer que durante esta pesquisa percebemos que existem muitos africanos que reagiram diante da colonialidade do Ser, como Oa (2015) e Ndlovu-Gatsheni (2015), os quais afirmaram que essa colonialidade discute os problemas pertencentes à construção das subjetividades modernas e às questões relacionadas ao estudo do Ser. Estes pesquisadores decoloniais africanos se envolveram com as questões dessa colonialidade e a atribuíram designação, como “Personalidade Africana”, “Negritude” entre várias outras, visando restaurar a natureza ontológica ignorada, igualmente resgatar o orgulho e autoconfiança, tanto da “Personalidade Africana” assim como da “Negritude”. São ideias formuladas, desenvolvidas com o esforço desses pesquisadores durante a tentativa de produzir lógicas dentro de um contexto de “colonialismo desumanizante”. A produção sobre a colonialidade do ser é fundamental, pois auxilia na busca tanto pela humanidade africana, que foi interrogada, quanto dos procedimentos que contribuíram para a “mercantilização”, “objetificação”, “coisificação” dos africanos. Um dos fatores que fez a luta durar na África está relacionado com a resistência à objetificação e negação da humanidade plena dos negros em escala mundial. Hoje, os negros agem para restabelecer a subjetividade perdida e, evidentemente, a cidadania e, não só, mas também, para responder às questões que estão vinculadas com o Ser (OA, 2015, p. 33; NDLOVU-GATSHENI, 2015, p. 490).

Em busca de uma elucidação sobre as diversas formas da colonialidade, percebemos que as primeiras expressões da colonialidade do Ser são a invisibilidade e a desumanização. Essa colonialidade aponta para os fatos que geram os limites do Ser; é como o ato da exclusão do Ser. A colonialidade do Ser refere-se não apenas à redução da pessoa à totalidade do conceito ou a qualquer área que o significado for atribuído, mas à colocação das formas que distingue os seres humanos até o ponto em que outra personalidade se torna um subalterno

(MALDONADO-TORRES, 2007, p. 257). A colonialidade do Ser surge em projetos históricos e ideias de civilização que avançam em imaginações coloniais de vários tipos de inspirações e são legitimados pela ideia de raça. A colonialidade do Ser é, desse modo, coextensiva à produção da linha-de-cor em suas diferentes expressões e dimensões. A colonialidade do Ser produz a diferença colonial ontológica, desdobrando uma série de características reais, fundamentais e realidades simbólicas.

Desde a conferência de Bandung, os negros perceberam que a inferioridade a que foram atribuídos durante os séculos é uma simulação idealizada para os subjugar, assim, se não quiserem ser subjogados nem serem tidos como pessoas de “má sorte”, que nasceram em um continente tido como inferior, então devem se desprender desse pensamento. O sentido de desprender, nesse caso, é não conformar com o que os dominadores lhes atribuem. “Não pode evitá-las, mas ao mesmo tempo não quer obedecer. Habita a fronteira, sente na fronteira e pensa na fronteira no processo de desprender-se e resubjetivar-se” (MIGNOLO, 2017, p. 19).

As narrativas de Mignolo (2021) especificam que as palavras decolonialidade, “globalização” e “cosmopolitismo” surgiram no início da década de 1990, esses dois últimos ganharam espaço, contudo, a colonialidade não ganhou a mesma dimensão. Isto porque surgiu em espanhol e no “terceiro mundo”. A colonialidade não foi integrada por dois motivos – a língua da qual ela surgiu e o local da sua origem, que está subjogado pelo regime da modernidade. De fato, a modernidade estabeleceu os padrões de debates globais e os requisitos para integração dos conhecimentos nos debates. Nesse caso particular, os conhecimentos devem surgir especificamente em inglês, francês e alemão. Essa narrativa sobre a colonialidade ilustra como o conhecimento atua, igualmente como ela descaracteriza o nosso entendimento sobre a globalização. Existe motivos para compreender por que a colonialidade não foi recepcionada como a globalização e o cosmopolitismo. Esses motivos têm tudo a ver com a “colonialidade do Saber”. Mignolo afirma que devemos acreditar que não houve a recepção da colonialidade, principalmente por causa da colonialidade do Saber, que exige a globalização. Essa colonialidade baseia-se na globalização expansiva do conhecimento desde o século XVI (MIGNOLO, 2021, p. 4).

É importante frisar que a colonialidade do Conhecimento visa mostrar os problemas epistemológicos, a política de produção de conhecimento, assim como questões de quem produz determinado conhecimento e determinado o objetivo. A colonialidade do Saber é indispensável no sentido de conclamar os pesquisadores decoloniais a analisarem a maneira com que os saberes endógenos e indígenas foram impelidos à margem da discussão acadêmica, sendo vistos como cultura popular e superstições. Para o mundo ocidental, a

África não possui o conhecimento que possa contribuir para o avanço da ciência (OA, 2015, p. 33; NDLOVU-GATSHENI, 2015, p. 490).

De fato, destituíram os saberes locais no pleno momento que estavam construindo a ideia da Civilização Ocidental. Esta se constituiu em plataforma mestra do conhecimento e do modo de conhecer. Contrariamente a todas as outras civilizações que existiam, a Civilização Ocidental destruiu todas as Civilizações para existir como a conhecemos atualmente. Mignolo (2021) afirma que a Civilização Ocidental possui apenas 700 anos (1300-2000), assim é a mais jovem de todas as civilizações reputadas no mundo. Da mesma forma, a modernidade e a globalização são muito jovens, 1500-2000. No que diz respeito ao renascimento europeu, durou somente 200 anos (1300-1500), um fenômeno regional europeu que se tornou a primeira civilização daquele continente e que agrediu todas as demais civilizações e, ainda, convenceu muitos inventores de que todas as Civilizações do então período estavam a caminhar para trás, somente a europeia avançava.

Em relação à colonialidade do poder, Aníbal Quijano explica que foi idealizada na América em conjunto com a Europa Ocidental e possui a natureza social da “raça” como alicerce e fortalece a ideia de separar os indivíduos com características econômicas, sociais e educacionais diferentes, isto é, dos colonizados e colonizadores. Diversamente de todas as outras experiências que o colonialismo tinha no passado, as velhas concepções de superioridade dos colonizadores e a inferioridade dos colonizados, de que era sustentado no colonialismo europeu, foram portadas em uma relação de superior e inferior biológica e de modo estrutural (QUIJANO, 2007, p. 171).

A contribuição de Mignolo (2020) também impressiona, quando elucida que foi a partir do conjunto de relações comerciais coordenadas por países europeus entre as metrópoles e os vários domínios dos países africanos ditos ultramarinos que a escravidão se tornou sinônimo de negritude. É preciso reforçar que essa visão não é uma história que se relaciona com colonialismo, mas com a colonialidade. É igualmente uma narração dos acontecimentos colonial diante da coerção preparada que hoje é exercida pela colonialidade de poder. O que o mundo moderno/colonial imaginava (sem que haja a mínima possibilidade de existir) surgiu da complexa articulação de forças, de vozes, de memórias compactadas ou fraturadas etc. (MIGNOLO, 2020, p. 28).

Ora, a ideia da colonialidade do poder foi desenvolvida pelo Aníbal Quijano. Este sociólogo peruano começou suas investigações partindo das discussões lançadas sobre o índio, se este tinha alma ou não, e também a partir das novas identidades produzidas no contexto da colonização europeia: “europeu, branco, índio, negro e mestiço”. Uma

particularidade desses tipos de grupos específicos e hierárquicos é que o vínculo que existe entre os sujeitos não é horizontal, mas, sim, vertical, melhor dizendo, existem identidades que se fazem de superiores diante das outras. Essa superioridade possui como ponto de vista o grau de humanidade, do qual foi outorgada essa identidade. De acordo com o que pregam “quanto mais leve a pele de uma pessoa, mais próxima da humanidade plena está”, e vice-versa (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 244). Essa visão foi passada conforme os dominadores e assumiu o papel de mapear o mundo, assim, a ideia passou a ser tida como uma lógica. Foi assim que a colonialidade global iniciou.

É importante frisar que foi o processo da eurocentrificação, uma nova potência mundial, que fomentou a ideia e critério “racial” para classificação social da população de todos os países. Primeiramente, foram feitas as novas formas de classificar as pessoas com base no grupo social fornecido em todo o mundo: “brancos”, “azeitonas”, “índios”, “negros”, “amarelos”. Foi usado o conjunto das características distintivas e particulares de cada povo como expressão externa de identidade “racial”. A partir daquele momento, forneceram as novas identidades geoculturais: asiática, africana, americana e europeia, e com o passar de tempo forneceram a da Oceania. Ao longo da dominação do mundo colonial europeu, a distribuição do trabalho foi de acordo com sistema capitalista mundial – comerciantes independentes e escravos e servos; camponeses assalariados e independentes – sua organização possui como base as mesmas ideias “raciais” de classificação social de modo global, com todas as implicações para os processos de nacionalização de sociedades e dos Estados (QUIJANO, 2007, p. 171).

A partir da nossa leitura, percebemos que a ideia da colonialidade do poder permite que as pessoas que sofreram a dominação ao longo do colonialismo político possam agora compreender como a estrutura do poder da época colonial se relaciona com a produção do conhecimento hoje em dia. E isso deixa claro que a colonialidade do poder possui toda relação com o ser e com a colonialidade do conhecimento, que trata especificamente da colonialidade epistêmica dos povos que habitam a margem de Ocidente por meio de processos de deslocamento, disciplina e demolição de seus saberes (NDLOVU, 2013, p. 6). A colonialidade do poder possui suas bases na classificação social “racial”, realizada pelo mundo ocidental. Contudo, não se limita nas questões da estratificação social. Ela atravessou as instâncias básicas do poder mundial domínio/moderno capitalista eurocentrado, para se tornar a pedra angular da colonialidade do poder (QUIJANO, 2007, p. 171).

Devemos elucidar também que no momento que fortalecia a dominação europeia formava-se o complexo cultural denominado de modernidade/racional europeia. A relação

entre as raças foi fragilizada pelo poder colonial formalizado pelo Ocidente. Por outro lado, a produção do conhecimento europeu foi tida como modelo padrão universal. Este encontro entre colonialidade e a criação da racionalidade/modernidade não foi de modo algum aleatório, como mostra o padrão europeu do conhecimento racional, foi elaborado. Na verdade, a colonialidade do poder teve consequências categóricas na formação do paradigma, harmonizadas com o advento das relações sociais urbanas e capitalistas, que, por seu turno, somente podem ser explicadas a partir do colonialismo e da colonialidade, principalmente no que concerne à América Latina. O conceito decisivo da colonialidade na formação do paradigma europeu de modernidade/racionalidade patenteia-se evidentemente na própria crise do complexo cultural (Ibidem).

A partir dessa discussão, ficou claro que a colonialidade do poder auxilia na compreensão da forma com a qual a atual política global foi construída e representada nessa sociedade, que está coerentemente estruturada, euro-americanizada, moderna, patriarcal, machista, cristã, capitalista, heteronormativa, hegemônica, dominadora, com estrutura de poder imperial. A ideia da colonialidade de poder nos possibilita refletir sobre o mundo bipartidário em relação ao Ser. O mundo onde o poder foi estruturado de forma global e moderna, vinculado ao “Não-Ser”. O mundo elaborado que foi a base da escravidão e a comunidade de vítimas do imperialismo e apartheid. O mundo em que se usa monopólio da distinção (OA, 2015, p. 32; NDLOVU-GATSHENI, 2015, p. 489).

Aníbal Quijano afirma que devido a dominação ocidental, todos os países que possuem um grupo de indivíduos que constituem uma minoria estão a sofrer a discriminação perante a relação do poder “racistas/eticistas”, não possuem a forma de sair da “periferia colonial”, visto que a rivalidade pelo “avanço” detém esse desenvolvimento. E os países que adotaram a política do “centro” ou que estão marchando ao centro são países cujas sociedades não possuem vínculos coloniais, posto que, evidentemente, não tinham sido dominadas pela Europa, em termos de colonialismo (Japão, Taiwan, China), ou não fazem parte dos países onde as pessoas dominadas eram, no início, pequenas minorias, como os “negros”, quando os Estados Unidos da América do Norte começou a ser formado (QUIJANO, 2015, p. 375).

1.3 A DECOLONIALIDADE

Primeiramente, reconhecemos que quando estamos a falar da colonialidade, já estamos, evidentemente a falar da decolonialidade (MIGNOLO, 2007). Contudo, aqui preferimos fazer uma seção exclusivamente sobre a decolonialidade, com o objetivo de

destacar a sua particularidade, que visa denunciar o que as antigas colônias estão fazendo com os demais povos no pleno século XXI. A decolonialidade é diferente com a doutrina contrária à exploração colonialista, conhecido por anticolonialismo, que reinou no século XX.

A resistência ao colonialismo como regime econômico foi, em grande parte, uma ação da elite, que chamou camponeses e outros profissionais, como militares, para uma luta de libertação nacional. Mas as guerras contra o colonialismo africano do século XX não resultaram na extinção genuína “da colônia” nem estão marcadas com o fim do colonialismo epistêmico, o que constituiu uma situação complexa que os teóricos chamam de “a pós-colônia”, “neocolonizado” etc. De fato, a colonialidade se efetivou no preciso momento em que a escravatura, o colonialismo e o imperialismo estavam sendo lançados. Ela se efetivou como resistência, pensamento e ação (NDLOVU-GATSHENI, 2015, p. 488).

Para Mignolo (2007), a decolonialidade tem sua origem na fratura do marxismo em sua relação com as heranças coloniais nos Andes, harmonizadas por José Carlos Mariátegui; na crítica e ativismo decolonial de Mahatma Gandhi; nas mudanças políticas e epistemológicas radicais de Amílcar Cabral, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Rigoberta Menchú, Gloria Anzaldúa, e muitos outros. A mudança decolonial, em outros termos, é uma ideia de desvinculação, enquanto que denunciar a colonialidade é um projeto de transformação acadêmica dentro da academia.

Analisando o comportamento dos dominadores e a reação dos revolucionários previamente citados, percebemos que a decolonialidade convoca um coquetel de projetos para gerar uma insurreição à liberdade de pensamentos, a partir dos críticos que emergem nos territórios dos ex-colonizados, como na América Latina, Caribe, Ásia, Oriente Médio e África, procurando fortalecer a posição dos povos ex-colonizados dentro do sistema mundial eurocêntrico, capitalista, cristão-cêntrico, patriarcal, coerentemente hierarquizado e modernizado desde século XV (NDLOVU-GATSHENI, 2015, p. 489).

Queremos elucidar que a decolonialidade não visa descartar todas ideias e imagens produzidas pela modernidade europeia, pois estas ideias e imagens são conhecimento que devem ser usados. O que precisamos fazer é nos desprender da sujeição do mundo ocidental e, também, produzir conhecimentos que comunicam a existência das armadilhas da modernidade que pretendem subordinar de forma epistêmica o povo tido como inferior, melhor dizendo, é necessário denunciar a racionalidade/modernidade europeia (QUIJANO, 2007, p. 177).

A decolonialidade visa desmascarar, pôr à vista e expor a colonialidade como partícula posta pela modernidade, com intuito de subjugar de forma epistêmica. Este elemento da modernidade é uma teoria intelectual, bem como projeto político, que busca separar partes

do mundo ex-colonizado. A diferença da decolonialidade com as outras teorias sociais críticas discutidas na academia é seu lugar de origem – que está fora da Europa. A decolonialidade pode ser mais bem entendida como uma epistemologia redentora e libertadora, que busca se desprender da opressão universal abstrata. A decolonialidade confirma as guerras em curso contra a permanência da desumanidade epistêmica do sujeito que estava sob a opressão do colonialismo político, a base do despotismo da modernidade (NDLOVU-GATSHENI, 2015, p. 489).

1.4 O CASO ESPECÍFICO DA GUINÉ-BISSAU

Ao discutir as questões da colonialidade, achamos necessário destacar novamente o momento em que os portugueses chegaram na Guiné-Bissau, isto é, na década de 1440. Portugal, um pequeno Estado europeu, foi a primeira potência desse continente a instituir um comportamento colonial na África, a partir da década de 1460, mas depois de muitos anos enfrentou várias “guerras de pacificação” com os franceses e ingleses, para ter o acesso ao interior do país. Portugal determinou as fronteiras da Guiné-Bissau a partir dos anos de 1880 e foi o último Estado a sair do colonialismo político da África, o que aconteceu somente em 1974/5 (FISTEIN, 2011).

Durante o colonialismo político, houve resistência das tribos da Guiné-Bissau, mas essa resistência era feita de forma individual, ou seja, cada tribo se limitava a se defender, ademais, não existiam meios e munições para enfrentamento de Portugal, como aconteceu com o movimento revolucionário liderado por Cabral, para se libertar da opressão. É preciso esclarecer ainda que libertar-se da opressão não se restringe somente em termos político, mas também epistêmicos, como discorreremos desde o início desse capítulo. É necessário recusar qualquer manipulação, como se pode observar no entendimento de Cabral:

Um povo que se liberta do domínio estrangeiro não será culturalmente livre a não ser que, sem complexos e sem subestimar a importância dos contributos positivos da cultura do opressor e de outras culturas, retome os caminhos ascendentes da sua própria cultura (CABRAL, 2011, p. 361).

Aproveitamos esse momento para esclarecer que quando o país estava sob administração dos portugueses, a falta constante de fundos, poucas circulações de transportes em todo o território e a falta de diversos meios de comunicações, perverteram os responsáveis pela administração e criaram um ambiente de frieza, impassibilidade e corrupção moral – de tal modo que vários funcionários foram vencidos pela tentação de “má prática fiscal”. É verdade que naquele momento dentro da Guiné Portuguesa quase não se conseguia distinguir

arena pública e privada, pois todos estavam juntos, soldados, administradores, funcionários de alfândega, comerciantes, então os governadores se tornaram muito ricos. O lucro pessoal chamava muita atenção dos governadores da Guiné Portuguesa, melhor dizendo, o lucro pessoal era um lema de todos os funcionários dessa província ultramarina (FISTEIN, 2011, p. 447-8). Agora a mesma prática é vista como normal, começando entre aqueles que lutaram pela independência, e assumiram os cargos da função pública, os quais se beneficiaram da corrupção herdada dos portugueses, visto que queriam ter a vida do português e a cultura do português. Na medida que o tempo vai se passando, essa má experiência da administração, digamos corrupção ao extremo, foi passada para a nova geração que os substituiu.

A pior coisa que se pode observar a partir do século XXI nesse país são os aspectos econômicos, que chamaram a atenção das elites da Guiné-Bissau e organizações internacionais, que continuam a sustentar a crise no país. Muitas organizações internacionais e países que se fazem de amigos criam uma relação com as facções das elites guineense, com a intenção de conseguir a licença, a fim de poder explorar os recursos naturais nesse território. Como está claro que as elites da Guiné-Bissau lutam para conseguir controlar o Estado e se usufruir dos recursos, os atores externos que “se apresentam como amigos do país” tentam defender essas facções das elites, pois, relacionar com um estado frágil, cheio de vigaristas, facilita esses atores externos a estabelecer os pactos comerciais enquanto o país está se prejudicando (UNIOGBIS, 2022a).

Também é verdade que o legado do colonialismo – a destruição da cultura do país, a exploração econômica e a falta da educação do povo guineense – propiciou um ambiente em que os cidadãos guineenses não conseguem responsabilizar os dirigentes do país de todos os problemas que estão a afetar esse Estado e como esses corruptos sabem muito bem que nunca serão sancionados, aproveitam dessa fragilidade do povo. A traição à confiança do povo começou logo depois da independência, conseqüentemente, a desonra da confiança é de nível tal que o país não consegue se reerguer, pois cada sucessor usa seu poder para enriquecer e silenciar a população, enquanto faz o que julga ser necessário para permanecer no poder (FISTEIN, 2011, p. 444).

No contexto guineense, seja homem, branco, europeu e cristão sempre se apresenta como superior, e isso acontece desde antes da independência e persiste até hoje. A Europa, de modo geral, e Portugal, particularmente, produzem o padrão do comportamento que o guineense adota, a cultura portuguesa continua a ser modelo para o povo guineense. As leis portuguesas ainda são usadas na Guiné-Bissau. Como prova disso, a Constituição foi

idealizada no modelo português, o sistema semipresidencialista guineense se baseou no semipresidencialismo português.

Mas, queremos destacar um outro problema, pois, nos últimos anos, na Guiné-Bissau é fácil perceber a questão que Mignolo (2021) levantou quando disse que a decolonialidade não ganhou a mesma dimensão da “globalização” e “cosmopolitismo” por causa do seu lugar de origem e da língua da qual ela surgiu, o espanhol. Da mesma forma, a Guiné-Bissau enfrenta as dificuldades com a língua portuguesa na sub-região. Agora muitas instituições públicas recebem o financiamento do Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), mas são essas mesmas entidades financiadoras que elaboram os editais de concurso para o ingresso nas Instituições Públicas da Guiné-Bissau, estipulam, entre outros critérios de processo seletivo, que o concorrente deve ter, no mínimo, o nível de mestrado, ter conhecimento em língua francesa e/ou inglesa e ter experiência de trabalho nas instituições da sub-região, de no mínimo 10 anos. Mas, como os guineenses não foram colonizados pela França e nem pela Inglaterra, têm pouca chance de passar concorrendo com as pessoas oriundas de países da sub-região, que falam o inglês e francês, quer o guineense possuísse o doutorado em Portugal ou Brasil.

Tudo isso é feito em nome da integração regional. Mas, ao nosso ver, essas organizações internacionais integram o país e desintegram a população, pois as vagas de algumas Instituições Públicas estão sendo ocupadas pelo senegalês, costa-marfinês, camaronês etc. Sobre tais fatos, é lamentável que não fizemos críticas nem questionamentos: por que os cidadãos de outras nações estão ocupando as Instituições Públicas da Guiné-Bissau, mas que os guineenses estão sendo afastados delas no seu próprio país, porque somente falam português, sua língua oficial? É claro que os cargos de destaques devem ser ocupados pelos guineenses, mas se não for possível em seu país, onde nasceram, em que lugar do mundo ocuparão esses cargos? Se não puderem conseguir a vaga de trabalho nas Instituições Públicas da Guiné-Bissau, de onde lhes virá a famigerada experiência de 10 anos exigida no edital? A mesma oferta de emprego está sendo usada em alguns Bancos no país e as empresas privadas. Ainda que o guineense possuísse conhecimento na área, tem conhecimento da língua oficial do seu país que é o português, não pode ingressar nas instituições públicas, porque as instituições financiadoras internacionais somente trabalham com língua francesa e inglesa.

Como frisaremos no capítulo seguinte, cada tribo possui sua própria língua e quando os portugueses chegaram no país, na tentativa de os nativos se comunicarem com os missionários, comerciantes e administradores, que eram portugueses, surgiu a língua

guineense. Melhor dizendo, a língua guineense derivou do português e das línguas correntes da Guiné-Bissau. Atualmente, apesar de o português ser a língua oficial, a língua guineense é a mais falada no país. Assim, diante da exigência da língua francesa e inglesa na prestação dos concursos públicos para se ingressar nas instituições públicas, somente multiplicam as diversidades. Quando uma pessoa aprende uma língua porque precisará dela nas viagens ou para comunicar-se com o estrangeiro, é uma coisa, mas quando a finalidade visa à sobrevivência, isto é, conseguir um emprego nas instituições públicas do seu próprio país, só multiplica a diversidade dentro do país, que mal tinha sucesso em matéria da formação da sua identidade.

Podemos dizer que essa atitude não possui a relação com a colonialidade do Ser, mas tem tudo a ver com a colonialidade do Saber e do Poder, visto que apresenta a língua francesa como a melhor para o relacionamento dentro de algumas instituições públicas da Guiné-Bissau (país da língua oficial portuguesa). Agora, o discurso dos guineenses em língua portuguesa nas organizações internacionais deve ser traduzido em francês e em inglês e entregue aos falantes dessas duas línguas, a fim de eles poderem acompanhar o que está sendo falado, mas o contrário não acontece. Ou seja, quando o discurso for em inglês ou em francês, os guineenses possuem a total obrigação de se manterem quietos sem os discursos traduzidos em sua língua oficial.

A colonialidade nasce e persiste num ambiente em que a ordem mundial é desarmônica sem precisar ser especificamente entre o colonizador e o colonizado, mas quando uma organização e/ou instituição ocidental ignora os conhecimentos de certa comunidade ou a forma que a comunidade apresenta os seus saberes. Isso se transforma em colonialidade porque a língua portuguesa e a guineense não servem para essas instituições, somente a língua que estas instituições preferem. O guineense tem que usar, no seu próprio país, as línguas impostas por essas instituições internacionais, para trabalhar nas instituições públicas da Guiné-Bissau.

2 A CONSTRUÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU

Este capítulo visa realizar uma análise sobre a formação do Estado-nação da Guiné-Bissau desde a luta pela independência desse país. Mas, em primeiro lugar, vamos apresentar o conceito do Estado, nação e Estado-nação. Em seguida, vamos destacar os esforços dos revolucionários guineenses na luta pelo país para a formação de um novo Estado-nação, e as dificuldades por eles enfrentadas devido à falta de burocratas para administração pública. Ainda demonstramos como surgiu a identidade guineense, igualmente apresentamos o caso das forças armadas guineense, a sociedade civil, e histórias/memória desse país.

De facto, é impossível apresentar um momento exato do nascimento de um Estado-nação, contudo, podemos discutir as características próprias da pré-modernidade e da modernidade, que são relacionadas ao Estado-nação – e as características pós-modernas que se relacionam com “globalização” e “era pós-estado-nação”. Muitos estudiosos entendem que uma nação existe quando um grupo de pessoas abraça um conjunto de crenças do presente, passado e futuro. As pessoas que se dedicam a construir Estado-nação unem sua atenção para a construção da identidade de um Estado que possui sua autonomia e os elementos que antes não tinham. É um encontro de diferentes líderes de diferentes regiões, sujeitos a ter visões diferentes sobre o que deve ser priorizado dentro de diversos atributos de um Estado (KUZIO, 2002, p. 121). Devido à importância do assunto, queremos apresentar o conceito do Estado e da Nação e, em seguida, prosseguir com o termo Estado-nação em nossa discussão.

Weber conceitua o Estado como o agente que...

[...] reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima, pois o específico da atualidade é que a todas as demais associações ou pessoas individuais somente se atribui o direito de exercer coação física na medida em que o Estado o permita (WEBER, 2004, pp. 525-6).

O Estado possui seu objetivo próprio, o bem público (AZAMBUJA, 2014, p. 18) e suas características abrangem “símbolos, parafernália e rituais (como bandeiras, línguas oficiais, moedas, carimbos, monumentos, feriados nacionais, etc.)” (KOHL, 2011, p. 42).

Azambuja (2014) explica que a nação pode ser conceituada como um grupo étnico que, em sua descendência, mantém uma crença, ideias e intenções comuns. O povo existe como uma instituição jurídica; nação é uma instituição moral, em termo rigoroso da palavra. Nação é uma entidade que está acima da entidade que chamamos de povo, ela é a associação de sentimento que permite ao ser humano compreender aspectos do seu interior e agir com esse sentimento indefinível, complexo e patriótico. A nação possui uma cultura distinta e

compartilhada, tem um território específico, um sentimento de solidariedade e um nome coletivo (KUZIO, 2002, p. 7).

No caso de Estado-nação, este só existe quando pode expressar sua identidade própria, essa expressão não é de forma imaginada, ou seja, as pessoas devem ter algo real em comum para ser compartilhado. O verdadeiro Estado-nação é aquele que facilita a participação democrática na distribuição do controle de poder. Esta é a forma fundamental de construir sentimentos de pertencimento e de união entre os grupos étnicos em um Estado-nação. Qualquer sentimento de pertencimento entre diversos grupos étnicos de um Estado-nação na atualidade incide na participação de todos, no controle da formação e direção das instituições do poder público e suas formas específicas de violência. Contudo, nessa esfera não podemos aceitar a inclusão, melhor dizendo, introduzir a cidadania como igualdade jurídica e civil de pessoas desigualmente postas nas relações de poder (QUIJANO, 2000, p. 226-7).

Vale dizer que a estrutura do Estado-nação na contemporaneidade é de autoridade com o papel autônomo, seus atributos não estão vinculados mais com um indivíduo ou certa família, assim, não pode ser herdado como se fazia no período medieval, contudo, deve ficar claro que a natureza do Estado-nação hodierno possui suas bases na estrutura medieval, mas com algumas mudanças de comportamento, principalmente no que diz respeito “aos padrões de cultura burocrática e as relações entre os administradores e o público” (BENDIX, 1996, p. 173).

Um Estado-nação que não possui uma estrutura de poder que se configure nele mesmo pode perder a sua identidade. A noção elementar dessa estrutura começa com o poder político que possui a população e o território como o seu centro. Todas as formas de nacionalização somente podem acontecer dentro de um território durante um período de tempo, devendo ser promovida a estabilidade duradoura só pelo poder político estável e centralizado. Esse território é precisamente um território disputado e conquistado perante os seus rivais (QUIJANO, 2000, p. 227). E se não existir uma “consciência comum de interesses e aspirações”, também, não existe uma nação, mas, sim, um povo, isto porque algo dividiu a população, quer seja raça, religião, divergências morais e econômicas. Contudo, existem “nações divididas pela força entre mais de um Estado, e há Estados que abrangem várias nações diferentes e até inimigas. Assim, para citar um exemplo, o Império Austro-húngaro até o fim da guerra europeia de 1914-1918⁴” (AZAMBUJA, 2014, p. 36).

⁴ Existia o Estado constituído por povo austro-húngaro, todavia, não tinha a nação austro-húngaro porque a população era de diversas origens e aspirações e nenhum laço moral os uniam (AZAMBUJA, 2014, p. 37).

É necessário destacar que alguns termos são usados de maneira simultânea, como o termo construção da nação, construção do Estado⁵ ou a construção de Estado-nação⁶, que é um termo usado simultaneamente com a construção da modernização, desenvolvimento político, democratização, construção da paz e reconstrução pós-conflito. Porém, os seus conceitos são distintos, contudo, atrelados um ao outro. A construção da nação foi usada pelos politólogos americano quase uma década depois da Segunda Guerra Mundial, visando descrever a forma da integração do Estado e da sociedade, porque a cidadania tinha ressuscitado a lealdade ao Estado-nação moderno (STEPHENSON, 2005).

Embora visamos analisar a construção do Estado da Guiné-Bissau, um país da África, queremos deixar claro que a construção da nação não é exclusiva da África. Como exemplo, podemos citar o caso das cidades-estados italianas de Milão, Gênova, Florença e Veneza, que após a evolução formaram a única nação. Ainda podemos citar o caso da França, onde a língua francesa “só se tornou a língua oficial dos tribunais em 1539” (ANDERSON, 2008, p. 77). E até 1860⁷ ainda existiam diversas moedas, diversas línguas e dialetos, onde a maioria das crianças nativas tinha a própria língua francesa como estrangeira. Somente depois da Revolução Francesa e durante o Século XIX que os dirigentes daquele país começaram a formar a identidade do cidadão francês. O mesmo aconteceu com muitos Estados africanos⁸ e asiáticos depois da descolonização na década de 1960, onde esses Estados emergentes começaram o projeto da construção de Estado-nação, uma onda da formação do Estado que aumentou ainda mais com a decadência da União Soviética e da Iugoslávia entre 1980 - 1990 (MUKWEDEYA, 2016, p. 7).

⁵ Embora a construção do Estado e a construção da nação sejam usadas de forma intercambiável, porém, é fundamental frisar que a construção do Estado, de maneira geral, trata-se da construção de instituições estatais para um estado ativo, enquanto a construção da nação é a construção da identidade nacional para um Estado funcional (ALESINA; REICH, 2015, p. 3)

⁶ É preciso elucidar que a ideia de construção da nação é diferente com a ideia de construção do Estado-nação. Quando um grupo de pessoas compartilha histórias, cultura e tradições, às vezes crenças ou línguas constituir-se-á em uma nação e quando torna uma entidade política definida, será considerado um Estado-nação. Um Estado-nação só existe depois de uma compressão clara da nação por algumas pessoas do grupo. Também pode acontecer em circunstâncias onde não exista a concepção da nação. Em um Estado-nação podem existir várias nações, como no caso do Reino Unido, que possui quatro nações, Inglaterra, Irlanda do Norte, Escócia e País de Gales (MUKWEDEYA, 2016, p. 6). Contudo, há casos em que o próprio Estado que cria nação, como no caso dos ucranianos na década de 1990, o que faz o termo Estado-nação ser difícil de definir. Mas o termo Estado-nação pode ser mais apropriado (KUZIO, 2002).

⁷ Tanto na França quanto na Itália e em muitos outros países da Europa, a formação da nação se consolidou não somente por meio da liderança política, mas também pelas mudanças tecnológicas e os processos econômicos – a revolução industrial e agrícola – também pela sociedade civil, a cultura e muitos outros fatores (MUKWEDEYA, 2016, p. 7).

⁸ Na África os Estados começaram a ser formadas pelos os próprios colonizadores, com a finalidade da exploração sem considerar o que é característico do povo africano, como a sua integração cultural, assim, colocava uma fronteira entre as pessoas do mesmo grupo étnico e, ainda, estimulava as divisões entre os diferentes grupos étnicos (MUKWEDEYA, 2016, p. 6).

2.1 O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU

Durante esta pesquisa, percebemos que não existe somente um modelo para a construção do Estado-nação, porém, cada nação precisa elaborar suas prioridades nessa constituição. É importante sublinhar que, relativamente a essa constituição, existem muitos exemplos, em especial o da Tanzânia, ao qual nos referimos na introdução. Também de forma rápida apresentamos o caso da Itália e da França da década de 1860. A Itália era dividida em Cidades-Estados e se unificou, e a França, além de muitas moedas, tinha muitas línguas, mas decidiu usar somente a que hoje é conhecida como a língua francesa para se comunicar com a população, principalmente nas escolas primárias, para incutir o apego à imagem e à herança da nação, conseguindo, assim, transmitir a linguagem e a cultura da minoria que constituía a elite dirigente do país, e conseqüentemente, toda a massa se adentrou na visão adotada pelos fundadores da nação (ALESINA; REICH, 2015, p. 2).

Sob a mesma perspectiva de construir o Estado-nação, quando o colonizador ainda dirigia o país, momento que o ser colonizado era visto como o ser que não possui vontade, voz, subjetividade, e era reduzido à mão de obra, igualmente a mulher colonizada era convertida em objeto de satisfação de prazer do colonizador (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL 2016 p. 17). Cabral chamou o grupo de mulheres e de homens nativos da atual Guiné-Bissau para junto agirem, a fim de formarem o Estado-nação Guineense, o que exigia a luta pela independência e a soberania do país. É verdade que Portugal não se interessava muito pela Guiné-Bissau, visto que o território era desfavorável para se ocupar como residência, uma vez que desenvolveu doenças infecciosas que proliferam em condições climáticas quentes e úmidas (malária, febre amarela etc.). Assim, a Guiné-Bissau se transformou em um lugar exclusivamente para o comércio e agricultura, apesar de desfavorável para a permanência ou residência (MONTEIRO, 2013 p. 115).

No então momento, as nações vizinhas (ex-colônia da França) já eram independentes e restavam somente a começar a construção do Estado-nação sem uso da força militar. Mas, para a formação da Guiné-Bissau, Cabral começou a execução do projeto com a fundação do PAIGC e, em seguida, fez os encontros com homens e mulheres nativos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde para estabilizar a liderança de base. É desse encontro que ele se sentiu seguro para agir por meio de uma luta instaurada em 1963, e que viria a durar onze anos (SUCUMA, 2017, p. 134). Essa luta pode ser considerada como fundamento da formação da nova nação e é a partir dela que podemos contar a história da Guiné-Bissau (AMONA, 2020, p. 64).

É necessário refletir sobre a concepção da nação no pensamento do Amílcar Cabral diante da sociedade dos anos 1960, quando visava harmonizar os interesses de cada etnia em interesse de todos, formando uma nova identidade que fornecerá ao povo guineense a ideia de que o outro guineense é igual e é o mesmo, e, por isso, precisam agir juntos para construir a sua nação. Para Cabral, os guineenses estarão relacionados com a nova cultura nacional, uma experiência ou a compreensão dos aspectos ou da totalidade de fazer parte de um grupo de indivíduos que compartilham o mesmo território, para a sua declaração na luta armada. Desse modo, Cabral elucida que é por meio da luta armada que conseguiremos construir o novo Estado Africano, uma vez que é de conhecimento de todos de que esse Estado não tinha um conceito exato e estava cheio de problemas e divisões criados pelos colonizadores dentro dos grupos étnicos. “Esses colonizadores colocavam divisão entre indígenas, assimilados, agricultores etc. Agora estamos fazendo o nosso Estado Africano, que está tendo a sua própria consciência” (MONTEIRO, 2013, p. 33).

Olhando para o sentido da construção da nação, para Cabral, que visava resgatar os valores que garantem maior laço social entre os grupos étnicos, percebemos que, de fato, é uma política consciente que visa formar a identidade nacional inculcando respeito aos princípios e regras que norteiam a honra, a relação social entre esses grupos étnicos e classes, sendo favorável aos símbolos e valores compartilhados exclusivamente dentro desse território e que são diferentes com os outros. Geralmente, o Estado é despertado para pôr em prática suas memórias históricas e laços compartilhados (KUZIO, 2002, p.144).

Queremos aproveitar esse momento para explicar que Cabral não se preocupava com a questão da heterogeneidade étnica. Para ele, a diversidade entre grupos étnicos não seria o problema e nunca vai ser algo que impeça ou atrapalhe a unidade nacional, embora suspeitasse do relacionamento dos Fulas, em especial os seus Régulos, que tinham muita relação com os colonizadores portugueses. Mas ele estava convencido de que a ambição étnica se extinguiria naturalmente na medida que o Estado-nação ia se formando e se fortalecendo. É o que levou muitos pesquisadores a afirmarem que Cabral concordava com uma estrutura de “unidade nacional na diversidade étnica” para a nova nação. De fato, Cabral tinha as características culturais de cada tribo como os elementos que coincidiriam com a cultura nacional, como, por exemplo: nacionalismo, imparcialidade, progresso e compromisso pelo qual as pessoas se obrigam umas às outras e cada pessoa a toda comunidade (KOHL, 2011, p. 44).

Seguindo o mesmo raciocínio de Cabral em relação à unidade nacional, Amona (2020) elucida que esse revolucionário africano entendia que as etnias se distinguem entre si

porque os responsáveis da colônia na Guiné-Bissau instituíram os limites entre elas e estimularam as diferenças, o que, segundo este autor, dificultou na organização das pessoas para lutarem contra os portugueses no início da luta armada. Cabral também entendia que a luta armada faria nascer nesse território homens e mulheres que possuíssem sentimentos que lhes permitissem conhecer tudo o que diz respeito aos direitos e deveres de um cidadão. Será assim que superariam o que o colonialismo implantou para sustentar o tribalismo (AMONA, 2020, p. 66).

Contudo, nos parece que o propósito de Cabral não se concretizou, visto que existem resquícios das divisões dentro da Guiné-Bissau, o que levou muitos pesquisadores a sustentarem a ideia de que a Guiné-Bissau, desde década de 1990, não pode ser considerada uma nação, uma vez que existe um alto grau de diversidade étnica, assim como religiosa, que predomina no país. Esta é a ênfase sobre o fato da ausência da identidade nacional. Já passaram anos que os analistas forçaram a opinião de que este país está totalmente dividido e não consegue uma unidade estabelecida nacionalmente. Os argumentos foram fortalecidos ainda mais por causa dos antagonismos no país, que possui suas bases nas diversidades étnicas e religiosas (KOHL, 2011, p. 52).

Os autores se baseiam na ideia da heterogeneidade étnica e religiosa que resulta em conflitos sociais para questionarem a existência da nação guineense. Kohl (2011) ainda apresenta outro ponto. Para este autor, o problema da Guiné-Bissau também se concentra no “tribalismo político”, que diz respeito a concorrências horizontais dentro de diversas contexturas étnicas de favoritismo. Também o problema do país tem a ver com a “etnicidade moral” que versa sobre atitudes “moral-econômico vertical”, mediante o protecionismo político baseado nas etnias. Mas, de fato, “os políticos na Guiné-Bissau [...] tentam explorar seus laços étnicos em jogos de poder, buscando assim garantir seu próprio acesso e o das suas respectivas redes ao poder e recursos enquanto eliminam políticos e partidos rivais” (Ibidem).

Por outro lado, percebemos que Cabral tinha favorecido o resgate dos valores que garantem maior laço social desde início da mobilização, porque a população homogênea comunica com facilidade e fortalece os objetivos comuns, o que pode facilitar a possibilidade de coordenação quando a finalidade é para enfrentar um inimigo. Para Alesina e Reich (2015), é uma ação totalmente contrária à política dos colonizadores que programavam a divisão das etnias para poderem reinar. Os portugueses sofreram mais perda diante dos guerrilheiros guineenses, porque esses guerrilheiros abraçaram a política de resgate dos valores que garantem maior laço social idealizado por Cabral. Assim, “dividir para reinar”

não possui mais o seu significado. Essa foi a forma com a qual os guineenses venceram a luta e proclamaram a independência de uma nova nação.

Ao longo da nossa análise, constatamos que Cabral valorizava as bases culturais de cada etnia que pertencia o território pelo qual ele decidiu lutar. Por isso, no início decidiu não desintegrar essa base, porém, mesmo com essa base étnica, ele apelava a todos para serem um, para formarem a identidade africana, este era o seu argumento, a identidade africana está em cima de qualquer representação étnica. Para Cabral, a identidade africana era a razão do combate contra o colonialismo, então essa identidade não era uma simples realidade da cultura. Todavia, um motivo da cultura, a luta contra o colonialismo era também desencadeada por meio da educação dos guineenses e cabo verdianos, o que ficou claro nas “Zonas Libertadas”, pois as escolas estavam sendo fundadas pelo PAIGC para educação formal, como Cabral já esperava (AMONA, 2020, p. 66).

Não obstante esses fatos da implantação das escolas nas zonas libertadas e a percepção de que os portugueses estavam exaustos na luta, o PAIGC decidiu realizar as eleições da “Assembleia Nacional Popular da Guiné” em 1972, na qual votaram os 120 delegados que são, na maioria, os membros candidatos do PAIGC. As eleições aconteceram nas chamadas zonas libertadas, os lugares em que a intervenção dos militares portugueses era muito fraca. No então momento das eleições, Amílcar Cabral, em uma entrevista ao jornal francês África-Ásia, disse no final de 1972 – pouco antes de ser assassinado – que considera aquelas eleições como um ato de autodeterminação. Ou seja, um ato que lhes colocaram numa posição de decidirem livremente a sua situação política e sua identidade nacional. Em 24 de setembro de 1973 o PAIGC proclamou a independência, essa proclamação foi um desastre para Portugal, pois esse colonizador não esperava esse pronunciamento do PAIGC, não naquele momento, no entanto, os guerrilheiros do PAIGC eram estratégicos (MACQUEEN, 2006, p. 36).

A identidade nacional é forjada por fatos que se apresentam um após o outro, em sucessão espacial ou temporal. Essa identidade cada vez mais concede novos sentido e cultura, que também estão em constante mudança. O que uma pessoa era quando nasceu não é o que vai se tornar, como, por exemplo, temos os cidadãos que nasceram na Guiné Portuguesa (atual Guiné-Bissau) até setembro de 1974, momento em que esse território pertencia a Portugal, esses cidadãos eram portugueses, mas agora são guineenses. O mesmo exemplo pode ser aplicado aos cidadãos da Ucrânia, que eram russos até 1991, todavia, quando a Ucrânia desmembrou da Rússia, todos se tornaram ucranianos. Com certeza, as identidades

são definidas para a sobrevivência e esta sobrevivência está sujeita à adaptação, que se baseia em escolhas racionais (KUZIO, 2002, p. 146).

Na entrevista supracitada, Cabral disse que todos os elementos necessários a um Estado livre já se encontram no território que eles se dedicaram a lutar e para falar dessa soberania conquistada é preciso construir um novo instrumento político para o Estado livre. Também disse que, naquele momento, o PAIGC não era mais um governo provisório que se encontrava no exílio. De fato, Cabral já tinha escrito sobre a declaração da independência que havia de transformar a luta de libertação em conflito, onde um país que possui o seu Estado, tem uma zona que está ocupada por forças armadas estrangeiras. Mas, no dia 20 de janeiro de 1973 Cabral foi assassinado, o seu raciocínio foi evidentemente uma afirmação acompanhada de justificativa jurídico-diplomática colocado em prática pelos partidários da Guiné-Bissau para Nações Unidas. No dia 23 e 24 de setembro de 1973, em Madina de Boé, perto da fronteira com Guiné-Conakry, reuniu-se a Assembleia Nacional Popular e declarou a formação da República da Guiné-Bissau⁹. Naquele dia, Luís Cabral, meio irmão de Amílcar Cabral, foi nomeado presidente diante de um conselho de Estado de 15 membros. Naqueles dias, em Nova York, as discussões anuais da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) estavam prestes a começar, e, como presumido, os estratégicos guerrilheiros do PAIGC cronometraram a proclamação da independência para coincidir com a Assembleia Geral anual da ONU, plano esse muito bem-sucedido (MACQUEEN, 2006, p. 36; CABRAL, 1973, p. 252).

Olhando para os acontecimentos após a morte de Amílcar Cabral, percebemos que o partido se reestruturou, resultando na eleição do seu meio irmão, Luís Cabral, para presidir o conselho de Estado. No entanto, persistia muita irregularidade, suspeitas e contradições políticas, que deram origem à liderança autoritária e comportamento visto como ameaças dentro do próprio partido. Foi assim que começaram os assassinatos de muitos membros do partido. Também suspeitavam de alguns nativos que trabalhavam no governo colonial e tinham experiências na administração pública, na docência e nas outras carreiras, figuras que tinham sido afastadas de suas funções e atribuídos seus cargos e funções a combatentes

⁹ No momento que o Diário de Notícias, o principal jornal do governo Guiné-Portuguesa, finalmente fez a exposição sobre a declaração do PAIGC em 28 de setembro, o fez com desprezo arrogante. A atividade jornalística, que basicamente consistia em adquirir informações sobre aquela declaração do PAIGC, foi equilibrada com a entrevista do Spínola, que ridicularizou os acontecimentos da “zona libertada” na Guiné. Insistiu que todo o território ainda se encontrava sob controle das forças portuguesas, independentemente da notícia distorcida que os adversários estavam passando da Guiné Portuguesa. Para Spínola, a formação da nação declarada pelo PAIGC foi emitida fora da Guiné. Depois de dois dias, o substituto interino de Spínola como comandante militar no território, o comodoro Almeida Brandão, disse que suas forças continuavam a controlar todo o território, incluindo a dita “zona liberta” de Madina de Boé (MACQUEEN, 2006, p. 36).

recém-chegados da luta de libertação, guerrilheiros sem experiências de administrar o aparelho público (SUCUMA, 2017, p. 136).

Seguindo a mesma abordagem de Sucuma (2017) sobre o esforço dedicado pelo novo governo da Guiné-Bissau para dirigir o país que ficou independente, é útil observar que, os nativos que trabalhavam no governo português, que foram afastados pelo novo governo por causa da suspeita, foram pedir em Portugal os seus direitos de aposentadoria sob requisitos dos antigos funcionários da administração colonial. Assim sendo, o novo governo que estava sendo dirigido por PAIGC decidiu despedir esses ex-funcionário definitivamente de suas funções. Os poucos que restaram foram incluídos na função pública, mas era impossível manejarem o aparelho do estado. Esses “dirigentes dos novos ministérios pós-coloniais não possuíam a experiência em gestão administrativa nem a preparação técnica para assumir as responsabilidades do edifício burocrático” (FORREST, 1993, p. 60). A falta dos funcionários experientes na função pública e nas empresas criadas pelo Estado prejudicava o projeto das políticas públicas e o desenvolvimento eficiente dessas empresas estatais

Para Forrest (1993), os dez primeiros anos de independência com os seus desafios colocados diante dos dirigentes para a formação do Estado foram de terrível magnitude, por isso a construção desse Estado é diferente em relação à dos outros países da sub-região, ou de qualquer parte da África ou do mundo e, deve ser narrada levando em conta a individualidade desse território desde o início da exploração feito pelos portugueses e seus objetivos primordiais, que era exclusivamente a prática de comércio, sem compromisso com a educação dos nativos. Depois de o PAIGC conseguir o seu objetivo, que era a independência do país por meio da luta armada, as funções foram delegadas aos seus membros e, de fato, estes funcionários concentraram-se no desenvolvimento das instituições do Estado, mas faltava-lhes uma metodologia técnica para levar a cabo esta tarefa.

É fundamental lembrar que a força armada portuguesa era a estrutura organizacional mais forte da era colonial guineense, e após a declaração da independência esta instituição foi retirada do país, o que significa que as bases dos fundamentos mais sólidos do governo colonial português na Guiné do então momento não existe mais. Eram 14 ministérios de administração colonial e todos eram muito fracos e incapazes de desenvolver as políticas econômicas sem auxílio do exército da colônia. Além do mais, a maioria dos decretos oficiais é aplicada baseando-se na ordem da força armada colonial, principalmente os decretos que versam sobre assuntos fora da capital. Essa era forma com a qual os colonialistas portugueses dirigiam a Guiné. A prática intensificou-se ainda mais durante a luta armada entre 1962 a 1973 (Ibidem).

Os próprios governadores do país eram militares. Por exemplo, o general António de Spínola era comandante militar e governador na Guiné desde 1968 até 1972, momento que o PAIGC estava preparando-se para proclamar a independência (MACQUEEN, 2006, p. 35). É certo que, depois da proclamação da independência todos os oficiais saíram do país, as posições que ocupavam no aparelho público, como administradores, passaram a ser ocupadas pelos funcionários guineenses, que eram auxiliares dos burocratas portugueses antes da independência, e somente poucos desses funcionários guineense juntamente com os militares recém-chegados da luta, assumiram a administração pública (KOHL, 2011, p. 45).

Ficou claro que esses exércitos portugueses, como Forrest (1993) elucida, eram, na sua totalidade, uma estrutura regular estrangeira, que estava a serviço particular do Estado português metropolitano situado na Europa, melhor dizendo, não serviam ao então território da província ultramarina (Guiné-Portuguesa), agora conhecido por Guiné-Bissau. Em outros termos, a base desses exércitos era da metrópole, sem mínima paixão pela Guiné, embora houvesse alguns guineenses recrutados e que estavam juntos desses portugueses, mas esses soldados guineenses não tomavam decisões e nem faziam diferença diante das decisões que eram tomadas pelos generais nascidos em Portugal. De fato, os regimes coloniais eram muito separatistas, pois a administração e suas regras não envolviam a vida social local (BARTH, 1998, p. 36). No caso da Guiné-Bissau, a coluna espinhal da administração pública desse país não era uma instituição local, desse modo, a retirada desses nativos portugueses por causa da independência significa a eliminação dos elementos principais do aparelho da administração pública desse país.

Ainda refletindo sobre a formação do Estado-nação guineense, ficou claro que foi baseado na ação do único partido, o PAIGC, que foi vitorioso diante da colônia portuguesa na luta armada e usou a sua estrutura de governo criada nas “Zonas Libertadas” alguns anos antes da tomada da independência, e foi essa estrutura do governo dos guerrilheiros que assumiu o Estado. Porém, a estrutura formal da organização desse novo Estado em sua maior parte era estrutura portuguesa, “em instituições e infraestruturas do sistema colonial português anterior [...]. Por conseguinte, um Estado de partido único, centralizado, autocrático e de esquerda foi estabelecido” (KOHL, 2011, pp. 44-5).

Depois da independência, parece que tudo estava realizado na Guiné-Bissau, porém, era necessário o apoio das organizações internacionais para instruir os novos burocratas da administração pública, como atualmente fazem com os países que sofreram o ataque dos inimigos, a exemplo do Iraque e do Afeganistão, que foram atacados pelos EUA e, na reconstrução desses países, as avaliações foram feitas pelas organizações internacionais e os

EUA, para terem a certeza do que era necessário criar ou reforçar para o funcionamento eficaz do governo. Normalmente essas avaliações são realizadas segundo o tipo de ajuda que será prestada. Nas referidas avaliações, muitas vezes se inclui a fragilidade das instituições governamentais existentes e, a partir disso, apoia-se o governo anfitrião no que for necessário para governar o país (DOBBINS *et al.* 2007).

Mas, na Guiné-Bissau, como já tínhamos elucidado, somente os procedimentos institucionais organizados ao longo da luta revolucionária desenrolaram-se até o momento inicial da independência. Assim, um Estado que tinha somente um partido, estruturado nas linhas do socialismo leninista com o “comandante” na liderança construiu um legado institucional naquele país depois de três décadas e meia da independência. O partido que sempre se colocou diante das situações, dirigido por uma pessoa que se coloca diante de cada situação (Nino Vieira) e admirada pela massa, se tornou modelo das atitudes políticas dos atuais líderes. Para piorar, esse partido (PAIGC) possui suas raízes na estrutura de guerra revolucionária (FISTEIN, 2011, p. 446).

Como podemos perceber, com os nossos dados, fizemos uma análise comparativa entre as atuais estruturas políticas e as estruturas que eram criadas por Amílcar Cabral na década de 1960 a início de 1970. Ficou claro, portanto, que, com a experiência da liderança na atualidade, foram feitas muitas mudanças que resultaram em diversas estruturas organizacionais mais avançadas, mas as bases foram das fórmulas estruturais deixadas por Cabral, que sempre visava à construção da nação. Contudo, ainda com o modelo fornecido por Cabral existem defeitos, pois a sua estrutura inicial conta com um alto grau de inércia institucional para a construção do Estado-nação, foi isso que resultou na independência do país. Naquele momento, a tomada das decisões dos atores políticos era sempre constrangida com os arranjos previamente estabelecidos (Ibidem).

Já elucidamos que na Guiné-Bissau não houve um treinamento dos burocratas que substituiriam os colonizadores, como aconteceu em muitos países da África. A liderança política guineense não tinha educação formal nem seus membros eram treinados para participarem da administração pública do poder português, que formou entidade detentora do poder estatal centralizado no país. Foi isso o que dificultou mais o país em termos técnicos e administrativos e foi o que mais contribuiu na suspeita dos poucos funcionários que ingressaram nas entidades públicas do governo colonial e na conseqüente decisão de os afastar para começar a formação do Estado a partir do zero. Contudo, na nossa apreciação desse fato percebemos que entre os líderes do PAIGC “faltou a experiência e competência em

gestão, não tinha outra alternativa senão apoiar-se nas estruturas estatais existentes” (FORREST, 1993, p. 62).

Vale reforçar que a característica do Estado colonial era a marginalização do povo guineense, desde quando os portugueses chegaram no território do atual Guiné-Bissau, ainda que os guineenses fossem tidos como “cidadãos”, não usufruindo dos direitos civis e das liberdades que protegem o indivíduo do poder discricionário do Estado. Os guineenses não eram integrados, tanto na vida política como na administração pública. Mesmo com a mudança do regime depois de o país se tornar independente, um conjunto de princípios autoritários continuou na Guiné-Bissau. O PAIGC, que estava envolvido no processo da construção do Estado e usou a mesma forma de reprimir a sociedade assim como moderar a economia de maneira repressiva, igualmente alimentava o mesmo processo de centralizar o Estado e aplicava as mesmas doutrinas de afastar quem não fazia parte do grupo. Inegavelmente, a herança colonial portuguesa e o estatuto do partido único depois da independência produziram ambiente propício para a crise política, este legado histórico deve ser tido como fator contribuinte (KOHL, 2011, p. 56).

Fistein (2011) afirma que um dos motivos mais expressivos pelos quais o desenvolvimento da Guiné-Bissau foi bloqueado foram a sua estrutura organizacional do partido revolucionário, que dirigiu o país até 1999, e o comportamento dos funcionários do partido. Essa atitude pode ser atribuída ao caráter personalista de Amílcar Cabral, o multitalentoso líder do PAIGC, que foi brutalmente assassinado em 1973. Outrossim, os responsáveis pela reorganização do PAIGC depois da independência trabalhavam com um modelo organizado pelos portugueses na construção do Estado. Em seguida, continuaram a tarefa de expandir a estrutura desse partido em todo o território nacional e obtiveram êxito na mobilização da massa, conseguindo, assim, controlar uma população rural que gozava de autonomia local.

A partir da nossa investigação, entendemos que o Estado colonial tinha conseguido assegurar o seu poder físico expressivamente e, com certeza, fortaleceu os serviços básicos como a coleta de imposto, porém, o novo Estado guineense, o que estava em formação depois da independência teve que encerrar frente a frente o desafio de organizar, de maneira interna e autêntica, as estruturas burocráticas e de reorganizar os fundamentos do Estado, de forma a consolidar a essência da sociedade guineense e levar a cabo a governação de maneira firme e nacional. Para isso acontecer, os dirigentes do país no então momento esforçaram-se primeiramente para garantir a segurança do seu poder, quer dizer, o governo naquele instante não podia ter o opositor, ou qualquer grupo social (FORREST, 1993, p. 62).

Ademais, a prioridade principal dos líderes depois da independência era solidificar e fortalecer os mecanismos da administração pública, de forma a que conseguisse servir em primeiro seus interesses próprios. Estava claro que os atores naquele cenário da Guiné-Bissau buscavam, especialmente, garantir a sua capacidade de governar as instituições. Kohl (2011) assevera que o comportamento foi marcado por expressões autoritárias e violação dos direitos humanos e mecanismo democráticos. Experiências despóticas no campo político somente puderam ser igualadas com as comunidades onde a família estava sob as ordens do patriarca. “Em outras palavras, gerações de guineenses têm se acostumado a obedecer a valores e normas sociais e políticas patriarcais” (KOHL, 2011, p. 56).

Voltando à liderança de Amílcar Cabral durante a luta armada de libertação, em grande parte, suas realizações acontecerem na base de sua estratégia de liderança (fazia com facilidade), assim sendo, os atuais líderes o admiram muito por isso, contudo, quando visam imitá-lo, esquecem-se de que Cabral agia no contexto da luta e agora as circunstâncias mudaram. Cabral, o multi-habilidoso, gostava de estar presente em todas as fases preparativas para a revolução planejada, desde os encontros com a massa rural para a guerra, até a diplomacia do nível mais alto com discursos na ONU e tentava garantir ajuda dos países, tanto no Oriente quanto no Ocidente, fazendo visitas particulares em Grã-Bretanha, Itália, Rússia, China, Cuba e vários outros países. Várias vezes Cabral assumiu a responsabilidade de decidir diante dos compatriotas e sempre tinha a certeza de que era possível conseguir a independência (FISTEIN, 2011, p. 449).

Cabral foi capaz de superar o localismo, tinha habilidade de liderar e não acreditava em ninguém além dele mesmo. Todos os presidentes que assumiram o país desde Luís Cabral, Nino Vieira e Koumba Yala centralizavam o governo e esforçavam-se muito em prol de grupos locais, o que impedia a realização dos seus planos. Polarizava o país, e suas ações visavam dirigir tudo a partir do topo, tanto os três presidentes quanto os que vieram depois estavam procurando encontrar a maneira mais barata e rápida possível de ganhar riqueza e influência pessoais (Ibidem).

O país constituiu os comitês, contudo, estas entidades serviram como a forma de conduzir os assuntos de natureza pública para as instituições de controle de governo. Especialmente, os comitês instituídos nas tabancas tinham a reponsabilidade de passar informações para comitês de seção, que é o órgão administrativo superior, devendo estes passar as informações para os comitês de setor, donde eram encaminhadas para os comitês da região que possuíam vínculos diretos com a estrutura administrativa do país, “eram

responsáveis perante o Conselho de Ministros. Este dependia, finalmente, do Conselho de Estado, principal órgão de poder político da nação” (FORREST, 1993, p. 87).

Olhando para as formas com as quais as decisões são tomadas agora na Guiné-Bissau, isso nos faz lembrar das decisões de Amílcar Cabral no Congresso de Cassacá em 1964, que impactaram o curso da guerra; todavia, tiveram consequências nas relações políticas entre os líderes, os quadros e o povo depois da guerra. A forma com que Cabral tomou as decisões no Congresso e o resultado que isso produziu provocou muita admiração a Cabral, o que levou o seu meio irmão, Luís Cabral, e Nino Vieira a reformarem estruturas políticas ditatoriais, os quais delegavam todos os poderes a pessoa do “grande líder” como o dono da razão. Isso aconteceu no momento que Amílcar Cabral dirigia a revolução, entretanto neutralizou a força dos líderes que o seguiram. As atitudes que se observava depois da independência demonstram que os sucessores de Cabral identificam o bem-estar pessoal com o do país (FISTEIN, 2011, p. 449).

Por exemplo, houve muitos supostos golpes contra os sucessores de Amílcar Cabral, em especial a partir da década de 1980, e muitas pessoas foram assassinadas no período da presidência de Nino Vieira. O abuso de poder era a norma previamente estabelecida. A primeira pessoa a dirigir o país sem ser do PAIGC, Kumba Yala, também se tornou tão autocrática quanto os seus dois antecessores. Expandiu os poderes Executivo e reprimia qualquer dissidência as suas políticas, procurando centralizar a tomada de decisões, enquanto se tornavam cada vez mais ditatorial (Ibidem).

2.2 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NA GUINÉ-BISSAU

Um espaço geográfico onde o poder é exercido é o país dito com o sentido exato e restrito da palavra. Assim, país não deve ser tido como povo ou nação, o seu significado não é igual ao Estado, ou seja, aquele é um elemento deste. Sem um espaço geográfico (território) onde o poder é exercido não existe Estado. Azambuja (2014) afirma que existem duas espécies de território do Estado: político e comercial. O político é aquele em que se põe em prática o poder absoluto e perpétuo do Estado na sua totalidade; comercial é o território onde são exercidos alguns direitos de maneira restrita pelo Estado. Nesse tipo de território, o interesse do Estado é simplesmente comercial, a sua constituição é de regiões pouco desenvolvidas, no entanto, podendo ser, após o desenvolvimento, incorporada ao território político.

Vale frisar que em relação ao Estado as fronteiras desempenham, contudo, um papel fundamental para diferenciar as nações. As próprias fronteiras constam no grupo de símbolos do Estado. Elas são fundamentais para todas as marchas da formação da identidade. O nacionalismo ou a formação da nação é uma realização contínua de definição e é claro que todas as nações devem ser definidas enquanto está ocorrendo o processo de limitação e delimitação; em outras palavras, devem estar vinculadas a um território anteriormente estabelecido. O processo de definir as fronteiras de um Estado caminha ao lado da eliminação das divisões internas ou barreiras à unidade (KUZIO, 2002, p. 103).

No tocante a Guiné-Bissau, país situado na costa ocidental do continente africano, estende-se na margem, desde o Cabo Roxo até a ponta Cagete. Faz fronteira: no norte com o Senegal, no sudeste e este com a Guiné Conacri e no sul e oeste com o Oceano Atlântico. Possui apenas 36.125km², com uma população aproximadamente de um milhão e oitocentos mil habitantes. A colônia portuguesa pisou nesse território no Século XV. Na ocasião da Conferência de Berlim, entre 1884-1885, os colonizadores europeus decidiram qual porção no território africano cada um deveria ocupar, então as fronteiras foram decididamente delimitadas. “Em 1886, o Acordo Franco-Português estabeleceu definitivamente as fronteiras da Guiné-Bissau, pelo qual a chamada região da Casamansa passou para o domínio da França e a região de Cacine para o de Portugal” (COUTO; EMBALÓ, 2010, p. 28), como está no mapa onde surgiu a língua guineense que vamos ver no próximo subtópico.

Vale enfatizar que as fronteiras exercem funções particulares na formação do Estado e da nação, pois atendem a quatro critérios cruciais. Primeiro, elas explicitam as diferenças entre os de dentro e os de fora de um Estado. Essa diferença externa auxilia na construção da nação e no desenvolvimento do senso de uma comunidade política, em contraste com os que não fazem parte desse Estado. Segundo, as fronteiras preservam as culturas. Isso possui significado particular no caso da Guiné-Bissau, que a partir da década de 1960 decidiu lutar pela independência nacional e a construção da nação, introduzindo ações afirmativas em favor de culturas e línguas que não tinham sido valorizados. Também determinaram os limites que permitem a integração de grupos ou de pessoas que eram diferentes e habitavam na mesma região, mas ninguém sabia de suas nacionalidades em termos políticos. Terceiro, as fronteiras fazem parte do grupo dos símbolos do Estado que acabou de proclamar a sua independência, definindo o seu território e a sua soberania. Essas fronteiras devem ser seladas no mapa, para evitar a mistura entre as pessoas. Finalmente, as fronteiras colocam os limites da soberania de um Estado e representam a sua condição atual, que, em caso da violação, este deve ser condenado porque provoca uma ameaça à segurança regional e, em certos casos, mundial.

Essas fronteiras podem ser legalmente codificadas em tratados interestaduais, reconhecidos como invioláveis por organizações internacionais (KUZIO, 2002, p. 101-2).

Apreciando as fronteiras, percebemos que sua divisão clássica reconhece as fronteiras naturais e artificiais. As fronteiras naturais são constituídas pelos lagos, rios, montanhas e as demais alterações que ocorrem sobre a superfície terrestre. As fronteiras artificiais são aquelas que, na ausência daquelas consideradas naturais, constituem linhas feitas segundo as regras da geodésia, indicadas por marco físico robusto que identifica o limite de uma linha de fronteira terrestre. Ao que parece, as fronteiras naturais são as que podemos distinguir dos seus limites, contudo, são as fronteiras raras. As fronteiras artificiais, embora possam criar suspeitas, todavia, são fronteiras duráveis: os postos aduaneiros, ferros etc. (AZAMBUJA, 2014, p. 56).

É fundamental destacar que quando os portugueses dirigiam esse país, não existiam indivíduos identificados como guineenses, as pessoas nascidas no território da atual Guiné-Bissau se identificavam como portugueses, já que o país era Guiné Portuguesa, isso porque a colônia tinha “incorporado os nativos” na condição dos cidadãos portugueses. Os nativos desse território começaram a se identificar como guineenses somente depois da tomada da independência. A identidade guineense é atribuída ao povo com a formação do Estado da Guiné-Bissau, o que visava abraçar todas as diferenças em uma só designação (identidade nacional) (MOURÃO, 2009, p. 96).

Somente com a união das etnias para a guerra e a conseqüente tomada da independência que a identidade guineense foi definida. Kuzio (2002) assevera que a guerra e o conflito sempre exercem funções importantíssimas na construção da identidade nacional e, evidentemente, na de Estados-nações, visto que reclamam a unidade nacional, recrutamento e foco na luta pela independência. Para esse autor, a falta de uma luta de libertação da Austrália e Canadá contra os britânicos deixou esses países indecisos sobre suas identidades nacionais até agora. Ao contrário desses países, os EUA, por meio de sua luta de libertação na década de 1770 e da guerra civil no século XIX, foram capazes de criar uma ideia nacional sustentável e coerente.

Ficou claro que se as etnias da Guiné-Bissau tivessem abraçado a identidade portuguesa, não conseguiriam se unir para enfrentar a colônia que os oprimiam, mas a consciência de opressão e discriminação diante dos portugueses que nasceram na metrópole (na Europa) os fez se unirem para uma luta que resultou na construção do Estado-nação e do cidadão guineense. E é certo, como disse Mourão (2009), que aqueles portugueses nascidos na província ultramar (Guiné portuguesa) não tinham uma oportunidade política para serem

portugueses. Assim, a única possibilidade era serem guineenses, o que poderia acontecer somente pela unidade de todas as etnias dentro da Guiné-Bissau e com os caboverdianos para desencadear a luta de libertação nacional.

Embora Cabral usasse as diferentes etnias para lutar pela independência, mostrando como é necessária a unidade, não tentou construir uma identidade nacional em detrimento das identidades étnicas como os líderes africanos de sua época tentaram fazer: Touré e Nkrumah. Cabral simplesmente acreditava que aquele momento era o fim dos grupos étnicos do continente onde ele nasceu. É necessário esclarecer que Cabral não achava problemas dentro da etnia, principalmente quando solicitou a união entre os Balantas, Papeis, Mandingas e filhos dos pais cabo-verdianos etc., mas, percebeu que tinham sido unidos, então entendeu que era possível uni-los para, juntos, alcançarem os objetivos pelos quais se decidiram lutar (KOHL, 2011, p. 44).

Em relação a identidades étnicas e à identidade nacional, Kuzio (2002) enfatiza que existe a possibilidade de a nação ser formada a partir da inclusão de todas as culturas com as suas diversidades, tendo a mesma ideologia comum, direitos e deveres para todos os seus cidadãos. Também a nação pode ser construída na base da identidade nacional (unidade)¹⁰ e a vontade nacional, pois não existe uma “definição científica” aplausível para a construção da nação, nem existe um coletivo de indivíduos que se pode definir como os certos para formação da nação. A nação vai existir, logo que um número significativo de indivíduos formarem uma comunidade e, em consequência disso, se considerarem uma nação e agirem como tal (KUZIO, 2002, p. 8).

Ficou claro que Cabral apoiou a construção da nação na base da heterogeneidade e tinha plena certeza de que as pretensões étnicas se extinguiriam logo. Contudo, Cabral apresentou a etnia Fula estruturada de forma vertical, na qual a participação dos assimilados nos assuntos da comunidade era fraca diante dos chefes tradicionais, famílias nobres, dirigentes religiosos, e na medida em que os colonizadores descobriam essa estrutura vertical, a aproveitavam, apoiando e fortalecendo a classe dos nobres, igualmente os beneficiando com viagens à Meca, educação dos seus filhos mais velhos etc., visando garantir a estabilidade dessa administração colonial dentro da etnia, o que também poderia suscitar uma suspeita dos revolucionários com os Fulas. Contudo, entre esses chefes da etnia Fula surgiram homens que reagiram contra a colônia e apoiaram a luta armada de libertação (CABRAL, 2011, p. 364). Isso nos parece que Cabral ignorou uma divergência que deveria ser solucionada naquele

¹⁰ No nosso ponto de vista a identidade nacional é a melhor forma de construir uma nação (grifo nosso).

momento, não somente o caso dos Fulas, mas de todas as estruturas das tribos (vertical ou horizontal) que poderiam ser exploradas, quer naquele momento da colônia ou depois da independência.

Nesse momento, ficou claro que os problemas que se resultaram em crise política dentro da Guiné-Bissau estavam relacionados com as questões étnicas na arena política, o que hoje se chama de “etnização da política”, que foi desenvolvido logo depois da independência entre os camaradas e suas relações políticas marcadas com os assuntos étnicos genéticos, que solidificaram as divergências hierárquicas entre as etnias no país. Mourão (2009) afirma que os pesquisadores provaram que antes da colônia portuguesa os grupos étnicos da Guiné-Bissau tinham uma relação entre si e não existia conflitos “concretos”. Cada etnia predominava numa certa região: “As diferenças foram se acirrando aos poucos entre os grupos étnicos, que passaram a fazer uso do argumento da solidariedade racial para marcar diferenças e afirmar identidades” (MOURÃO, 2009, p.95). Ficou claro que foram os colonizadores que implantaram o sentimento étnico entre as etnias, porém, tudo que for plantado aprofunda as suas raízes, assim, para se evitar desse sentimento plantado pela colônia era necessário arrancar as suas raízes, melhor dizendo, a extinção das diversidades étnicas, uma vez que um sentimento não é algo inerte, ou seja, ele cresce e é impulsivo, provoca ações e reações principalmente no que diz respeito a tradição e memórias étnicas. Por isso com, a adoção do multipartidarismo, os interesses políticos reacenderam os sentimentos étnicos.

Como disse Kohl (2011), Kumba Yalá, o ex-presidente, na campanha eleitoral tinha empregado e cultivado os laços étnicos para ter acesso ao poder. Yalá usou símbolos e oratória pertencentes à etnia Balanta para conquistar a massa dessa etnia. O mesmo comportamento de sensibilização étnica ficou claro na campanha eleitoral de 2005, quando João Bernardo “Nino” Vieira chamou atenção dos eleitores para serem cautelosos com a islamização do país, pois o seu rival naquelas eleições era muçulmano, Malam Bacai Sanhá. Mas, ainda assim, Viera conseguiu a maioria dos votos na região onde tinha a predominância dos muçulmanos, e também na região de Biombo e Bolama. Ademais, Bacai Sanhá foi tratado naquelas eleições como membro pertencente à etnia Mandinga, embora fosse de etnia Biafada. Contudo, aquela era a estratégia para conquistar a etnia Fula, que é muçulmana e rival da etnia Mandinga (KOHL, 2011, p. 53).

Com base nesses discursos étnicos, principalmente das figuras de referências da luta armada pela independência, atualmente são discutidos dentro do país o uso das bases étnicas, como a forma de conquistar o público durante as eleições e o colapso da democracia, pois é

“possível observar a noção de tradição sendo empregada em oposição aos ideais de modernidade presentes no discurso dos governantes guineenses, explicitado pelos pesquisadores” (MOURÃO, 2009, p. 97). Apesar de todas as observações feitas, dentro da Guiné-Bissau ainda é possível observar que a diversidade étnica nunca resultou em conflitos violentos: o que se identifica são as questões dos políticos nas eleições, bem como grupinhos que se apegam à etnia. Tanto é que não existe partido fundado na base das etnias, ao menos a Constituição do país não permite, e em cada eleição é muito frequente a população se identificar com um candidato, independentemente da sua etnia e religião. Mas, seja como for, contudo, não é isso que justifica a ausência de tribalismo no país (KOHL, 2011, p. 54).

2.2.1 A língua guineense na formação da nação

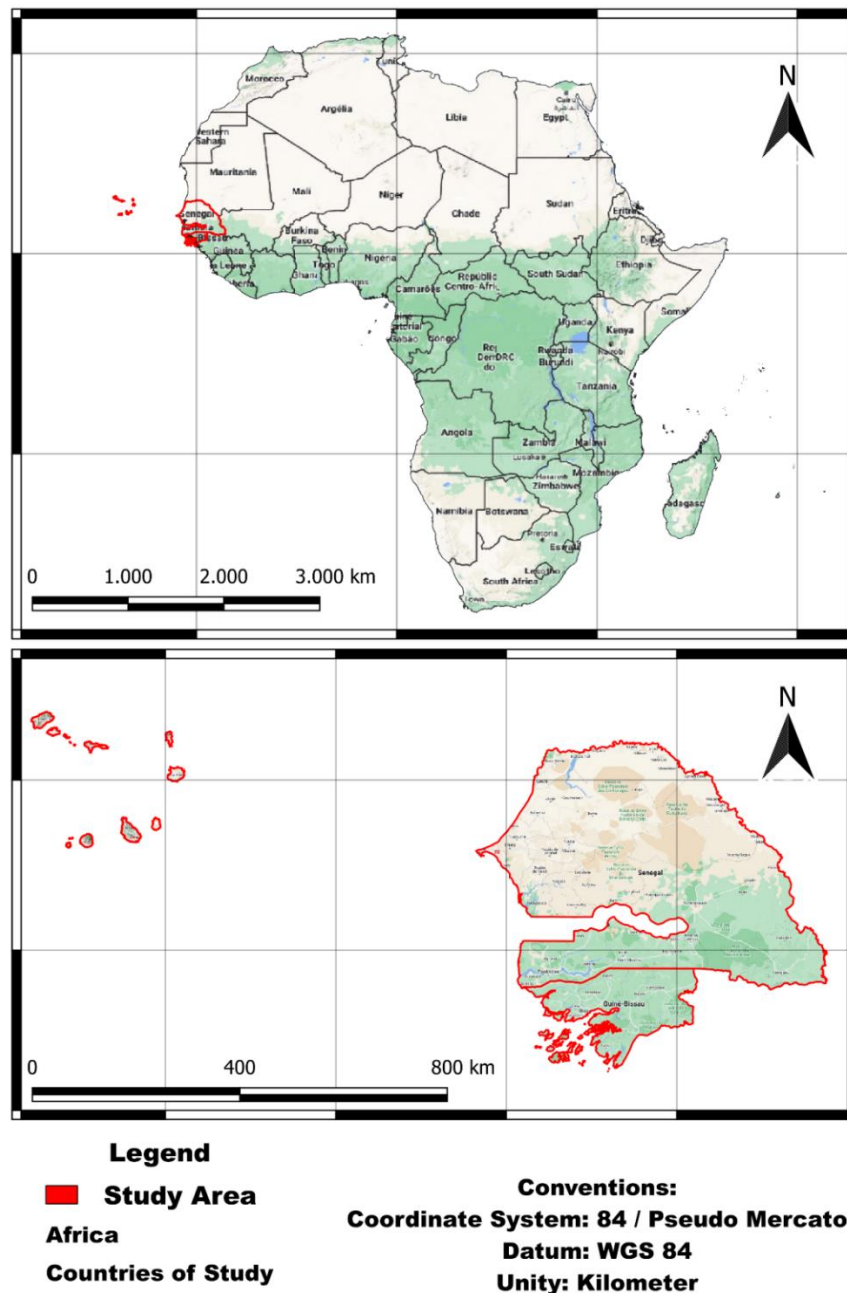
Durante esta pesquisa, percebemos que foi graças à multiplicidade de grupos étnicos, línguas e diversidade cultural na Guiné-Bissau, e graças à necessidade da comunicação entre o nativo e o colonizador, os comerciantes, o servidor público da colônia e os missionários que surgiu a língua guineense, que era, no início, tida como informal, assim, denominada de língua “crioulo” da Guiné-Bissau. No desenrolar no Século XVI, se solidificou mediante a circulação dos portugueses e os habitantes da zona costeira de Senegâmbia até as ilhas do Cabo Verde. A língua guineense formou-se vagorosamente na Guiné-Bissau, no Cabo Verde e em Ziguinchor, tendo como base lexical o português. Para os linguistas, essa língua é um complexo linguístico no qual o léxico possui sua origem, em grande parte, na língua de base, que era usada pelo colonizador, contudo, as suas estruturas derivaram de substâncias das línguas africanas (AUGEL, 2006, p. 70). A língua guineense nasceu a partir do contato das línguas locais mais correntes e o português. Atualmente, é o idioma mais falado no país. Pelo que dizem, é a língua da unidade nacional, mas porque não é tida como a língua oficial do país e não está sendo usada na educação formal e na função pública?

Antes de respondermos a esta questão, queremos elucidar que a partir da discussão do sacerdote italiano, Luigi Scantamburlo, e da ênfase de Augel (2006) sobre o uso do termo “guineense” em vez do termo “crioulo”, que é pejorativo, decidimos refletir sobre essas sugestões e, finalmente, achamos que, de fato, o termo crioulo não nos favorece nessa discussão sobre a construção do Estado-nação, ademais, se nos equivocarmos diante do termo que devemos usar, seremos futuramente culpados diante das gerações vindouras. Sendo assim, a partir de agora, nesse texto, somente usaremos o termo a língua guineense. O próprio

Augel já dizia que o termo guineense, ou a língua guineense, não está sendo usado na Guiné-Bissau, mas ele não duvida de que, em breve, será o termo mais usado no país.

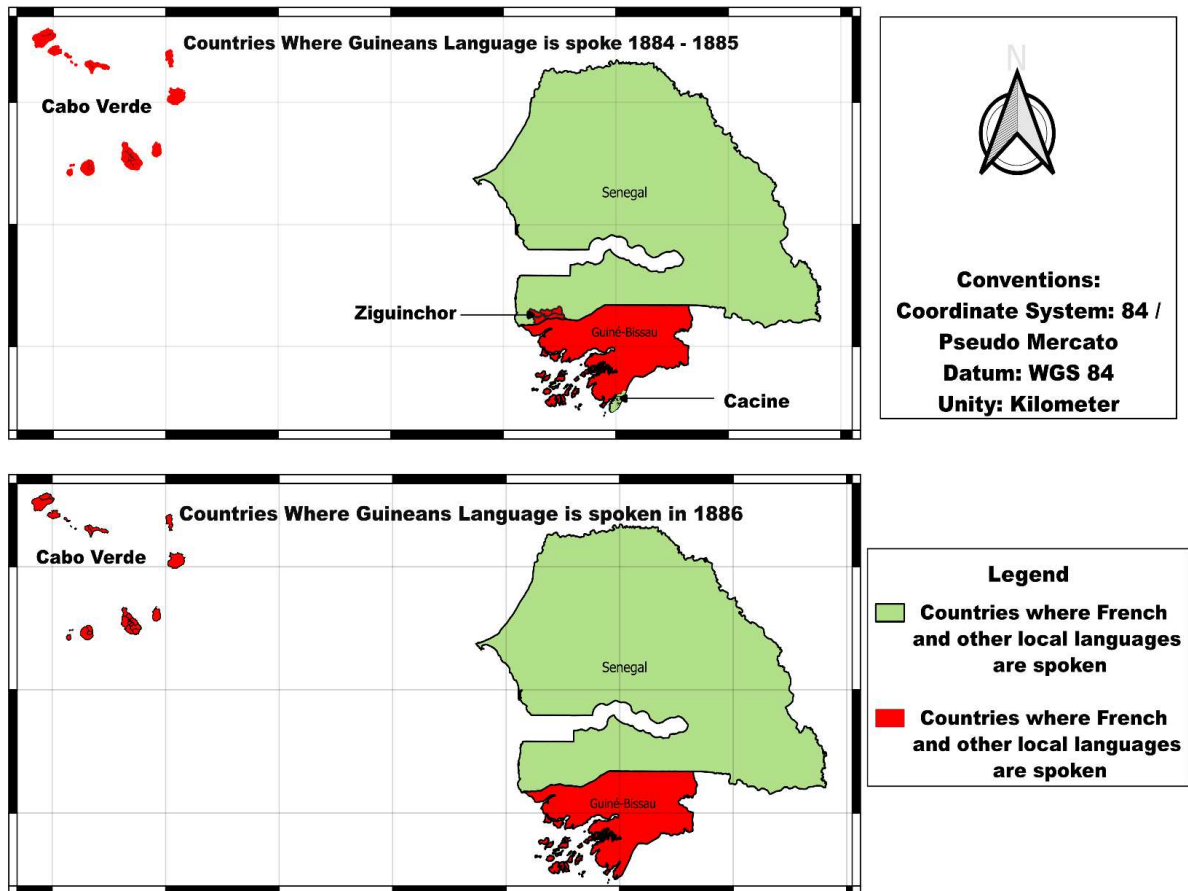
As Figuras 1 e 2 a seguir ilustram a área onde surgiu a língua guineense, a partir do contato dos portugueses com os nativos da atual Guiné-Bissau desde século XV até o momento da conferência de Berlin, de 1884 a 1885, e mudança desse idioma de Ziguinchor para Cacine, a partir do acordo franco/português de 1886.

Figura 1 – Área de estudo no continente africano – (grifo em vermelho)



Fonte: Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@16.3651298,21.3063102,4z> Acesso em 20 mai. de 2022

Figura 2 – Mapa dos países de língua guineense



Fonte: Trabalho feito pelos estudantes da geologia da UNESP de Rio Claro

Torna-se possível concordar que a língua guineense não era muito usada no país, pois cada etnia falava a sua própria língua materna; e a relação de amizade entre as etnias possibilitava o aprendizado e a compreensão da língua entre uma e outra, constituindo, assim, o primeiro motivo a comprometer o avanço da língua guineense durante os séculos. O segundo motivo foi no pleno século XIX, quando o colonialismo estava instaurado na África: os portugueses não deixaram que a língua guineense fosse difundida no território sob o seu domínio, isso contribuiu para que o guineense fosse pouco compreendido no interior do país até 1920 (KOHL, 2011, p. 47). Embora o país possua cerca de 20 línguas e sendo usadas com frequência no interior do país, entre essas línguas muitas são “tão aparentadas que poderiam ser classificadas como dialetos de uma mesma língua” (COUTO; EMBALÓ, 2010, p. 28).

A complexidade da língua guineense era muito grande para cidadãos residentes no interior do país, mas começou a ser propagada a partir da luta armada pela independência do país, isto porque, para os cabo verdianos se comunicarem com os guineenses, somente podiam fazê-lo por meio dessa língua guineense. A mensagem dos políticos revolucionários e as notícias eram comunicadas nessa língua guineense, foi assim que a sua essência se

constituiu e ela se transformou em língua nacional. A mobilização da massa para a guerra era feita em guineense, qualquer comunicação do PAIGC feita oralmente durante a guerra era em guineense, quando visavam passar as mensagens para a população local por meios de Rádio Liberação era em guineense. Semelhantemente, a formação dos militantes era realizada em guineense. O texto de Cabral, um dos mais venerados, foi escrito em língua guineense, com a finalidade de formar os quadros em 1969, e o seminário também foi realizado em língua guineense. As primeiras escolas, dirigidas pelo PAIGC nas zonas libertadas, eram em guineense (KOHL, 2011, p. 47; AUGEL, 2006, p. 71; AMADO, 2016).

Desde então, a luta contra o colonialismo foi vista como cenário em que se desenvolveram e se modernizaram o glossário e a morfológica da língua guineense. Primeiramente, se multiplicou o número das pessoas que se comunicam nessa língua. Porém, somente depois da independência, em 1974, que a língua guineense conquistou o seu maior prestígio e, a partir daquele momento, a heterogeneidade linguística, entre os vários grupos étnicos, foi se consolidando dentro do país, tornando, assim, o guineense a base para a formação do Estado-nação. Foi assim que deixou de ser uma simples língua comercial, para ser também da revolução, independência e construção nacional. Agora está sendo falada em todo o país, porém, não está sendo usada nas escolas, isto porque Cabral não tinha recomendado tanto o uso da língua guineense, como Balanta, Papel, Mandinga, nas escolas, mas somente português (AMADO, 2016; KOHL, 2011, p. 48), pois:

[...] o português (língua) é uma das melhores coisas que os tucas [...] nos deixaram, porque a língua não é prova de nada mais senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros, é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo (CABRAL, 1990, p. 59).

Refletindo sobre os fatos referentes ao uso da língua na construção da nação, percebemos que existe a divisão entre nacionalismo como movimento político, um é orgânico e o outro é territorial. O nacionalismo de caráter orgânico defende a ideia de que a nação se constitui em algo discernível, quando usa a língua como uma das ferramentas da sua formação, enquanto que o nacionalismo de cunho territorial – também denominado de cívico – enfatiza mais a fronteira, onde o território é delimitado, como a base que determina a identidade da nação. O nacionalismo anticolonial da região da África subsaariana se amparou no nacionalismo territorial, a ênfase sempre caía no limite territorial, isto é, o lugar onde a colônia tinha determinado o fim do território, igual ao bolo africano repartido nas sessões da Conferência de Berlim, entre 1884-1885. Essas fronteiras nunca foram reivindicadas pelos

líderes africanos¹¹ e, em consequência disso, os esforços dos políticos de cada nação visavam amparar a população até a fronteira (AMADO, 2016). Contudo, a Tanzânia se amparou no nacionalismo orgânico, onde a língua Swahili foi usada em detrimento das outras línguas, como discutimos na introdução.

Por meio de Kuzio (2002), ficou claro que não existe a harmonia de ideias entre os estudiosos do nacionalismo no Ocidente a respeito da função da língua na formação e no desenvolvimento da nação. É evidente, contudo, que a língua é uma referência da autoconsciência coletiva, que facilita na integração da nação. Ter uma única língua favorece a concretização da solidariedade. Também existe uma sacralidade especial baseada em uma única língua. Entretanto, o aspecto fundamental da língua é sua capacidade de produzir comunidades imaginadas, o que facilita a constituição da solidariedade (KUZIO, 2002, p. 168).

Alguns estudiosos do nacionalismo são muito cuidadosos em relação ao uso de uma única língua na formação da nação, e ainda fazem críticas ao nacionalismo que estabelece vínculos entre a língua, a etnia e a cultura, identificando línguas com nações específicas. Embora a língua seja um dos subsídios fundamentais na construção da nação, mas a sua identificação errônea como elemento mais poderoso pode servir de obstáculo na reconstrução das nações que atualmente pretendem resgatar suas identidades. Neste sentido, é preciso refletir sobre a função da(s) língua(s). O bilinguismo é compatível em uma única comunidade e nação. De outra forma, a língua é um fator formidável que informa a autoidentificação nacional e as atitudes políticas, porém, não é o Alfa e o Ômega da cultura de um país (Ibidem).

Voltemos, então, à questão específica que levantamos no início desse tópico – por que a língua guineense não é tida como a língua oficial do país e não está sendo usada na educação formal e na função pública? Pois bem, já dizemos que Cabral sempre viu a língua portuguesa como instrumento normal, que os cidadãos guineenses podem usar. Contudo, Amado (2016) assevera que é possível que Cabral não tenha se relacionado com os teóricos da essência e natureza dos fenômenos linguísticos nas suas discussões. A reflexão desse revolucionário sobre a questão da língua tem sua origem da conciliação de suas reflexões sobre: existência, ser, devir e realidade, também, pelo pensamento marxista. Por causa disso, é preciso entender a sua ontologia, se tinha como finalidade compreender as relações da sociedade e das pessoas com as línguas (AMADO, 2016).

¹¹ Todos sabem que o Casamansa faz parte da Guiné-Bissau e Cacine faz parte da Guiné Conacri, mas houve uma troca entre os portugueses e os franceses em 1886, como já tínhamos dito.

Ao contrário de Cabral, Fanon adotou a posição de que qualquer idioma influencia no pensamento, pois se uma pessoa incorporar a língua diferente da do corpo social, no qual nasceu, sofrerá mudanças, uma cisão, um afastamento de sua cultura (FANON, 2008, p. 40), porque aquilo que a pessoa fala supera o ambiente da comunicação ou uma simples forma que uma pessoa transmite uma mensagem à outra. Quer dizer, o uso da língua possui uma influência ímpar na consciência do utilizador, aquele que se constitui em o agente propagador da cultura dos donos da língua. É preciso esclarecer que a linguística política de Fanon foi influenciada pelos filósofos e grandes linguísticas que atuaram antes da década de 1960, que sempre afirmavam que o raciocínio deriva da linguagem, o que influenciou bastante na construção do capítulo “O negro e a linguagem” da obra de Fanon, intitulada “Pele Negra, Máscaras Brancas” (AMADO, 2016).

O guineense era a língua minoritária até o fim do colonialismo e era visto pelos próprios portugueses como uma língua deficiente/debilitada, por isso não a apoiavam como língua. Atualmente, embora não exista uma política voltada ao seu desenvolvimento e ao seu avanço dentro do território, assim como um projeto para a sua efetiva expansão e oficialização, se avançou e cobriu toda a nação. Às vezes, é necessária a promoção da língua, com a finalidade de propagar todo o seu status linguístico real a todos os membros da coletividade nacional (KUZIO, 2002, p. 170).

Em nossa análise, percebemos que a intenção de Cabral, como já havíamos dito, era que a própria realidade se construísse socialmente e não por imposições formuladas pelo homem. A realidade não depende da faculdade de um indivíduo, pois ela está além da vontade dos seres humanos para a transformar. Entretanto, os construtivistas alegam que não existe a realidade, quer a social ou a natural, ela é sempre construída pela ação do homem, mas Cabral contesta esta posição e argumenta que o ser humano faz parte da realidade, e a própria realidade é existente, mesmo sem a interferência do ser humano, o que significa que não são os seus impulsos que determinam a realidade, mas é a realidade que determina o que ele deve realizar. E já que a realidade é independente da ação do ser humano, então a ação do ser humano não muda a realidade e nem a constrói, o mesmo acontece com a língua, que é um simples instrumento da difusão desta realidade independente (AMADO, 2016).

A partir dessa experiência compartilhada, fica evidente que para Cabral não existe diferença em usar uma ou outra língua, português, inglês, russo, francês, desde que esse uso seja compreendido e benéfico para o povo, o que é igual, pensar no uso de tratores dos americanos, dos russos ou dos ingleses. O importante é conseguirmos a independência e sermos os agricultores e consumidores dos nossos produtos. Nesse sentido, é fácil entender

que para Cabral a língua do colonizador era um simples meio para a comunicação e, com certeza, não influenciaria no comportamento dos cidadãos guineenses depois do colonialismo. Depois dessa consideração, algo nos chamou atenção sobre a posição de Cabral diante da língua do colonizador, pois no dia a dia dele somente escutava a língua guineense nas suas comunicações (JALÓ, 2019).

Mas a esse respeito, Amado (2016) afirma que Cabral usa a língua guineense no seu dia a dia, porque na sua convicção qualquer língua é neutra, para isso não pode mudar a forma que as pessoas pensam. Assim, percebemos porque esse revolucionário africano resistiu à ideia do “relativismo linguístico”, argumentando que a língua é um simples elemento difusor colocado pronto para ajudar no entendimento do mundo, uma vez que é ferramenta colocada pronta para a comunicação entre os seres humanos, um objeto, uma forma para expor aquilo que se pretende dizer a respeito da vida e do gênero humano. A língua auxilia e facilita a evolução das relações sociais. Ela é um dispositivo propagador da cultura, no entanto, em si mesmo, não constitui a cultura.

No que tange à indicação da língua portuguesa na Guiné-Bissau como a oficial e de predominância, colocando a língua guineense em segundo plano, percebemos que o português causa dificuldade nos alunos em relação à ortografia e à pronúncia correta das palavras, visto que vários sons entre português e a língua guineense são parecidos, contudo, a escrita é diferente, o que evidenciou na sugestão de analisar os resultados gerais produzidos pelas escolas, empreendida durante as reuniões do mês de setembro de 1990, no Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação, vulgarmente conhecido por INDE. Essas reuniões tinham como assunto geral se a língua guineense deveria ou não ser usada na escola, melhor dizendo, sobre os benefícios e os limites da língua guineense nas escolas como língua para a educação formal. Embora o português ainda persista nas escolas, as questões provocadas naquela altura também persistem até agora (DJAU, 2015, p. 112).

2.2.2 As Forças Armadas da Guiné-Bissau na construção da nação

Para a tomada da independência diante dos portugueses, o movimento revolucionário guineense, sob a liderança de Amílcar Cabral, criou as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), que se organizou no início da luta pela independência. Os guerreiros muitas vezes passaram somente por treinamento básico militar e a maioria não completou suas escolaridades formais. Depois da guerra, foram esses combatentes que formaram as Forças Armadas do Estado e para alguns foram atribuídos os cargos na

segurança, enquanto outros assumiram os cargos no serviço civil (KOHL, 2014, p. 4; KOHL, 2011, p. 40).

A partir da análise sobre as forças armadas da Guiné-Bissau, percebemos que foi no pleno Congresso de Cassacá de 1964 que o líder do PAIGC, Amílcar Cabral, decidiu fazer a reforma dessas forças e, em seguida, fez a divisão dos guerrilheiros em três grupos/frentes – cada um sob a direção de um responsável dos militares: frente leste sob a responsabilidade de Domingos Ramos; frente sul sob a responsabilidade de Nino Vieira e frente norte sob a responsabilidade de Osvaldo Vieira. Com essa estratégia os guerreiros de Cabral progrediram mais no campo da batalha, assim, criaram a Zona Liberta, que passou a ser controlada pelo PAIGC até a tomada da independência (GOMES, 2010, p. 124). Depois da independência, o serviço militar era obrigatório até ao final da década de 1980, o recrutamento era feito a partir das escolas e abrangia entre sétima classe (sétima série), a décima primeira classe (décima primeira série) e era obrigatório permanecer nas forças armadas durante três anos, estando a pessoa livre desse serviço depois desse período.

É fundamental afirmar que o recrutamento militar possui importância ímpar na formação da nação. A Rússia adotou o serviço militar obrigatório em 1874 para o fortalecimento da nação. Weber, em seu estudo, percebeu que foi por meio do serviço militar do século XIX que os camponeses da França se sentiram como verdadeiros franceses (BANDYOPADHYAY; GREEN, 2013, pp. 5-6). Na África, muitos países usaram os mesmos exemplos do recrutamento militar obrigatório como já tínhamos elucidado na introdução desta dissertação.

Contudo, nesse momento, na Guiné-Bissau a estrutura das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) precisa ser reorganizada, pois a antiga estrutura idealizada desde a guerra da independência era especificamente para a guerra, no atual momento, a função das forças armadas é proteger a nação. A força armada pode interferir somente em caso de guerra, estado de emergência etc. e não em assuntos políticos (UNIOGBIS, 2020a, p. 62).

Os analistas pressupõem que no atual momento existem jovens soldados sem instruções e sem condições financeiras que lutam para serem aceitos e terem poderes dentro das forças armadas e, por meio do serviço militar, acessar os canais do dinheiro ilegal. Ademais, existem derrubes, falta de disciplina e vinganças pessoais no interior das forças armadas. E, por incrível que pareça, os próprios oficiais de alto nível e suas comitivas supostamente estão envolvidos no tráfico de drogas e de armas desde 2005 e, recentemente, se envolveram na extração ilegal de madeira e no tráfico dessa madeira. Além disso, esses

oficiais possuem o controle portuário da Guiné-Bissau desde o fim do conflito militar de 1998 a 1999, o que os permite rodear as autoridades aduaneiras na importação de mercadorias, enquanto que os soldados continuam a receber salários baixos, além do mais, as condições de vida da população não são estáveis e a educação continua inadequada (KOHL, 2014a, p. 6).

Muitos aproveitaram-se do status de libertadores da pátria para explicar o motivo de sua intromissão nos assuntos da governação do país e afirmam que eles entendem melhor o que é necessário para o país. Também é necessária a diversidade étnica dentro da força armada na Guiné-Bissau, como se fazia a partir do recrutamento nas escolas. Atualmente, as forças armadas guineense são influenciadas pela etnia Balanta, que constitui a maioria do exército da luta armada, estando alguns deles já acima de 80 anos. A dominação dessa etnia na força armada facilita sua dominação na política do país, ademais, muitos soldados levam seus filhos, primos ou parentes para o quartel e os transformam em soldados, no entanto, o país não possui recursos bastante para pagar esses soldados (BAPPAH, 2018, p. 20).

A Guiné-Bissau está solapada pela crise fortalecida pelas alianças feitas entre atores políticos e os líderes militares, para controlarem o poder e terem acesso aos recursos. Muitas vezes, os dirigentes das forças armadas participam das práticas violentas. Um dos mecanismos para superar a crise no país é a Reforma do Setor da Defesa e de Segurança (UNIOGBIS, 2020a, p. 62). É claro que desde a independência existia uma necessidade para a reforma do setor da defesa e de segurança. Os parceiros internacionais tentaram a reforma no final da década de 1990, porém, aquele projeto fracassou. O outro caso parecido foi em 2005, mas o seu projeto, que visava usar o modelo da ajuda da Grã-Bretanha em Serra Leoa para Reformar os militares idosos ou os que já completaram o número dos anos de serviço exigidos pelo país e facilitar suas reintegrações na vida civil caso tivessem interesse; melhorar o nível da formação dos que ainda estivessem no exército; e recrutar os jovens para um curto período de tempo, como estava programado, também fracassou por causa da agitação política e militar do país (CRISIS GROUP, 2015, pp. 8-9).

2.2.3 A sociedade civil guineense na construção do Estado-nação

Considerando o processo da constituição da nação guineense e os componentes necessários para a sua solidificação, achamos necessário trazer à discussão a sociedade civil, a qual, no espaço político, situa-se ente o governo e o indivíduo, e abrange grupos sociais, Organizações não Governamentais (ONGs), associações que colaboram para evitar as crises na sociedade democrática e uma transição política sem guerra. As organizações que referimos

aqui desempenham muitas funções: portam as informações a minorias e demais grupos marginalizados; contribuem para responsabilidade, a capacidade de resposta do governo e no aumento da transparência e sua valorizada; facilitam os cidadãos a terem influências nas decisões do governo, sem necessariamente competir pelo poder político ou recorrer à violência (DOBBINS *et al.*, 2007, pp. 200).

É preciso frisar que a ideia da sociedade civil se formou desde a discussão dos teóricos iluministas, tendo em vista que a razão propiciou o ambiente para apresentação das dúvidas relativas aos dogmas que eram tidos como produtos da interferência divina e o poder que aplica os referidos dogmas num sistema social hierárquico (KOLODY; ROSA; LUIZ 2011, p. 35). A sociedade civil...

[...] nasce, portanto, com instituição de um poder comum que só é capaz de garantir aos indivíduos associados alguns bens fundamentais, como a paz, a liberdade, a propriedade a segurança, que, no Estado natural, são ameaçados seguidamente pela a explosão de conflito (BOBBIO, 1998, 1206).

Analisando o caso da Guiné-Bissau sobre a existência da sociedade civil na constituição do Estado-nação, ficou claro que, nesse país, já existia uma relação entre o Estado, organizações e sociedade civil, que começou a nascer a partir da luta contra o colonialismo. A relação dessa sociedade com o Estado encontra-se no panorama global, a começar nos seus aspectos especiais que envolvem os seguintes: a relação entre ONGs, associações de bairros e Estado. Hoje é estimulado pelos projetos que são financiados pelas organizações internacionais que visam o apoio ao desenvolvimento; criação de vínculos entre ONGs, grupos de sociedade civil e Estado. Porém, sempre existia, e ainda existe, “clientelismo e monopólio” no momento da mediação dos políticos e/ou dos partidos. E, ainda, na criação de vínculos para estruturar as redes de debate e sugestões entre diversos grupos da sociedade civil e organizações sempre resulta nos interesses individuais por causa dos conflitos internos preexistentes (TEIXEIRA, 2016, p. 129).

Baseado na necessidade da existência de uma sociedade civil, Dobbins *et al.* (2007) observa que essa sociedade possui um papel que desempenha no apoio ao monitoramento do governo do país, assim, é necessário o apoio das organizações internacionais e o próprio país elaborar os regulamentos para o desenvolvimento e a proteção da sociedade civil. Igualmente, a sociedade civil deve ser apoiada com financiamento, treinamento e advocacia. Essa sociedade, ainda pode ser treinada e equipada para realizar a campanha de educação eleitoral e igualmente a campanha eleitoral. Uma sociedade civil diversificada, que possui as bases forte e bem fundamentadas, pode contribuir para a estabilidade democrática e ausência de

conflito interno. O trabalho de construir uma nação fornece a oportunidade para a formação da sociedade civil (DOBBINS *et al.* 2007, p. 200).

Teixeira (2016) assevera que numa das conversas com os responsáveis de grupos da sociedade civil na República da Guiné-Bissau, todos apresentaram a necessidade de fortalecer o vínculo com o Estado, para superar as dificuldades que estão sendo enfrentadas dentro dessa sociedade, pois sempre existe o interesse de realizar os trabalhos, produzir e fazer sugestões nas reuniões que visam discutir os assuntos de interesses comuns. Harmonizam os diversos grupos para dialogarem, contudo, não existe um esforço da parte do Estado, ou seja, o Estado sempre permanece neutro a respeito dos interesses coletivos. Ficou claro que um dos medos dos membros da sociedade civil é discutir ou agir em prol dos bens públicos e ser alvo de quem se apropria desses bens.

Por outro lado, não é de se admirar que a sociedade civil guineense seja muito fraca, pois é possível identificar que os membros dessa sociedade, às vezes, visam favorecer uma parte em conflito, quer seja conflito entre os membros do mesmo partido ou entre os de partidos diferentes, como veremos no Capítulo 3, intitulado “As sanções aplicadas pela CEDEAO”, pois a identidade dessa sociedade acaba sendo múltipla mista e com muito fluxo. Contudo, uma sociedade que visa construir uma nação precisa pensar em todos os “guineenses” e, em consequência de isso, remover as múltiplas identidades. É preciso lembrar que esse serviço é um dos mais nobres na construção da nação, pois ainda que existisse conflito partidário, a maioria dos cidadãos estaria unida por meio da sociedade civil, a partir da cultura política, cultivando um sistema de valores gerais, base moral, ideias, mitos e normas sociais etc. (KUZIO, 2002, p. 162).

2.2.4 História, memória e mito na constituição do Estado guineense

A história é um processo, neste sentido causas e fatos são escolhidos de acordo com a preferência e entendimento dos historiadores a respeito do seu significado expressivo. A apreciação da história, contudo, está vinculada aos juízos de valor e a causa está relacionado à interpretação. Eventualmente, o historiador pesquisa os fatos passados com os olhos do presente. Deve ser claro que ele não possui a obrigação de descrever os acontecimentos do passado, porém a de avaliá-los. Também é verdade que tanto o historiador quanto o cientista político são elementos da comunidade onde vivem e, mesmo assim, é impossível ou ao menos difícil organizarem as ideias do passado sem fazer referência ao presente. Muitos esforços

para promover uma nação estão baseados na confirmação do estado atual da nação com elementos significativos do passado (KUZIO, 2002, p. 199).

Durante a nossa investigação sobre a constituição do Estado guineense, percebemos que as explicações referentes à identidade nacional nesse país são compostas a partir do processo da revolução dirigido por Amílcar Cabral. Em consequência disso, as histórias, os ritos e as memórias nacionais estão relacionados com acontecimentos tais como a morte de Cabral, o dia em que o partido deu início à luta Armada, o Massacre de Pindjiguite e o dia da proclamação da independência. As comemorações são feitas em todo o território nacional, visando demonstrar sua importância para o país (AMONA, 2020, p. 56). As histórias e memórias da Guiné-Bissau não foram negadas nem deturpadas, porém, infelizmente, ignoradas.

Para Kuzio (2002), quando uma memória histórica for deturpada ou se for negada como uma história autêntica ou ainda ignorada, a existência da nação como Estado independente estará ameaçada. A permanência da autodeterminação depende da memória. Todas as gerações de uma nação devem receber todas as informações sobre sua história. Se a história for distorcida ou reduzida, a sociedade será automatizada, ou seja, perderá o seu próprio controle. Perder a memória histórica significa que a consciência nacional está corroída, igualmente, está destruído o seu senso de comunidade política e cultural, que é diferente do senso dos outros países (KUZIO, 2002, p. 200). Quando falamos da memória de uma nação, não estamos somente discutindo algo que ficou no passado, ou que ficou parado no tempo, pois “a memória é dinâmica e conecta as três dimensões temporais: ao ser evocada no presente, remete ao passado, mas sempre tendo em vista o futuro” (DOURADO, 2016).

É por causa dessas dimensões, que envolvem passado, presente e futuro, que a memória, mitos coletivos, a história e outros elementos são compartilhados, além de fortalecer o senso de gerações em gerações, que também contribui para unificar a população heterogênea. Se o problema da Guiné-Bissau é “etnização da política”, a memória e a história servem para unificar política dessa nação, caso contrário, o sentido de se unir e formar uma comunidade política não se consolidará. Sem história, mitos, valores, símbolos, territórios e memórias não existe nação. A memória faz parte dos elementos mais especiais de uma nação e é fundamental para identidade nacional. O próprio assassinato de Amílcar Cabral deve ser compartilhado, ainda que seja com lágrimas. Kuzio (2002) entende que a nação é formada com base nas memórias compartilhadas de alegria e sofrimento e, particularmente, de sacrifícios coletivos.

Também devem-se usar os mitos para construir a nação, contudo, esses mitos não devem ser exagerados, além do mais, devem ser relacionados com os fatos que aconteceram na própria nação. Para fazer jus a essa advertência, cita-se a conversa de Amona com os seus interlocutores, quando lhe fizeram uma pergunta retórica: “Quem te garante que tudo que foi dito, ou seja, a história contada sobre a luta é verdade” (AMONA, 2020, p. 64), em seguida, os interlocutores de Amona responderam que aceitaram a história sobre a luta pela independência, mas muitos fatos foram adicionados, que não chegaram a acontecer, isto é, tanto da luta armada quanto do revolucionário Amílcar Cabral. Toda a produção que foi adicionada em cima dos fatos verídicos visa ser inculcada na memória popular e aceita por meio da educação primária, cerimônias públicas e monumentos. Mas a implementação do multipartidarismo na Guiné-Bissau paralisou as nossas histórias, memórias, mitos, etc. Inclusive, foi anulada uma matéria que se chamava Formação Militante, que era ensinada a partir da quinta classe (quinta série). A razão disso foi porque todos esses elementos que tinham por finalidade construir e fortalecer a identidade nacional estavam relacionados com a ação do único partido – o PAIGC – que tinha lutado pela independência. Assim, falar das histórias, memórias e mitos nacionais significa exaltar um único partido. Esse fato levou a Guiné-Bissau à situação de colapso em todas as dimensões.

Entretanto, ainda existe a possibilidade de a história ser redescoberta e ainda existe a possibilidade de reinventar as novas tradições. O processo visa responder questões difíceis, isto é, quem somos, de onde viemos, quando fomos grandes e gloriosos, quem são os nossos ancestrais, quais são os nossos heróis, qual é a origem do nosso fracasso. Os mitos ajudarão na formação da crença, para reconstruir a identidade nacional. A invenção da tradição era uma norma quando os países que hoje são conhecidos como do primeiro mundo decidiram construir suas nações na Europa Ocidental e América do Norte, entre 1870-1914, bem como na antiga URSS, a partir de 1992. As tradições inventadas agora são muito importantes em países que herdaram grupos étnicos que tinham a necessidade de construir a identidade nacional. Na Escócia, novos mitos e novas tradições foram inventadas com a finalidade de unir os celtas (irlandeses) das terras altas ocidentais com os góticos do leste e os saxões das terras baixas (KUZIO, 2002, p. 204). A busca por “momento de paraíso” de uma nação ocorreu em todo o mundo, na busca de legitimidade, continuidade, dignidade e destino compartilhado.

3 DESAFIOS E DILEMAS DA GOVERNABILIDADE POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU

Este capítulo analisa o mandato de Jose Mário Vaz, que foi o primeiro presidente que completou os cinco anos da presidência estipulada pela Constituição do país, de 2014 a 2019, e que aconteceu sob a mediação da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Mas, antes de discutirmos sobre esse mandato, fizemos o panorama geral de governabilidades anteriores, que abrangeram o período de 1994 a 2012, também ressaltamos a presença da colonialidade na Guiné-Bissau. É necessário destacar que neste capítulo não discutimos a governança desse país, apenas apresentamos o seu conceito, porque se discute o que existe e como não existe a governança na história da Guiné-Bissau, também não existe a forma de falar sobre ela. O próprio De Carvalho Araújo (2002) elucida que “sem governabilidade plena é impossível obter a governança” (p. 7).

Ficou claro que foi no século XVI que começou, portanto, a formação do pensamento ocidental, em outras palavras, o eurocentrismo, que pode ser tido como os artificios do pensamento moderno/colonial que facilitou a legitimação do domínio europeu. A partir desse momento, o outro que não era cristão, que não possuía escrita, que não era desenvolvido, que não possuía democracia, foi tido como atrasado em relação à modernidade europeia. Assim, surgiu a colonialidade que discutimos no primeiro capítulo. Na base desse imaginário e da forma com que os outros eram classificados, “houve também um processo de dissimulação, esquecimento e silenciamento de outras formas de conhecimento que dinamizavam outros povos e sociedades” (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016, p. 17).

O mito da modernidade se enraizou ainda mais quando os povos europeus se sentiram obrigados a desenvolver os outros povos tidos como atrasados (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016, p. 17). Em resposta a esse pensamento, a Guiné-Bissau abraçou a modernidade europeia nas estruturas e sistemas políticos, assim como nas suas estratégias da governabilidade política. Esse último, ou seja, a governabilidade política, que é o assunto primordial desse terceiro capítulo, trata-se das situações fundamentais da atuação legítima do Estado e do seu governo decorrente de sua posição perante a sociedade civil e de cada cidadão.

A governabilidade pode ser tida como “a autoridade política do Estado em si”. É evidente que é a habilidade que o Estado possui para reunir as diversas preferências que são espalhadas pela sociedade e as construir em uma única finalidade para “curto, médio e longo

prazos”. Estas conjunturas, de certo modo, podem ser sintetizadas como as políticas do Estado para benefício da população. Em suma, é a capacidade “de articular alianças e coalizões/pactos entre os diferentes grupos sócio-políticos para viabilizar o projeto de Estado e sociedade a ser implementado” (DE CARVALHO ARAÚJO, 2002, p. 6).

No caso da Guiné-Bissau, quando o PAIGC dominou a dita Zona Libertada, em meados da década de 1960, organizou a estrutura com forte liderança local, mas com muito pouca democracia no topo, pois, Cabral que era o líder inquestionável, escolheu os tenentes que foram nomeados e não eleitos, assim, esse sistema de tomada de decisão persiste até agora, qualquer presidente tenta agir como Cabral na tomada de decisão, o que tira a legitimidade de muitos desses presidentes, ou seja, a própria sociedade não se sente representada por uma pessoa autoritária (FISTEIN, 2011, p. 448). A governabilidade, além de exigir a democracia, também, em sua essência, exige rearranjo “das relações Estado-sociedade, Estado-mercado e entre os poderes ou funções do Estado (Executivo, Legislativo, Judiciário). O sistema político-partidário, a forma de governo e o mecanismo de intermediação de interesses dominante em uma determinada sociedade” (DE CARVALHO ARAÚJO, 2002, p. 7). Independentemente de essa sociedade ser pluralista, corporativa, classista, precisa de certa reforma para que a governabilidade continue a ter vínculo.

Vale frisar que se a noção de governabilidade aparece como reflexo semântico à necessidade de analisar e superar as crises do Estado, que dirige processos sociais e responde aos desafios da sociedade que são colocados diante desse mesmo Estado, a noção de governança...

[...] refere-se mais fortemente à dimensão normativa da atividade estatal. Em que pese suas possíveis ambiguidades e imprecisões, a noção de governança, seja em seu uso pioneiro pelo Banco Mundial para entender os problemas políticos dos países periféricos (TORRES, 2016, p. 157).

Ou, como esse conceito é usado atualmente, a governança está relacionada com os assuntos referentes à melhor forma que o governo deve funcionar, quer seja explicada claramente ou não, é vista como governo democrático.

É preciso entender que um elemento que distingue a governança da governabilidade é a fonte ou a base fundamental da governabilidade, que são os cidadãos ou aquela cidadania que leva ao Estado suas necessidades e possibilita maior alcance de conquistas, ou seja, a cidadania organizada em partidos, associação ou outras entidades representativas. No caso da governança são “os aspectos adjetivos/instrumentais da governabilidade”. De modo geral, a governança deve ser entendida como a capacidade que um governo possui para elaborar e aplicar as suas políticas.

Esta capacidade pode ser decomposta analiticamente em financeira, gerencial e técnica, todas importantes para a consecução das metas coletivas definidas que compõem o programa de um determinado governo, legitimado pelas urnas (DE CARVALHO ARAÚJO, 2002, p. 6).

A origem da governança são funcionários da administração pública, que possuem um vínculo de trabalho com órgãos que fazem parte do Estado, que facilitam a aplicação adequada das políticas públicas e, além do mais, simbolizam a face deste perante o mercado e a sociedade civil. Tais conceitos explicitam a força da colonialidade do saber.

3.1 PANORAMA GERAL DA POLÍTICA DA GUINÉ-BISSAU ENTRE 1994 E 2012

Já frisamos que Portugal começou a ter contacto com a África Ocidental a partir do século XV, igualmente comentamos que o Acordo Franco-Portuguesa de 1886 designou as fronteiras da Guiné Portuguesa (atual Guiné-Bissau), onde os portugueses permaneceram até 1974, momento que os guineenses conquistaram a independência por meio de uma luta armada que durou 11 anos. Assim, o PAIGC, partido que dirigiu a luta, assumiu o governo do país e se baseou em regime autoritário de inspiração marxista leninista, sendo o único partido até 1990, década em que predominou a onda geral de democratização. Desse modo, em 1991 a democracia foi legalizada no país (ELGIE, 2011, p. 97).

É fundamental recordar que em 1993 foi feita a revisão da Constituição, o que provocou muitas mudanças no funcionamento das instituições, inclusive com a introdução do sistema semipresidencialista, levando, desse modo, a Guiné-Bissau a começar uma nova fase. A partir da nossa busca, encontramos que em 1994 foram realizadas as primeiras eleições multipartidárias, então, o país cruzou a fronteira do antigo regime (autocracia) para a democracia e começou o alicerçamento da democracia, seguindo a estrutura semipresidencial do modelo português (INSTITUTO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA, 2018, pp. 2-3).

As primeiras eleições aconteceram em junho do ano supracitado, no qual o PAIGC conquistou a maioria parlamentar, 62% num total de 100 assentos da legislatura do então momento. O representante do PAIGC nas presidências, Nino Vieira, obteve 46,2 % nessas primeiras eleições, enquanto que o seu adversário mais próximo, Kumba Yalá, do Partido da Renovação Social (PRS), ganhou 21,9%. No segundo turno, realizado em agosto do mesmo ano, Vieira foi eleito com 52% dos votos e Yalá com 48%. Assim, Vieira Assumiu a presidência da República e nomeou para o cargo do primeiro-ministro Manuel Saturnino da Costa, mas, com a dificuldade econômica que o país enfrentou durante esse governo e a agitação social, Nino Vieira demitiu o seu homólogo, Saturnino da Costa, em 1997, alegando

uma grave crise que ameaçava o funcionamento normal do país. Mesmo assim, a situação econômica e política se agravou. As eleições legislativas, que deveriam ser realizadas em junho de 1998, foram adiadas. Ora, tudo indica que até aquele momento o próprio Vieira não era mais popular como antes no país. Então, se as eleições legislativas fossem realizadas no então momento, a vitória poderia ser do PRS ou do Resistência Guiné-Bissau/Movimento Bafatá (RGB/MB) (ELGIE, 2011, p. 100).

No mesmo ano, também houve uma confusão no exército guineense, na qual Ansumane Mané, chefe do Estado-Maior do Exército, foi acusado de ter vendido armas aos rebeldes de Casamança, uma região do Senegal, que lutavam pela independência. Essa confusão seguiu-se com a decisão do presidente Vieira, em fevereiro de 1998, de suspender Mané. Porém, o poder legislativo decidiu nomear uma comissão especial para investigar esse caso. Depois da investigação, a comissão concluiu que as acusações contra Mané eram falsas, também especificou que foram as pessoas próximas ao presidente Vieira que conduziram o tráfico das armas. Mesmo assim, antes da publicação do relatório dessa comissão, em 6 de junho, o presidente Vieira nomeou um substituto do Mané para o cargo do chefe do Estado-Maior do Exército, o que resultou no confronto entre os dois, que deu no “Conflito Militar de 7 de Junho 1998” (ELGIE, 2011, p. 98; UNIOGBIS, 2020a, p. 15).

O conflito de 7 de junho de 1998 começou entre a elite político-militar e foi se estendendo – os militares fieis ao Nino Vieira são conhecidos como tropas governamentais enquanto os que se juntaram ao Ansumane Mané ficaram famosos com o nome de Junta Militar. Nesse conflito, milhares de pessoas perderam vidas e centenas de milhares refugiaram-se no interior do país, em países vizinhos e em Portugal. Naquele momento, tanto a CEDEAO quanto a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) se envolveram na mediação.

Assim, no 1º de novembro de 1998, em Abuja – capital da Nigéria – as partes chegaram ao acordo de paz – Acordo de Paz da Abuja –. Os militares fieis ao Nino Vieira (tropas governamental) e os da Junta Militar retirar-se-iam das fronteiras de confronto e o local estaria sob a vigilância de uma força de intervenção da CEDEAO – o Grupo de Acompanhamento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOMOG) (o “MOG” significa o grupo de monitoramento). Essa força de interferência da CEDEAO possui a finalidade de garantir a segurança da concretização do acordo e da ajuda humanitária. Foi a partir desse acordo que a ONU, também, começou a atividade da construção da paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS, 2020a, p. 15).

O conselho da ONU também solicitou ao Secretário desta organização que criasse uma forma de captar o recurso fiduciário para a Guiné-Bissau. Assim, em abril de 1999, em Nova Iorque, na sede das Nações Unidas, os Estados membros assumiram o compromisso de prestar ajuda financeira ao ECOMOG, entretanto, um mês depois, em Genebra, numa mesa redonda do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foram prometidos US\$ 200 milhões para a cobertura dos gastos relativos às atividades da consolidação da paz, democracia, atividades eleitorais, desmobilização e reintegração de antigos combatentes na vida civil, processo de remoção de minas terrestres e unificação das forças armadas. Para auxiliar o estabelecimento do Acordo de Abuja, em abril de 1999, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a criação do Gabinete de Apoio das Nações Unidas para a consolidação da paz na Guiné-Bissau (resolução 1233). Porém, no mês de maio do mesmo ano o cessar fogo foi violado e o Presidente Vieira foi deposto diante da Junta Militar liderada pelo General Mané. Desse modo, a CEDEAO retirou o ECOMOG do país, que tinha apenas 600 soldados (HAVIK, 2017, p.1; UNIOGBIS, 2020a, p.16).

Durante esta pesquisa, percebemos que foi o conflito de Casamança que construiu o palco para o conflito militar de 7 de junho de 1998 na Guiné-Bissau, momento em que a política guineense assinalou o primeiro “colapso da democracia”. Elgie (2011) assevera que a Guiné-Bissau situa-se num ambiente regional no qual os fundamentos da democracia eram fracos até então. Por exemplo, a Guiné-Bissau se limita ao norte pelo Senegal, onde existe uma harmonia de opinião de que a democracia só começou apenas em 2000 (ELGIE, 2011, p. 100). Quanto ao conflito militar de 7 de junho de 1998, este desenrolou-se até 6 de maio de 1999, momento em que a Junta Militar venceu o lado governamental, levando, assim, Nino Vieira a perder a legitimidade de sua governabilidade e se exilar em Portugal.

Entretanto, a responsabilidade de governabilidade do país estava sob Mané, o líder de Junta Militar. Todavia, Mané era militar, então, carecia da legitimidade dessa governabilidade. Assim, a responsabilidade foi aceleradamente delegada, ao menos nominalmente, ao presidente interino, Malan Bacai Sanhá, do PAIGC. Desse modo, começou o processo de transição democrática, que resultou na eleição de 28 de novembro de 1999, na qual Bacai Sanhá representou o PAIGC nas presidenciais para enfrentar Kumba Yalá do PRS. Nesse primeiro turno das eleições presidenciais, o líder do PRS obteve 38.8% dos votos, à frente de Malan Bacai Sanhá, do PAIGC, que tinha 23,4%; e no âmbito das eleições legislativas, o PRS era o partido mais votado, com 38% de um total de 102 assentos na Assembleia (importa especificar que nesse momento foram aumentados dois assentos parlamentares) (UNIOGBIS, 2020a, p. 17).

O segundo turno dessas eleições foi realizado no dia 16 de janeiro de 2000, no qual Yalá foi eleito com maioria assustadora – 72,0% dos votos – e assumiu o país no dia 17 de fevereiro como um político muito popular. No entanto, enquanto o país se adaptava ao clima de paz, o general Mané não havia se desligado do poder. Ele criou um escritório frente à presidência com a placa que tinha a seguinte inscrição: “Alto Comandante da Junta Militar, Co-presidente”. Foi assim que ele começou a desafiar a autoridade do presidente. Contudo, Yalá se dedicou ao serviço do país. Antes de ser empossado já designou Caetano N'Tchama, do PRS para o cargo de primeiro-ministro. No mês de fevereiro, afirmou publicamente que o seu governo seria inclusivo e, de fato, o seu governo foi composto pelos membros de PRS e de Resistência Guiné-Bissau/Movimento Bafatá (RGB/MB), o segundo partido mais votado nas legislativas; também incluiu muitos candidatos independentes de pequenos partidos e um colega do General Mané (ELGIE, 2011, p. 101).

Temos que admitir que existe uma ironia no preciso momento, por Yalá ser a pessoa que consertaria o país quebrado, embora não faltasse a capacidade para o líder do PRS, mas essa situação nos traz à memória o contexto em que Amílcar Cabral estava envolvido na luta de libertação. Depois da guerra civil 1998/1999, o clima político era altamente explosivo, por outro lado, os militares sentiram ser os donos do poder, justamente porque derrubaram o símbolo da bravura (Nino Vieira). Então, isso demonstra que Yalá se inseriu no mesmo lugar em que Amílcar Cabral tinha se colocado no Congresso de Cassacá em 1964 – consertar a unidade do partido que se dedicava a lutar pela independência e evitar que a guerra por esta se fragmentasse em conjuntos de miniguerras regionais. A persistência, a unidade e o respeito ao visionário Amílcar Cabral transformou-se em comportamento padrão da política da Guiné-Bissau (FISTEIN, 2011, p. 451). Relativamente ao momento pós-guerra de 7 de junho de 1998/1999, era impossível superar a crise de imediato, isso não somente referindo-se a Yalá, mas a qualquer líder guineense no então momento.

Como já frisamos, a governabilidade de Yalá visava criar um governo de consenso, contudo, Elgie (2011), afirma que a administração liderada por N'Tchama foi considerada como a de um governo inclusivo somente por parte das pessoas aliadas ao PRS, contudo, desde o começo esse governo já demonstrava que o consenso era simplesmente um disfarce. Citando o caso do próprio N'Tchama, que foi votado por 46, de um total de 52 membros do órgão dirigente do PRS para liderar o governo, mesmo assim, houve boatos de que Yalá propôs ao partido o seu candidato preferido. Porém, o artigo 98 da Constituição da Guiné-Bissau alude: “1. O Primeiro-Ministro é nomeado pelo Presidente da República tendo em conta os resultados eleitorais e ouvidos os partidos políticos representados na Assembleia Nacional

Popular”. De fato, Yalá não fez essa consulta, simplesmente anunciou que N'Tchama seria o primeiro ministro, o que demonstra a inconstitucionalidade logo no começo.

Por outro lado, a natureza altamente fragmentada da sociedade guineense fortaleceu a possibilidade de colapso democrático. Durante os anos de 2000-2003, era comum escutar o termo “balantanização dos cargos políticos”, o que quer dizer a nomeação de indivíduos de grupo étnico Balanta do presidente Yalá. A circulação desse enunciado se constituiu em uma das maiores fontes da crise política do país durante o mandato de Yalá (ELGIE, 2011, p. 97). Isso contribuiu para a maior fragmentação da sociedade e nos fez lembrar o momento em que os portugueses tinham dominado o país e incentivavam a divisão (FISTEIN, 2011).

Nesse estudo percebemos como esse país viveu seus altos e baixos, as revoltas e assassinatos. Por exemplo, no dia 23 de novembro de 2000, houve uma confusão entre o general Ansumane Mané com as forças do governo, porém, depois de uma semana de confronto Mané foi morto. A partir daquele momento, parece que a situação da segurança se tornou estável e encorajadora para Yalá (ELGIE, 2011, p. 102). Em 10 de setembro de 2001, o supremo tribunal tinha discordado da expulsão de um grupo de muçulmano Ahmadiyya do país, narrando esse fato como inconstitucional. Em resposta à ação dos juízes, Yalá demitiu três deles e depois de uma semana nomeou os três novos juízes. Houve relatos de que o governo não sabia dessa decisão do presidente, no entanto, os magistrados do país decidiram paralisar os seus serviços durante um mês e não houve nenhuma sessão nos tribunais.

Yalá demitiu vários ministros do governo de tal maneira que o primeiro ministro Nhassè o acusou de ter se prevaletido do cargo para fazer valer sua própria vontade. No mês de outubro de 2002, o PAIGC, juntamente com RGB-MB e os outros dois partidos, Aliança Democrática (AD) e Frente Democrática e Social (FDS) decidiram escrever uma carta solicitando a renúncia do presidente Yalá, considerando-o o criador da crise no país, principalmente porque o seu governo não tinha uma boa relação com o parlamento. No dia 14 de novembro de 2002, o chefe de Estado, Yalá, decidiu dissolver a Assembleia Nacional Popular e acusou esse órgão de ter atitude de desordem. Passados três dias, demitiu o primeiro-ministro Nhassè em seguida nomeou Mário Pires, do PRS, como primeiro ministro (ELGIE, 2011, p. 104). Naquele momento, existiam boatos de que Yalá sequenciou esses eventos propositalmente para que Pires, o novo primeiro-ministro, não tivesse que enfrentar uma votação sobre o programa do governo.

Queremos salientar que, em nossa análise, percebemos que no mandato de Yalá houve momentos em que a legislatura tomou a decisão de rever a Constituição. O projeto da revisão foi estruturado e em seguida foi feita a redação do texto, mas quando esse texto estava

pronto para ser promulgado em 2001, Yalá recusou-se a ordenar oficialmente a publicação, além do mais, a situação piorou com as circunstâncias políticas naquele momento. O texto que estava em discussão era o artigo 98 da Constituição que já citamos nesse tópico. Obviamente...

[...] ao dar ao partido ou à coligação de partidos que ganhou as eleições o poder de designar o Primeiro-ministro, a Constituição privilegia a legitimidade das urnas (INSTITUTO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA, 2018, p. 3).

Sendo assim, por que o presidente deve consultar os outros partidos com assentos no parlamento?

É fundamental destacar que Yala tinha prometido as eleições legislativas em 2003, mas estas não aconteceram. As eleições deveriam ser realizadas em fevereiro, porém, foram adiadas para abril de 2003, e, depois, de julho para agosto de 2003, tendo sido também adiado o mês de agosto. As mesmas promessas tinham sido feitas por João Bernardo Vieira em 1998¹², contudo, este adiou as eleições legislativas porque sentia que não tinha condição para vencer os seus adversários políticos. Foi isso o que aconteceu com o famoso carismático do PRS, Kumba Yalá, que despencou de sua popularidade em 2003, sabendo, então, que existia a possibilidade de os adversários ganharem aquelas eleições. Mas a verdade é esta: cada um desses dois líderes, no seu tempo de mandato, tinha medo de coabitação. Quando Kumba Yalá decidiu adiar as eleições novamente, no dia 14 de setembro de 2003, os militares o derrubaram, e, assim, sem ter mais legitimidade de representar o Estado e sem a capacidade de tomar decisões, foi substituído interinamente por Henrique Rosa. Um certo escritor vai afirmar que Yalá era tão autoritário que os militares agiram para restaurar a democracia¹³ (ELGIE, 2011, p. 105).

Novamente foram feitas as eleições legislativas, contudo, começou uma nova sequência das crises sustentadas pela debilidade da reforma do sector de defesa. Desta vez, a divergências era entre os próprios militares, que em 6 de outubro de 2004, acabaram assassinando o Chefe do Estado Maior, General Veríssimo Correia Seabra, e o porta-voz do exército, Coronel Domingos de Barros. Essa prática prejudicou as ajudas conseguidas desde o início do governo de Carlos Gomes Júnior, primeiro ministro, membro do PAIGC (Partido Africano pela independência da Guiné e Cabo Verde), que venceu as eleições legislativas em março de 2004 (UNIOGBIS, 2020a, p.17).

¹² As eleições legislativas deveriam acontecer em junho de 1998, mas foram adiadas. Infelizmente, foi justamente nesse período (junho de 1998) que o país mergulhou na guerra civil.

¹³ Nós somos da opinião de que as forças armadas não devem se intrometer nos assuntos políticos, ainda que as eleições fossem adiadas, não caberia às forças armadas depor o presidente eleito pelo povo.

Henrique Rosa, o substituto de Kumba Yalá, interinamente, com certeza tinha o apoio de alguns elementos das forças armadas, a sociedade civil e muitos políticos, quando decidiu convidar Nino Vieira, que se encontrava exilado em Portugal, para voltar ao país. Assim, Vieira decidiu voltar justamente no momento em que o país estava se preparando para as eleições presidenciais e concorreu como candidato independente à presidência para enfrentar Yalá, do PRS, e Malam Bacai Sanhá, representante do PAIGC nas eleições realizadas em 19 de junho de 2005. É importante esclarecer que essas eleições ocorreram em um clima muito tenso. Contudo, Nino Vieira venceu essas eleições e se tornou presidente novamente. Menos de um mês da presidência, Vieira demitiu o seu primeiro ministro, Carlos Gomes Júnior. Essa demissão não surpreendeu nenhum guineense, pois a rivalidade estava viva, antes do regresso de Vieira, durante campanha eleitoral e até na tomada de posse de Vieira como o presidente da República. Em janeiro de 2007, um chefe de Marinha muito popular foi assassinado, e assim começaram as crises no regime de Vieira. Foram essas crises que facilitaram o narcotráfico e o transnacional crime organizado (UNIOGBIS, 2020a, p. 17; FISTEIN, 2011, p. 451).

As rivalidades aumentaram ainda mais dentro da Guiné-Bissau, o que resultou nas maiores crise desse país. Naquele momento, era fácil perceber como os políticos e militares estavam envolvidos com narcóticos, cada um queria se enriquecer a todo custo, e foi isso que aumentou a violência entre os militares. Enquanto esse clima permanecia, foram assassinados o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, General Tagme Na Waie, e o presidente Nino Vieira, consecutivamente, nos dias 1 e 2 de março de 2009 (UNIOGBIS, 2020a, p. 18). Rapidamente, as eleições presidenciais foram realizadas em 2009 e Malam Bacai Sanhá foi eleito presidente.

Durante essa pesquisa, percebemos que os problemas da Guiné-Bissau estão fora da normalidade, pois em 9 de janeiro de 2012 o presidente Malam Bacai Sanhá morreu (morte natural), desse modo, o país precisou realizar mais uma eleição presidencial antecipada, que aconteceu em 18 de março de 2012. Carlos Gomes Jr., que era o primeiro ministro no então momento, e que se candidatou às eleições presidenciais, era o candidato mais votado e Kumba Yalá, candidato do PRS, ficou em segundo lugar. Lembramos que os observadores internacionais consideraram aquelas eleições como justas e transparentes, mas Yalá mais cinco candidatos contestaram o resultado, argumentando que houve fraude. O processo dessas eleições terminou num clima muito tenso, envolvendo tanto a autoridade política quanto a hierarquia militar. Assim, os militares tomaram o poder no dia 12 de abril de 2012, quando

faltava somente dezoito dias para o segundo turno das eleições presidenciais, marcadas para 29 de abril de 2012 (UNION AFRICAINE, 2014, p. 1).

3.2 A ATUAÇÃO DA CEDEAO NA GUINÉ-BISSAU

Depois do golpe de Estado de 2012, a Guiné-Bissau enfrentou a crise social, política e econômica. De novo, as organizações internacionais, em especial a CEDEAO, intervieram com base no seu tratado revisado em 1993, no qual consta – Artigo 58.2, que alude – na prossecução destes objetivos, os Estados-Membros comprometem-se a cooperar com a Comunidade no estabelecimento e fortalecimento de mecanismos apropriados para a prevenção e resolução oportuna de conflitos intraestaduais e interestaduais, dando atenção especial à necessidade de: f) estabelecer um sistema regional de observação de paz e segurança e manutenção das forças quando apropriado (CEDEAO, 1993).

Amparados nesse dispositivo, os Estados Membros sentiram-se com liberdade de interferir nos assuntos políticos e/ou militar da sub-região. Assim, enviaram a Missão da Comunidade Econômica em Bissau (ECOMIB). Com o envio da ECOMIB depois do golpe de Estado de 2012, não foi a primeira vez que as forças da CEDEAO interferiram no país, como já frisamos no tópico anterior, que no momento da guerra civil de 1998 a 1999, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) chegaram em um acordo que ficou conhecido como: Acordo de Paz de Abuja de 1º de novembro de 1998, em que enviou o Grupo de Acompanhamento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOMOG).

Depois dessa guerra civil, esse país continuou a enfrentar crises políticas, assassinatos dos políticos e golpes de Estados. Embora a CEDEAO continuasse a fazer o seu papel de mediadora, ela não enviava suas forças para o território, contudo, quando faleceu o Presidente Malam Bacai Sanha (morte natural), foi necessário realizar as eleições, as quais aconteceram em março de 2012, e, como não tinha um vencedor do primeiro turno, era necessária a realização das eleições do segundo turno. Mas, antes desse turno, houve acusações de fraude eleitoral e boicote do segundo turno das eleições, previsto para abril do mesmo ano. Assim, a CEDEAO, a União Africana (UA) e a ONU intervieram, nomeando Alfa Condé, presidente da Guiné Conacri, como mediador daquele conflito. Para solucionar o impasse, a CEDEAO enviou, com apoio da ONU e da UA, 630 soldados para a Guiné-Bissau, denominados Missão da Comunidade Econômica em Bissau (ECOMIB), além disso, assumiu a liderança da mediação que estava sob as forças angolanas conhecidas como Missão Angola

(MISSANG), que tinha como finalidade implementar a Reforma do Setor de Segurança e de Defesa (HAVIK, 2017, p. 3).

A Missão da CEDEAO em Bissau (ECOMIB) disponibilizou 630 militares em maio de 2012, em primeiro lugar para inspecionar a saída da MISSANG e auxiliar no processo da organização da governabilidade e continuar o processo da Reforma do Setor de Segurança (RSS), que tinha sido iniciado pela Missão Angola (MISSANG). Lamentavelmente, a quantidade de tropas senegalesas destinadas ao cumprimento dessa missão era tão grande que suscitou ressentimento do conflito militar de 1998 a 1999, que o exército senegalês tinha apoiado o presidente Viera e depois retirado o apoio no final, com baixa vertiginosa de militares. Durante 2012, em Bissau, foi questionada neutralidade dessa força da Missão da CEDEAO, além do referido contingente senegalês, cuja base não estava em Bissau e efetuava pouco patrulhamento (O'REGAN; THOMPSON, 2013, p. 27).

Para Crisis Group (2015), a ECOMIB também foi criticada por ter infringido o princípio dos direitos humanos ao longo do período da transição. Contudo, no momento das eleições em 2014, a Missão desempenhou o papel de amparar as instituições e foi reconhecida por todos. É necessário esclarecer que o seu tempo foi prorrogado até junho de 2015, porém, a CEDEAO deixou claro que não poderia se responsabilizar pelo seu financiamento sozinha, caso fossem necessárias outras prorrogações do seu mandato. Assim, a União Europeia (UE) manifestou sua disponibilidade em ajudar, no caso de outras prorrogações. Sua posição moderada diante do golpe permitiu sua atuação como mediadora dos líderes militares perante a pressão internacional. Finalmente, a CEDEAO possui a oportunidade de conhecer as questões peculiares dos exércitos africanos (CRISIS GROUP, 2015, p. 6).

As instituições democráticas, a sociedade civil e a liberdade da mídia na Guiné-Bissau são áreas que precisam de apoio. Também está claro que essas três diferentes áreas do país possuem uma força para resistência e causam influência entre a população. Todavia, enfrentam muitas intimidações e violência por parte dos políticos, assim como os líderes militares que tiveram ressentimentos provocados por esses vários atores independentes. Desse modo, a comunidade internacional, em especial a CEDEAO, por intermédio de sua Missão Militar (ECOMIB), que estava no país, deveria lutar para que esses grupos se sentissem amparados. As agressões e intimidações dirigidas contra sociedade civil, ativistas dos direitos humanos, bem como jornalistas, deveriam ser evitadas, pois se um dirigente da sociedade civil ou um jornalista violasse uma regra deveria ser condenado pelas leis do país. Também...

[...] deveria ser adotada a legislação que garantisse a liberdade de expressão, quer para o cidadão comum como para a imprensa; uma legislação que

preveja a abertura de inquéritos independentes que envolvam intervenientes internacionais (O'REGAN; THOMPSON, 2013, p. 46).

Alguns diplomatas entendem que a CEDEAO, para evitar a discórdia com os oficiais do exército no país atrasava a renovação do tempo da ECOMIB e sempre validava os seus créditos financeiros. Os outros fazem perguntas relativas a sua habilidade para fazer a fiscalização no território nacional e comunicar o que for necessário, e ainda existem diplomatas que questionavam sua condição financeira, ou a sua competência para evitar o uso indevido desses fundos. Muitas vezes, diziam que a CEDEAO pretendia usar outras organizações internacionais para exercer sua influência. De fato, existia sensibilidade e desconfiança entre os atores internacionais envolvidos nas causas da Guiné-Bissau. Mas a CEDEAO sempre demonstrava a sua disponibilidade, não somente para a manutenção da paz, como também para a RSD (Reforma do Setor da Defesa), além de possuir uma missão preparatória, com tropas e com base diplomática muito forte para atuar no país (CRISIS GROUP, 2015, p. 7).

O'regan e Thompson (2013) apoiam a mesma posição em relação à CEDEAO, ou seja, a posição de que essa organização possui uma presença muito forte na Guiné-Bissau, com um quadro mais adequado para a gestão da paz e da segurança em qualquer país da África Ocidental, maior legitimidade na região e maiores recursos financeiros para gerir as causas. Além do mais, ainda possui uma boa relação de amizade com os oficiais da força armada do país. Embora exista a suspeita com essa organização por causa dos militares do Senegal, país que apoiou Nino Vieira durante o conflito militar de 1998 a 1999 e a contínua indagação sobre a presença da ECOMIB. Mas, ainda assim, é mais seguro do que a CPLP, que não dispõe de um verdadeiro orçamento, capacidade ou mandato para assegurar uma missão de estabilidade.

A participação da Guiné-Bissau na Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) possui muitos benefícios, porém o maior de todos os seus benefícios, no que diz respeito à “segurança e governabilidade”, provavelmente é a Missão da CEDEAO em Bissau (ECOMIB), que ficou mais evidente quando essa organização colocou mais que 600 militares para a manutenção da paz, gerenciar o clima político e contribuir na restituição de um governo legítimo no país.

O mandato da ECOMIB foi estendido e uma missão de observadores com 120 membros foi deslocada para monitorizar as eleições de 2014 e a correspondente segunda volta, enquanto um contingente militar patrulhava os subúrbios vulneráveis e centros de votação (DOCUMENTO, DO BANCO MUNDIAL, 2015, p. 128).

Por fim, é imprescindível recordar que a União Europeia (UE) manifestou o seu interesse no processo de superar a crise política da Guiné-Bissau. Essa organização prestou a ajuda financeira à Missão de CEDEAO na Guiné-Bissau (ECOMIB), ajuda que serviu para pagamento de subsídio, alimentação e cuidados, além de tantos outros setores, como o Setor de Pesca, com uma quantidade considerável de recursos financeiros, embora essa ação da União Europeia tenha acontecido depois que a CEDEAO manifestou suas dificuldades orçamentais. Portanto, não se deve esquecer que o ator principal, em todo esse processo, é a própria CEDEAO, que suportou a maioria dos encargos financeiros para manter a ECOMIB por um período mais longo do que o tempo necessário na Guiné-Bissau. Embora muitas vezes tenha sido levantada a questão quanto à retirada dessa Missão, alvo de muita discussão, em 2017 aconselhou os políticos do país a desistirem dos conflitos sob pena de retirarem suas forças e ajuda. Em acolhimento dessa advertência teve como contrapartida a permanência da ECOMIB, garantida no país até o final de 2017 (BAPPAH, 2018, p. 29; CRISIS GROUP, 2015, p. 2).

3.3 GOVERNABILIDADE E DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU (as eleições de 2014)

A Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governança (CADEG), a Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH) e o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP) defendem o direito às eleições e à formação do governo com base na democracia. Essas normas abrangem as eleições satisfatórias, sufrágio universal, o direito de voto, a livre concorrência aos cargos públicos, o direito de o povo expressar sua opinião etc. Todos esses pactos internacionais foram assinados pela República da Guiné-Bissau (UNIÃO EUROPEIA, 2014, p.11). Com essa finalidade, o país precisava esforçar-se para restaurar a ordem constitucional e remediar as manifestações da crise decorrente do golpe de Estado de 2012.

Por isso, o panorama político do segundo semestre de 2013 na Guiné-Bissau foi marcado pelos preparativos para as eleições gerais. No entanto, existia a crise política dentro do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que estava a se preparar para o seu congresso nacional. Esse partido já tinha realizado os congressos regionais e era necessário que os delegados regionais participassem do congresso nacional, porém, naqueles dias havia divisão dentro do partido, resultado da divergência entre os candidatos. Contudo, no dia 21 de dezembro daquele ano (2013), a coligação dos candidatos Adja Satú

Camará e Carlos Correia se uniu ao Domingos Simões Pereira¹⁴ e assinaram um documento – Aliança pela Unidade e Coesão no PAIGC – para disputar a liderança do partido com os demais candidatos. Os candidatos aliados solicitaram uma revisão do estatuto do partido para permitir que o presidente pudesse dirigir os principais órgãos do partido e o secretário-geral ficasse com a responsabilidade de chefiar a lista do partido nas eleições legislativas. E se o partido ganhasse as eleições legislativas, esse secretário-geral assumiria a liderança do governo. Porém, esta sugestão foi contestada por Braima Camará, que era um dos candidatos (UNIOGBIS, 2014).

Então os candidatos coligados fizeram uma nova proposta, isto é, que o Secretário-Geral do partido fosse o chefe do Poder Legislativo, caso o partido conseguisse a maioria no Parlamento, e, assim, o presidente iria dedicar-se exclusivamente ao partido. Os candidatos ao cargo do secretário-geral naquele congresso foram: Sr. Domingos Simões Pereira, Aristides Ocante da Silva, Cipriano Cassamá, Daniel Gomes e Braima Câmara, mas este último, que era uma figura muito respeitado no partido, novamente rejeitou esta proposta. Então as eleições foram realizadas e, com a ajuda do Comitê Central do PAIGC, o Sr. Simões Pereira conquistou mais de 60% dos votos dos delegados do partido. Apesar das disputas, o Sr. Camará aceitou sua derrota. Assim, de acordo com os Estatutos do PAIGC, o Sr. Pereira tornou-se candidato ao cargo de Primeiro-Ministro nas eleições legislativas de 2014 e foi apoiado financeiramente por Mário Lopes da Rosa, que era Ministro das Pescas no governo de transição (BAPPAH, 2018, p. 26).

Apesar disso, a forma com a qual o PAIGC usou na altura do congresso nacional para escolher o corpo do Comitê Central, do Birô Político e do Departamento Jurídico, foi contestada no dia 24 de fevereiro 2014 pelos membros do mesmo partido aliados ao Sr. Camará. No entanto, a contestação foi reprovada, e no dia 3 de março daquele ano o Comitê

¹⁴ Domingos Simões Pereira ocupou vários cargos, tanto governamentais quanto não governamentais durante a sua carreira, o que o ajudou na construção de sua base sólida no processo da eleição para ser o presidente do PAIGC. Entre 1988 a 1999, foi Diretor Nacional da Aviação e Transportes Terrestres, Diretor Geral de Pontes e Estradas, Chefe de Gabinete do Ministro das Obras Públicas, Diretor do Laboratório de Engenharia Civil e Diretor Técnico da "Unidade e Progresso". Entre 1999 a 2000, foi assistente técnico do grupo de defesa e coordenador nacional do Fundo Europeu de Desenvolvimento. Entre 2000 a 2004, atuou como Assistente Técnico para Reforma e Projetos de Infraestrutura de Desenvolvimento do Setor Privado no Banco Mundial. Houve um período que interrompeu essa função, ou seja, entre 2002 a 2003 atuou como Ministro do Equipamento Social. Entre 2004 a 2005, foi Ministro das obras públicas, construção e planejamento. Entre 2006 a 2008, foi Assessor do Primeiro-Ministro das Infraestruturas da Guiné-Bissau, na qualidade de funcionário do Banco Mundial. Durante dois anos, exerceu o cargo de Secretário-Geral da organização beneficente católica na Guiné-Bissau, Charitas, onde tinha contato com as pessoas mais vulneráveis da sociedade. Entre 2008 a 2012, foi Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Foi eleito o presidente do PAIGC e em junho de 2014, após as eleições legislativas e presidenciais, tornou-se primeiro-ministro (BAPPAH, 2018, p. 18).

Central do PAIGC escolheu Jose Mario Vaz¹⁵ como candidato presidencial. Vaz foi eleito entre oito outros membros que pretendiam representar o partido nas eleições presidenciais, incluindo o antigo Primeiro Ministro Carlos Gomes Júnior. No mesmo dia, a lista final dos candidatos do PAIGC para as eleições legislativas também foi aprovada pela Comissão Central (UNIOGBIS, 2014). Ficou claro nessa escolha do candidato do PAIGC para eleições presidenciais que o Sr. Braima Camará apoiou o Sr. José Mário Vaz como sócio e que construíram boas relações quando Vaz era Ministro das Finanças e o Sr. Camará era diretor da Câmara de Comércio.

Quanto ao congresso do Partido para a Renovação Social (PRS), o segundo maior partido no país, realizado em dezembro de 2013, os executivos que não são da etnia balanta, que queriam representar o partido nas eleições, questionaram o fato de os eleitorados se inclinarem a votar somente nos candidatos da etnia balanta. Outros executivos afirmaram que Koumba Yalá não podia se candidatar, porque os parceiros internacionais não apoiariam sua candidatura por causa de suas experiências negativas quando era o chefe do Estado. Essa crítica resultou numa reação dos jovens militantes da etnia balantas, que não se conformaram com a situação, buscando uma solução para aquele impasse, porém, o próprio Yalá não queria correr o risco de pronunciar algo a respeito de sua candidatura, então deixou a presidência do partido sob a direção de outra figura da etnia balanta, Alberto Nambeia, um homem que trabalhava de forma consensual com os militantes, ou seja, não se inclinava a uma etnia e, assim, o Florentino Mendes, da etnia Manjaco, assumiu a secretaria geral do partido (CRISIS GROUP, 2014, p. 11).

Nesse período, era possível observar alguns passos positivos no país, pois os regulamentos das eleições de modo geral harmonizavam a base para a efetivação das eleições democráticas, que vão de acordo com os tratados internacionais e os regionais ratificados e também aceitos pela Guiné-Bissau. A colocação desses tratados em prática demonstra uma melhoria arranjada nas leis eleitorais guineenses, que contribuiu para o crescimento do nível de inclusão igualmente na responsabilidade do processo eleitoral, como podemos observar nessa eleição de 2014. Tanto o recenseamento quanto o voto abrangeram os guineenses da

¹⁵ José Mário Vaz, eleito para representar o PAIGC nas eleições presidenciais, nasceu na cidade de Cacheu, Guiné-Bissau, em 1957. Formou-se em economia em Portugal, trabalhou no antigo Banco Nacional da Guiné-Bissau e depois criou uma grande empresa de promoção e construção imobiliária. Foi o presidente da Câmara Municipal de Bissau por muitos anos. Militante do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) desde 1989, em decorrência disso assumiu a pasta do ministro das Finanças em 2009. Após o golpe de 2012, que derrubou o governo, Vaz fugiu para Portugal, porém, voltou em fevereiro de 2013. Durante o período que Vaz era o ministro das Finanças costumava fazer pagamentos dos salários aos funcionários públicos no dia 25 de cada mês, o que fez os funcionários o apelidar de “o homem do 25”. O PAIGC depositou toda a confiança nele para sanar a crise que assolava o país.

diáspora para as eleições presidenciais: “a nova composição apolítica do Secretariado da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e a supervisão legal durante o apuramento de resultados por parte do Ministério Público” (UNIÃO EUROPEIA, 2014, p. 6) foram surpreendentes.

O processo de recenseamento eleitoral iniciou-se a primeiro de dezembro de 2013, com a previsão de se estender até o dia 30 de dezembro e seria feito com brigadas móveis. Essa nova forma de recenseamento causou algumas suspeitas durante esse período, mediante a falta de uma campanha informativa pública em todo o país sobre a forma com a qual esse recenseamento seria feito, visto que brigadas móveis estavam sendo implementadas pela primeira vez, contudo, o impasse foi rapidamente superado. É preciso elucidar que o Governo de Timor-Leste, a CEDEAO e os seus Estados-Membros prestaram apoio financeiro para a realização desse recenseamento (UNIOGBIS, 2014).

Com ajuda financeira, o povo, que não podia governar diretamente, deveria eleger quem os representaria durante quatro anos. Para Althusser, o povo pode eleger, porque observa ações dos políticos de perto e sabe discernir quem é habilidoso ou fraco. O povo sabe escolher um general para os dirigir, o bom juiz para julgar. O povo possui uma habilidade natural, um discernimento do mérito, então é o povo que deve escolher o representante do poder executivo assim como o corpo legislativo (ALTHUSSER, 1972, p. 64).

É necessário esclarecer que foi assim que o país se preparou para as eleições, contudo, estas eleições foram surpreendentes, pois, o político carismático guineense e maior opositor que o PAIGC já enfrentou até aquele momento, Koumba Yalá, ex-líder do Partido da Renovação Social (PRS) e ex-presidente do país, declarou no dia primeiro de janeiro de 2014, que se aposentaria da vida política ativa. Assim, o PRS elegeu o empresário Abel Incada como candidato às eleições presidenciais. Uma coligação de 23 partidos políticos, autodenominados de Fórum dos Partidos Políticos, elegeu Fernando Vaz para liderar a coligação nas eleições e Afonso Té, o líder do Partido Republicano para a Independência e Desenvolvimento, foi escolhido para liderar outra coligação de partidos nas mesmas eleições (UNIOGBIS, 2014).

Observamos que o recenseamento ocorreu tranquilamente, pois o Gabinete Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral, na sua conferência de imprensa, informou que foram recenseados 775.508 eleitores dentro do território nacional e 22.312 na diáspora, o que corresponde a 83 por cento da população eleitoral. O processo de recenseamento eleitoral foi concluído com sucesso, contudo, o seu prolongamento tinha preocupado muitos partidos políticos. É necessário elucidar que o processo de votação foi garantido pelo apoio das

organizações internacionais: a CEDEAO, a União Europeia, o Fundo das Nações Unidas para Consolidação da Paz e União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), além do apoio do Brasil, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné Conacri, Níger, Nigéria, Senegal, África do Sul, Timor-Leste, Togo e Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (UNIÃO EUROPEIA, 2014).

É bom deixar claro que depois da manifestação dos partidos e candidatos independentes, o Supremo Tribunal divulgou, no dia 18 de março, a lista de 15 partidos políticos habilitados a participar das eleições legislativas e 13 candidatos habilitados para as presidenciais, dentro dos quais os 5 eram independentes. Em seguida, fora solicitada a assinatura do código de conduta eleitoral antes da campanha, que iniciaria oficialmente no dia 22 de março de 2014, sendo o código assinado por todos os líderes dos maiores partidos daquele momento e pelos candidatos independentes que possuíam certa influência no país. O referido código foi idealizado pela organização da sociedade civil, líderes religiosos, sindicatos e foi desenvolvido com o apoio do Gabinete Integrado de Consolidação da Paz das Nações Unidas na Guiné-Bissau (UNION AFRICAINE, 2014, p. 4).

Assim, começou a campanha eleitoral e, enquanto se faziam a campanha, o ex-presidente Koumba Yalá faleceu de ataque cardíaco, em 4 de abril de 2014. Sr. Yalá, fundador do Partido da Renovação Social (PRS), tinha deixado o seu partido para fazer a campanha em favor de Sr. Nuno Nabiam, candidato presidencial independente. Assim, o Governo de Transição emitiu um decreto de luto oficial de três dias, período em que a campanha eleitoral foi suspensa. Ainda no mesmo dia, o Presidente de Transição declarou que após as eleições o Antigo Presidente Yalá receberia um funeral de Estado. O falecimento desse político carismático registrou ausência das personagens tradicionais na política guineense, restando a nova geração de políticos assumir os desafios de restituir a ordem constitucional (UNIÃO EUROPEIA, 2014, p. 11).

Esses desafios aceitos pelos guineenses foram colocados em prática no dia 13 de abril de 2014, quando escolheram tanto o chefe do Estado, quanto o do Governo. As eleições aconteceram como tinham sido programadas e estavam sob a observação das missões internacionais: a CEDEAO, representada pelo ex-presidente interino da Libéria, Amos Sawyer; também tinha outro representante da CEDEAO, deputado de Côte d'Ivoire, Lassana Dosso; a CPLP, representada pelo ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Leonardo Simão; a União Africana, representada pelo ex-presidente de Moçambique, Joaquim Chissano; a Organização Internacional da Francofonia, representada pelo ex-presidente de Cabo Verde, António Mascarenhas Monteiro; e a União Europeia, representada

pelo deputado europeu, Krzysztof Lisek. Todos esses representantes por unanimidade afirmaram que essas eleições foram livres, justas, pacíficas e transparentes, não obstante alguns problemas técnicos (UNION AFRICAINE, 2014, p. 4).

Os resultados provisórios da primeira volta das eleições foram transparentes, ainda que apresentassem algumas falhas processuais e técnicas. Algumas atas, principalmente aquelas que vieram das mesas de assembleia da diáspora, tinham erros de cálculos. Os boletins dedicados ao voto foram os mesmos para as eleições legislativas, porém alguns deles apresentaram resultados para os partidos que não concorreram naquele círculo eleitoral. No entanto, essa falta de clareza que se encontrava nos resultados provisórios foi superada, e, assim, foram anunciados resultados definitivos da primeira volta dessa eleição. Na verdade, todos os partidos tinham um representante presente, além do próprio candidato de cada partido e os delegados da Procuradoria Geral da República, o que contribuiu na transparência do processo da contagem dos resultados (UNIÃO EUROPEIA, 2014, p. 7).

Após essa contagem, o Presidente da Comissão Nacional Eleitoral tornou público os resultados provisórios das eleições no dia 16 de abril 2014. O Sr. Vaz, candidato presidencial do PAIGC, teve 40,98 por cento de votos e Sr. Nabiam, o candidato independente, teve 25,14 por cento. Com base nas leis eleitorais, já que nenhum candidato obteve 50 por cento, mais um voto, então os dois primeiros classificados (o Sr. Vaz e o Sr. Nabiam) concorreriam à segunda volta presidencial. No que diz respeito às eleições legislativas, o PAIGC registrou 55 por cento no território guineense e 2 na diáspora, o que totaliza 57 por centos dos assentos parlamentares para o PAIGC (UNION AFRICAINE, 2014).

De fato, é na democracia que cada cidadão tem sua única e maior oportunidade de expressar, de maneira consciente, sua boa vontade sem constrangimento, por meio do voto, para construir a ordem que o governa. Os cidadãos são filhos das leis, mas também são os pais das mesmas. Cidadãos são súditos, mas também, são soberanos. São mestres que se sujeitam ao seu próprio poder. É verdade que essa forma de o cidadão ser sujeito e ao mesmo tempo soberano inquietava Rousseau, e requer do indivíduo a superação de sua condição do ser humano e, sem ser um verdadeiro anjo, que seja um cidadão que vive como anjo da vida pública (ALTHUSSER, 1972, p. 62).

É importante destacar que foram os cidadãos, diante de suas oportunidades, com base na democracia, que elegeram 57 assentos parlamentares do PAIGC, 41 assentos para o PRS e para os demais partidos: o Partido Nova Democracia (PND), o Partido União para a Mudança (PUM) e o Partido da Convergência Democrática (PCD) possuem um assento cada. No entanto, os dirigentes do PND e do PCD discordaram com os resultados das eleições

legislativas, afirmando que a Assembleia Nacional Eleitoral indicou as suas cadeiras num total de número inferior ao que tinham conquistado, mas, sem demora, PCD desistiu da disputa, contudo, o PND insistiu mais, apresentou, desse modo, no dia 18 de abril de 2014, uma reclamação à comissão das eleições, reclamação essa que não gerou um novo resultado para o partido (BAPPAH, 2018, p. 20).

Fica claro que a Comissão Nacional das Eleições decidiu, no dia 23 de abril de 2014, considerar os resultados provisórios como os finais para o primeiro turno, confirmando, assim, o PAIGC na primeira posição das eleições legislativas. Igualmente, continuou firme na sua posição em relação aos dois candidatos presidenciais classificados para o segundo turno. E ainda anunciou a percentagem da participação dos cidadãos naquela eleição que marcaram um total de 89,29%, um número de votos que nunca houve na história do país. E como nenhum partido político ou candidato compareceu com um recurso durante dois dias depois do anúncio dos resultados, e também o Supremo Tribunal de Justiça não manifestou alguma irregularidade referente aos resultados, a comissão declarou que no dia 18 de maio de 2014 seria realizado o segundo turno das eleições presidenciais (UNION AFRICAINE, 2014, p. 4).

O objetivo era restaurar a ordem constitucional no país, ou seja, que o Governo fosse dirigido pelas pessoas eleitas democraticamente. Então os dois candidatos presidenciais designados para o segundo turno voltaram à campanha eleitoral. Assim, no dia 18 de maio de 2014 os cidadãos manifestaram as suas preferências de forma pacífica¹⁶ nas urnas. Desta vez, os técnicos corrigiram as deficiências procedimentais e logísticas detectadas depois do primeiro turno.

A participação máxima dos cidadãos eleitores foi de 78,2 por cento. O povo demonstrou comprometimento com os seus direitos políticos na Guiné-Bissau. No dia 20 de maio, o Juiz Augusto Mendes, e Presidente da Comissão Nacional Eleitoral, declaram que José Mário Vaz, do PAIGC obteve 61,9 por cento dos votos nesse turno, enquanto o seu adversário, o candidato independente, Nuno Gomes Nabiam, obteve 38,1 por cento. Após uma breve disputa sobre os resultados da segunda volta, o Antigo Presidente do Timor Leste, José Manuel Ramos-Horta, recorreu a bons ofícios, a mediação entre os dois candidatos presidenciais. E numa conferência de imprensa em 22 de maio de 2014 Nabiam afirmou que concordou com o resultado “por uma questão de paz, estabilidade e interesses superiores do

¹⁶ Houve suposições de que 14 militantes do PAIGC na região de Bafata tinham sido agredidos por pessoas desconhecidas na noite que antecedeu o dia das eleições e também tinham alegações sobre as ameaças contra o Segundo Vice-Presidente do PAIGC, O Sr. Baciro Djá, na noite que antecedeu o dia das eleições, contudo, nada impediu que essas eleições fossem realizadas.

país”. Nabiam também solicitou a seus apoiadores que respeitassem sua decisão (UNIOGBIS, 2020a, p. 44).

Desse modo, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), voltou a tomar o poder para dirigir o país, depois de terem elegido a maioria dos corpos parlamentares e o presidente do país. Essa eleição foi um sucesso, um passo decisivo para a Guiné-Bissau regressar a ordem constitucional e para se recolocar na comunidade internacional. Uma eleição que tinha somente os novos atores políticos, porque os atores tradicionais e carismáticos não se encontravam mais (UNIÃO EUROPEIA, 2014, p. 11).

Os 102 deputados recém-eleitos marcaram a abertura da cerimônia da nona legislatura no dia 17 de junho 2014, para o período de 2014 a 2018, na qual juraram perante o Presidente da Comissão Nacional Eleição, o Primeiro-Ministro de Transição, o Presidente do Supremo Tribunal, representantes de partidos políticos, organizações da sociedade civil, líderes religiosos, José Ramos-Horta, Chefe do Gabinete Integrado de Consolidação da Paz das Nações Unidas na Guiné-Bissau (UNIOGBIS), membros do corpo diplomático e o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Luís Campos Ferreira. Os novos parlamentares elegeram Cipriano Cassamá, do PAIGC, ao cargo do Presidente da Assembleia Nacional; também elegeram Inácio Gomes Correia, do PAIGC, como Primeiro Vice-presidente; Alberto Nambeia, o Presidente do PRS, foi eleito o Segundo Vice-presidente; Serifo Djala, do PRS, foi eleito o Primeiro Secretário; e Barragem Yala Nanka Baranção, do PAIGC, eleita como Segunda Secretária (BAPPAH, 2018).

Ramos-Horta exerceu um papel decisivo nessas eleições, isto é, desde os preparativos, durante as eleições, assim como na aceitação dos resultados que se seguiram depois. Ajudou a mobilizar os recursos para a realização das eleições e depois dos resultados sempre estava ao lado dos candidatos, os quais se tornaram parceiros que se comprometeram com a única causa: a restauração da ordem constitucional do país, a reorganização do Estado, a normalização política e o desenvolvimento social e econômico do país (UNIOGBIS, 2020a, p. 43).

Entre 27 de maio a 19 de junho de 2014, antes da posse cerimonial, José Mário Vaz, o presidente recém-eleito, visitou a Costa do Marfim, Gâmbia, Guiné, Burkina Faso, Togo, Nigéria, Portugal e Senegal, onde tinha o encontro com os chefes dos Estados dessas nações. Também tinha um encontro especial no dia 7 de junho desse ano com o Primeiro-Ministro de Timor-Leste, Xanana Gusmão, em Bissau. Em 23 de junho, perante 11 chefes de Estado da CEDEAO, o Sr. Vaz prestou juramento no Estádio Nacional 24 de Setembro, em seguida, agradeceu aos países da sub-região e às organizações internacionais que prestaram o apoio ao

país durante o Governo de Transição. Manifestou o seu compromisso de dedicar o respeito à Constituição e às leis do país, acabar com a instabilidade, combater a corrupção e desarraigar a pobreza. Ademais, prometeu promover as reformas nos setores da administração, garantir o uso sustentável dos recursos naturais, lutar pela justiça, defesa e segurança, mediante parceria estratégica com o novo Governo (BAPPAH, 2018).

O poder civil que resultou das eleições de 2014 é o poder que mais se baseou na legalidade durante a história da Guiné-Bissau. Quase 90% da população foram às urnas e não houve contestações sérias naquelas eleições. O fato mais importante nesse governo é que nem o Presidente José Mário Vaz (JOMAV) nem o Primeiro-Ministro Domingos Simões Pereira (DSP), ambos do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), possuíam dívidas com os líderes militares. Havia boatos e até acusações sobre a gestão passada dos cargos políticos que eles ou seus familiares ocuparam e que eram beneficiados, bem como sobre o financiamento de suas atividades políticas, porém, eles nunca foram acusados de envolvimento em acordos dos assassinatos que marcaram a história do país. Assim, estavam livres para exercer suas funções (CRISIS GROUP, 2015, p. 4).

Após ter conversado com cada partido político que possui os assentos parlamentares, o Presidente Vaz nomeou para o cargo do Primeiro-Ministro, Domingos Simões Pereira, presidente do PAIGC, no dia 25 de junho de 2014. Nesse dia da sua nomeação, o Sr. Pereira afirmou publicamente que o ambiente político do país tinha sido melhorado, e também que existem muitos desafios que devem ser enfrentados pela nova administração, mas, com o apoio da comunidade internacional. Ainda disse que, embora a maioria membros do parlamento eleitos fosse do PAIGC, precisaria da cooperação do PRS e dos outros partidos que possuem membros no parlamento. O Sr. Pereira também disse que pretendia caminhar na trilha do diálogo para a reconstrução nacional e levar em conta as formas que possibilitariam a união na Guiné-Bissau (BAPPAH, 2018).

O Sr. Pereira, empossado como Primeiro-Ministro no dia 3 de junho 2014, no Palácio do Planalto, disse no seu discurso que o país precisa de “ordem, disciplina e trabalho”, também afirmou que promoveria a inclusão para resolver os problemas consensuais nos assuntos nacionais. Fez alusão a algumas áreas prioritárias, falou da transparência, proteção ao meio ambiente, o uso racional dos recursos naturais e boa governança; também destacou a necessidade de promover o desenvolvimento da área social e econômica e boas relações com os países vizinhos, as organizações da sub-região, comunidade internacional como um todo e instituições financeiras.

No dia 4 de junho, o presidente Vaz, baseado nas recomendações do Sr. Pereira, emitiu decreto nomeando um Gabinete de 31 membros, dos quais 16 são ministros e dentro destes 5 foram mulheres e 15 Secretários de Estado, incluindo uma mulher. Esse gabinete possui 19 membros do PAIGC, 6 do PRS e 1 de cada partido com assento parlamentar: Partido Social-Democrata Unido, Partido da Convergência Democrática e Partido União para a Mudança; e 2 ministros e 1 secretário de Estado que não possuem filiação partidária declarada (BAPPAH, 2018).

3.4 A MESA REDONDA EM BRUXELAS – Terra Ranka (um novo começo)

Após o regresso da democracia em 2014, as condições políticas existentes produziram governabilidade; o Governo estava focado na implementação de suas prioridades imediatas e na preparação, com o prometido apoio do presidente Vaz, de uma mesa redonda com os parceiros internacionais em Bruxelas, agendada para 25 de março de 2015. Assim, no dia 12 de março de 2015, o Plano Estratégico e Operacional para os próximos cinco anos foi apresentado na ANP pelo primeiro-ministro Domingos Simões Pereira, o qual expôs com precisão a visão do Governo para uma boa governança e, conseqüentemente, o desenvolvimento da Guiné-Bissau, e não tinha uma oposição referente ao Terra Ranka¹⁷ (BAPPAH, 2018, p. 20).

Assim sendo, a mesa redonda de Bruxelas foi realizada, na qual o Plano Estratégico e Operacional do Governo foi apresentado, o que fornecia uma base clara para a reforma de áreas-chave como a defesa, a segurança, a justiça e o desenvolvimento econômico e social e visava tornar sólida, estável e duradoura as bases para o desenvolvimento sustentável da Guiné-Bissau. Esta exposição parece que convenceu os parceiros internacionais, pois responderam com a promessa de investimento financeiro no valor de US\$ 1,6 bilhão para a execução do plano (SAMPAIO, 2015). No entanto, a partir de abril do mesmo ano, começou a disputa entre o presidente e o primeiro-ministro.

O que originou a rivalidade política entre o presidente Vaz e Pereira era o controle sobre a economia do país, em especial os recursos naturais e os recursos financeiros dos doadores internacionais de US\$ 1,6 bilhão para Terra Ranka. Vaz já tinha prometido combater

¹⁷ O Terra Ranka – um novo começo – foi acolhido tanto pela comunidade internacional quanto pelo povo da Guiné-Bissau como uma visão estratégica para o desenvolvimento do país. Porém, a capacidade política e a capacidade estratégica do governo foram infrutíferas devido à crise política que paralisou o país. Neste momento, o país não consegue renegociar com os doadores internacionais para aquela verba que possui como finalidade a reforma de muitos setores que seriam feitos entre 2015 a 2018 (BERTELSMANN STIFTUNG'S TRANSFORMATION INDEX - BTI, 2022, p. 29).

a corrupção e garantir a riqueza do país e como a maioria da elite política já tinham sido acusada de corrupção e alguns foram nomeados pelo Primeiro-Ministro Pereira, Vaz decidiu cumprir suas palavras do discurso na tomada da posse como presidente da Guiné-Bissau. Como resultado disso, decidiu supervisionar os assuntos econômicos do governo. Ele convidou o Ministro dos Recursos Naturais ao seu gabinete para ter informações ou monitorar as atividades dessa área. Naquele momento, o Sr. Pereira, como primeiro-ministro, concluiu que se tratava de assuntos sobre o governo e, portanto, distanciou-se para não criar suspeita (BAPPAH, 2018, p. 26).

A Guiné-Bissau resistiu a muitos desafios, as próprias eleições de 2014 eram muito desafiadoras para o país, principalmente os resultados daquele ano, que produziram um gosto amargo entre os políticos. Por outro lado, não resultou em conflito. Então os políticos deviam saber que têm trabalho a fazer, o que significa que, em primeiro lugar, devem superar o conflito entre eles mesmos. Esperava-se o comprometimento dos dois com os acordos políticos anteriores e a implementação das reformas necessárias no país, pois o futuro desse país dependia da capacidade da governabilidade deles para superar a crise. Contudo, isso parece difícil porque a separação do poder executivo, o Primeiro Ministro e o Presidente, não está bem clara na Constituição (UNIOGBIS, 2020b, p. 8).

Ficou claro que o primeiro-ministro deu uma especial atenção ao que estava acontecendo naqueles dias, pois, numa conferência realizada por ele em 6 de agosto de 2015, com os representantes da comunidade internacional, manifestou a sua intenção de conservar os princípios constitucionais e a preservação dos resultados das eleições. Entretanto, a cada dia a desconfiança entre ele e o Presidente Vaz crescia ainda mais. Ao que tudo indica, a suspeita e as raízes da rixa foram lançadas quando Pereira nomeou Mário Lopes da Rosa, que financiou sua campanha nas eleições legislativas, como Ministro dos Negócios Estrangeiros. A nosso ver, Vaz não gostou dessa nomeação. Muitos analistas também acharam que este era o motivo pelo qual a tomada de posse dos ministros naquele momento foi adiada, pois o presidente Vaz observa a nomeação do Mário Lopes da Rosa, seu adversário, como uma ameaça a sua futura manutenção do poder, ademais o cargo do Ministro dos Negócios Estrangeiros, que poderia lhe dar a oportunidade de construir sua base política com o apoio da comunidade internacional (BAPPAH, 2018, p. 26).

O Primeiro-Ministro, durante esse impasse, foi apoiado pela a maioria do PAIGC na Assembleia Nacional Popular, e então conseguiu controlar o poder legislativo e maioria dos atores políticos. Porém, os empresários e altos funcionários dentro do país, que não eram do PAIGC, foram tentados a se reunir à ala do presidente para renegociarem suas posições,

beneficiar-se da proteção do presidente naquele momento de desacordo e, se fosse possível, assumir alguns cargos. Assim sendo, o presidente abraçou “os artifícios desses amigos”, para se fortalecer e se preparar para os futuros congressos partidários e as próximas eleições, marcadas para 2019 (CRISIS GROUP, 2015, p. 5).

Foi a partir desse momento que o presidente Vaz convocou uma sessão extraordinária da Assembleia Nacional Popular, com a finalidade de informar sobre a crise prevaiente e a desconfiança entre ele e o primeiro-ministro, Domingos Pereira, para o povo e para os representantes na Assembleia Nacional. No discurso, o Presidente Vaz afirmou que existia corrupção, nepotismo, conflito de interesse e desperdício de bens. Todas as ações que afligem a credibilidade das instituições governamentais também afligem os valores da sociedade e desencoraja os investidores sérios. O presidente ainda disse que o povo votou nele para ser um árbitro entre o governo e a Assembleia Nacional Popular, um policial do governo e, em tempos de crise, um bombeiro do sistema. Por isso, ele deveria estar atento à implementação concreta do programa da então governabilidade e orçamento aprovados pelo Parlamento¹⁸ (BAPPAH, 2018, p. 27).

Com o conflito das duas figuras que representavam o país, os recursos da mesa redonda de Bruxelas foram bloqueados, o que deixa claro que a Guiné-Bissau perdeu uma oportunidade de atingir o seu alvo, ou seja, o Plano Estratégico e Operacional do Governo, visto que os políticos se interessavam mais pelo poder do que pelo desenvolvimento do próprio país. A oportunidade do apoio de parceiros internacionais não foi aproveitada como deveria ser, com empenho real e suficiente. Deste modo, somente restou a decepção da população e o cansaço da comunidade internacional diante desse país (UNIOGBIS, 2020a, p. 25).

É de suma importância frisar que o PAIGC, o partido que tinha apoiado a candidatura do presidente nas últimas eleições condenou os atos do presidente e o PRS, segundo maior partido político, achou melhor emitir uma declaração expressando solidariedade para com o Governo, porém culpou ao PAIGC pela situação que o país estava enfrentando naquele momento. Não obstante a crítica feita, o presidente Vaz continuou firme na sua posição até derrubar o Governo de Domingos Simões Pereira e depois disso a Guiné-

¹⁸ Na verdade, esses fatos tocam nas questões-chave do conflito em curso naquele momento da crise política, ou seja, o controle de recursos naturais e agrícolas, alegações de corrupção e má governança. Desde aquele discurso, o presidente Vaz começou a impedir consultas constitucionais regulares e *briefings* entre ele e o primeiro-ministro. Quando o Sr. Pereira foi para o *briefing*, ele esperava horas para ser atendido pelo Presidente. Às vezes, ele era mantido no portão até que as ligações fossem feitas antes que ele pudesse entrar na presidência. Essas são as razões muito plausíveis para as divergências entre os líderes antes da demissão do governo.

Bissau não foi capaz de estabelecer um governo permanente até as novas eleições (BAPPAH, 2018, p. 8).

Se existia a crise política naquele momento em Guiné-Bissau, esta parecia ter sua origem, especialmente, dentro do PAIGC, entre o Presidente do país e o Primeiro-Ministro. O conflito que se iniciou na altura da realização do Congresso do partido entre janeiro e fevereiro de 2014 resultou na briga e continuou a ser instigada dentro do próprio partido. Pereira foi eleito o presidente do partido e, de acordo com o estatuto, somente poderia ser o candidato o Primeiro-Ministro. No entanto, seus adversários internos dentro do partido, que apoiaram José Mario Vaz como candidato presidencial para o PAIGC, sustentaram essa briga (CRISIS GROUP, 2015, p. 4).

3.5 CEDEAO COMO INTERVENIENTE POLÍTICO NA GUINÉ-BISSAU DURANTE A GOVERNABILIDADE DO PRESIDENTE VAZ

Domingos Simões Pereira foi destituído do cargo de primeiro-ministro no dia 13 de agosto de 2015, e como PAIGC possuía a maioria parlamentar, o então presidente do país solicitou ao mesmo partido a indicação de um novo nome para a liderança do governo, em substituição do D. S. Pereira. Na primeira chamada, os partidos políticos costumam indicar a pessoa recém-destituída da liderança do governo, o que não seria diferente com a direção do PAIGC que, a 17 de agosto, resolveu enviar o nome de seu agrado, que era o próprio Sr. Pereira (BAPPAH, 2018).

Na verdade, por conta especificamente dessa indicação, o presidente emitiu um decreto no dia 20 de agosto nomeando o terceiro vice-presidente do Partido, Baciro Djá, como primeiro-ministro. O novo primeiro-ministro foi empossado no mesmo dia, porém, a nomeação foi condenada pelo PAIGC, porque o Sr. Djá estava suspenso de suas atividades no partido desde 6 de agosto de 2014, quando recusou-se responder aos pedidos de prestação de contas das despesas da sua gestão de campanha eleitoral do mesmo ano. Além do mais, sabe-se que em 24 de agosto, a ANP emitiu uma resolução solicitando a anulação do decreto presidencial, que foi apoiada pelo Supremo Tribunal (ibidem).

Depois dessa destituição o Presidente Vaz e o Ex-Primeiro Ministro Pereira não se conversaram, o silêncio continuou até o momento da implementação do Acordo de Conacri, que tinha como finalidade superar a crise política do país, como será abordado ainda nesse subtópico. Por causa da má vontade dos dois, principalmente porque o espírito de rixa ainda

estava ativo, as tensões e impasses dificultaram a mediação entre as duas figuras (ABDENUR, 2018, p. 2).

É importante frisar que o sistema do governo semipresidencialista na Guiné-Bissau colocou em causa as relações de poderes entre o Presidente e o primeiro ministro. Por exemplo, a letra m) do artigo 68.º da Constituição da República delega os poderes ao presidente para “Presidir o Conselho de Ministros, quando entender” e a letra j) do mesmo artigo dá o poder ao presidente para “Criar e extinguir ministérios e secretarias de Estado, sob proposta do Primeiro-Ministro”. Tanto a letra a) do artigo 68.º, assim como o n.º 2 do artigo 62.º elucidam que é o presidente que “Representa o Estado Guineense”¹⁹. O grupo dos adeptos do presidente usou esses dispositivos para demonstrar a autoridade constitucional do presidente para contrapor ao poder já existente, ou se for necessário “criar um governo paralelo.

Ficou claro que, para o presidente demonstrar sua autoridade constitucional como líder eleito pelo povo para ter governo de sua confiança, em especial um representante do governo que merece a sua confiança, ficou firme na sua posição. Nada obstante, o líder do partido com maior representação no Parlamento, Sr. Pereira, conseguiu controlar o Parlamento, para continuar a ter mais influência em relação ao presidente. Desse modo, qualquer Governo que não observasse os interesses deles e do PAIGC seria rejeitado. Enfim, cada um estava a lutar pela sua sobrevivência política e não pelos interesses do povo, o que constituiu uma aposta muito alto na rena política do país (BAPPAH, 2018, p. 29).

O sufrágio universal pelo voto secreto está assegurado pela República da Guiné-Bissau desde década de 1990 e o partido que ganhar as eleições legislativa é aquele que lidera o Governo. Entretanto, o presidente Vaz, durante seu mandato, tentou monopolizar a nomeação dos primeiros-ministros e interpretava a Constituição de forma idiossincrática, criando, assim, uma crise política e constitucional. Vaz, enquanto presidente, ignorou o direito do partido com maior representação no parlamento, o PAIGC (Bertelsmann Stiftung’s Transformation Index - BTI, 2022, p. 9).

Isto demonstra que na Guiné-Bissau os interesses privados falam mais altos do que os públicos, o que sempre resulta na permanência da crise nesse país, fato que leva os mediadores da CEDEAO a fazer suas visitas todas as vezes quantas forem necessárias. Por exemplo, o ex-presidente da Nigéria, Obasanjo, que já tinha uma experiência na mediação de conflitos na sub-região, foi enviado ao país logo depois da destituição do governo de Simões e

¹⁹ GUINÉ-BISSAU, Constituição da Republica da Guiné-Bissau 2014.

nomeação do Baciro Djá, que foi contestado pelo PAIGC e, enquanto estava no país, manteve uma consulta ativa com o presidente e com os partidos que possuem representações na Assembleia Nacional Popular (ANP). Ele também se reuniu com o Presidente da ANP e o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) (UNIOGBIS, 2016).

Assim, o Presidente Vaz, voltou a conversar com os partidos que possuíam a representação na Assembleia Nacional e com o PAIGC e, para esse último, solicitou a escolha de três nomes para o cargo do primeiro-ministro. Vale destacar que, desta vez, o Partido apresentou o nome do seu primeiro vice-presidente, Carlos Correia, que foi nomeado e empossado pelo presidente Vaz no dia 17 de setembro de 2015. Outrossim, é relevante apontar que, na ocasião da discussão e aprovação do programa de governo liderado pelo Carlos Correia em dezembro de 2015, houve 15 deputados de PAIGC que se abstiveram de votar o programa²⁰, no entanto, é possível inferir que existiu algum jogo político nessa recusa, o que deveria ser discutido dentro do partido até chegarem a um acordo, porém, foram expulsos no mês seguinte (no dia 14) por parte do Conselho Nacional de Jurisdição do PAIGC, com consequente substituição por outros membros do partido (UNIOGBIS, 2016).

O outro motivo da crise política foi a formação do governo do Sr. Correia. Depois da tomada da posse, o Sr. Correia nomeou uma figura ao cargo do Ministro dos Recursos Naturais, que foi totalmente desacreditado pelo Presidente Vaz. Além do mais, Carlos Correia fez a proposta do seu gabinete sem contar com o Partido para a Renovação Social (PRS), que era o maior partido da oposição, com 41 parlamentares. E com abstenção dos 15 deputados do PAIGC, o programa e o orçamento do governo do Sr. Correia fracassaram. Contudo, alguns analistas afirmam que a ação dos 15 deputados destaca a dimensão etnorreligiosa da crise política. Por outro lado, deve ficar claro que o Sr. Correia foi chamado simplesmente para liderar o governo até que a divergência daquele momento fosse resolvida, não tendo ficado por muito tempo como chefe do governo, sendo demitido pelo presidente Vaz por falta da

²⁰ Dos 15 deputados que se recusaram a votar o programa do PAIGC, 11 eram muçulmanos e 4 cristãos. Os 4 membros mais influentes do grupo eram muçulmanos, nomeadamente Baciro Dja e Braima Camará são Mandinga, Adja, Satu Camará e Soares Sambu são Beafada – mas hoje, Mandinga e Beafada são considerados da mesma etnia, com a mesma cultura. Os observadores do país viram as ações do grupo como uma tentativa de sabotar o controle cristão sobre o PAIGC e o sistema político desde a independência. Dizem que esta luta pela representação e liderança muçulmana começou durante a luta política de Malam Bacai Sanha, que foi duas vezes candidato à presidência, uma vez contra o Sr. Kumba Yala em 2000 e a segunda vez contra o Sr. Vieira em 2005. Na terceira vez, decidiu colocar o slogan “Hora Teiga” (chegou a hora) para a sua campanha presidencial em 2009. Este slogan foi interpretado por alguns elementos muçulmana da Guiné-Bissau como uma reivindicação sutil de liderança muçulmana para o país. No entanto, o Sr. Sanha lutou muito para obter o apoio dos membros do PAIGC para representar o partido nas eleições presidenciais. Malam Bacai Sanha conseguiu mobilizar fundos de alguns países árabes para vencer as eleições. Por exemplo, os meios de comunicação informaram que Gaddafi deu apoio à campanha presidencial do candidato Malam Bacai Sanha, também forneceu uniformes para o exército guineense e renovou vários quartéis militares da Guiné-Bissau. Bacai Sanha foi eleito presidente, mas continuou a ter problemas com o PAIGC.

capacidade de gerenciar a crise política e criar melhores condições políticas e institucionais para o governo (BAPPAH, 2018, p. 27).

É evidente que o PAIGC foi afetado profundamente pela crise desde a proclamação da independência do país. Porém, a situação piorou depois que o país adotou o sistema multipartidarismo na década de 1990. Ainda que o partido vencesse essas eleições de 2014, não superaria algumas contradições internas na formação do governo. Um dos maiores impasses que o partido já enfrentou foi, no final de 2015 a início de 2018, o problema dos 15 deputados que são do próprio PAIGC e que resistiram ao programa do colega Carlos Correia, o que resultou no colapso do governo. Assim, o partido os expulsou, mas o Supremo Tribunal decidiu que todos os 15 deputados deveriam se manter no Parlamento (Ibidem, p. 19).

Ainda precisamos ressaltar que para os partidos políticos alcançarem um comportamento ímpar dentro da Guiné-Bissau e manterem-se focados nas prioridades nacionais em detrimento dos partidos e/ou dos interesses individuais, é visto como maior desafio desse país. As organizações internacionais fizeram apelos aos atores políticos para que colocassem os interesses do país acima dos individuais, tribais e partidários. Tanto a CEDEAO quanto a CPLP e a ONU aplicaram todas as estratégias para promover a reconciliação nacional, também usaram os mecanismos para extinguir tráfico de drogas e o crime organizado que representavam as ameaças mais sérias à paz no país, porém, todos esforços foram infrutíferos (UNIOGBIS, 2020a, p. 29).

A verdade é que qualquer desacordo entre os políticos na Guiné-Bissau impacienta a CEDEAO. Assim, na Cimeira Extraordinária dessa organização, realizada a 12 de setembro de 2015, essa autoridade prorrogou o tempo da força militar da CEDEAO (chamada ECOMIB)²¹ em Guiné-Bissau para junho de 2016. Foi precisamente nessa Cimeira que a organização delegou o Presidente do Senegal, Macky Sall, e o Presidente da Guiné Conacri, Alpha Condé, nas suas devidas funções de Presidentes dos Estados pertencentes à CEDEAO e mediadores da mesma para a Guiné-Bissau. É fundamental esclarecer que os dois foram assistidos pelo antigo Presidente da Nigéria Olusegun Obasanjo, que também foi enviado de forma especial pelo Presidente da Nigéria, Muhammadu Buhari. Neste sentido, compreende-se que a sua presença é para facilitar o diálogo entre as partes e encontrar uma solução duradoura para a crise (CEDEAO, 2015; UNIOGBIS, 2016).

²¹ A Missão da CEDEAO em Bissau (ECOMIB) – (criada em 2012 no contexto de um golpe militar) foi implantada com o objetivo de dar segurança a figuras políticas e edifícios públicos, restaurar as instituições civis e prestar assistência na consolidação da democracia e do Estado de direito (Guiné-Bissau: Saída da ECOMIB gera misto de alívio e desconforto, 2020).

Importa especificar que, mesmo depois desta mediação, o impasse político continuou no país²². Assim, o presidente Vaz destituiu o governo do Sr. Correia no dia 2 de junho de 2016 e renomeou Baciro Djá ao cargo de primeiro-ministro. Porém, foi escusado dizer que Djá aceitaria o cargo novamente, pois ele estava determinado para qualquer modalidade de jogo político, então apresentou no mesmo dia a orgânica do seu governo com 19 ministros e 12 secretários de Estado, incluindo 4 mulheres, que também foram empossadas no mesmo dia (UNIOGBIS, 2018, p. 2).

A pretensão de ter todos os poderes em suas mãos é uma das causas da crise na Guiné-Bissau. A crise sempre está presente, mesmo com a nomeação e renomeação dos chefes do Governo, a crise continua a existir, porque os poderes ainda estão nas mãos de quem nomeia, o que sempre preocupou a CEDEAO. Deste modo, a 10 de setembro de 2016 esta organização delegou um grupo chefiado por Alpha Condé, o Mediador da CEDEAO, que visitou a Guiné-Bissau juntamente com o Presidente da Serra Leoa, Ernest Bai Koroma, a Ministra dos Negócios Estrangeiros da Libéria, Marjon Vashti Kamara, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Serra Leoa, Samura Mathew Wilson Kamara, Ellen Johnson-Sirleaf, Presidente da Libéria e o Presidente da Comissão da CEDEAO, Marcel de Souza. É evidente que a delegação consultou os atores políticos do país, incluindo o Presidente, José Mário Vaz, o Presidente da Assembleia Nacional, Cipriano Cassamá, e o primeiro-ministro, Baciro Djá (BAPPAH, 2018, p. 9).

Esse envolvimento interativo resultou no roteiro de seis pontos, que se tornou a base do Acordo de Conacri de 2016, o quadro principal para uma resolução pacífica da longa crise política: 1) a realização de uma mesa redonda nacional inclusiva; 2) a formação de um Governo inclusivo para implementação das principais reformas antes das eleições legislativas de 2018; 3) o início da reforma institucional; 4) criação de um comité ministerial sob a liderança da CEDEAO para avaliar periodicamente a situação da implementação do roteiro; 5) implementação da reforma do setor da defesa e da segurança; e 6) retirada gradual das forças da ECOMIB. O fato é que o roteiro foi assinado no dia 10 de setembro pelo o Presidente da ANP, o Primeiro-Ministro e os líderes dos dois principais partidos representados na Assembleia Nacional, o PAIGC e o PRS (UNIOGBIS, 2017).

²² No dia 25 de janeiro de 2016, o PAIGC, o Partido da Convergência Democrática (PCD), o Partido da Unidade Nacional (PUN), o Movimento Patriótico (MP) e a União para a Mudança (UM) realizaram uma conferência de imprensa, na qual, perante os cidadãos e organizações internacionais, acusaram os 15 deputados expulsos do PAIGC e alguns elementos do PRS de vários crimes, dentre os quais constam a falsidade ideológica, ocupação ilegal de propriedade alheia, inversão da ordem constitucional e do estado de direito e tentativa de golpe de Estado (UNIOGBIS, 2016).

Essa ação da CEDEAO baseou-se no artigo 58²³. 1, 2 e a letra e) do seu tratado revisado, no qual consta: 1 - Os Estados-Membros comprometem-se a trabalhar para salvaguardar e consolidar relações conducentes para a manutenção da paz, estabilidade e segurança na região; 2 - Na prossecução destes objetivos, os Estados-Membros comprometem-se a cooperar com o Comunidade no estabelecimento e fortalecimento de mecanismos apropriados para a prevenção e resolução oportuna de conflitos intraestaduais e interestaduais, dando a atenção especial à necessidade de: e) empregar, quando for o caso, bons ofícios, conciliação, mediação e outros métodos de solução pacífica de controvérsias.

Depois de um mês da criação do roteiro de seis pontos, Alpha Condé, o Mediador da CEDEAO para Guiné-Bissau, convocou as partes interessadas do país em Guiné Conacri. Vale ressaltar que a convocação visa discutir e colocar em prática os dois primeiros pontos do roteiro de 10 de setembro (a realização de uma mesa redonda nacional inclusiva e a formação de um governo inclusivo). Nesse sentido, foram os representantes do Governo, instituições do Estado, partidos políticos representados na Assembleia Nacional, os 15 deputados expulsos do PAIGC e a sociedade civil. Esse assunto parece ser de extrema importância para alguns países amigos, pois além do Presidente da Comissão da CEDEAO, estavam presentes: os enviados de Angola, Senegal, Serra Leoa e algumas organizações internacionais²⁴ (CEDEAO, 2016; UNIOGBIS, 2017).

A tentativa de chegar num consenso com os atores políticos guineenses em Conacri resultou num documento de 10 pontos, conhecido como o Acordo de Conacri, estruturada de seguinte forma: 1) um acordo na escolha do Primeiro-Ministro consensual que tivesse a confiança do Presidente; 2) a formação do Governo inclusivo, com base na representação proporcional de cada partido político na Assembleia Nacional Popular; 3) levar-se em conta a inclusão de uma pessoa independente e um representante da sociedade civil; 4) um programa do Governo elaborado pela mesa inclusiva nacional e implementado no prazo de 30 dias após a nomeação do Primeiro-Ministro; 5) levar-se em consideração os princípios para a nomeação dos altos funcionários da República; 6) um pacto de estabilidade elaborado por uma mesa redonda nacional inclusiva, assinado e adotado pelos principais atores políticos e sociais e

²³ CEDEAO ECONOMIC COMMUNITY OF WEST AFRICAN STATES (ECOWAS), 24 DE JULHO DE 1993.

²⁴ A mediação sob a liderança da CEDEAO e com o apoio das outras organizações internacionais (CPLP, UA, UE e ONU) facilitou bastante para que a crise não resultasse em conflito. A CEDEAO mais essas organizações contribuiu para reprimir a dúvida política que se verificava no país e eliminou as rivalidades entre facções (principalmente dos grupos étnicos). Também contribuiu para os esforços de mediação em tempos de crise de alta tensão e levou à assinatura do acordo de Conacri em 2016. No entanto, a implementação do o Acordo foi prejudicado por divergências entre a elite política, o que fez com que a CEDEAO pressionava em todo tempo a colocação em prática do referido Acordo (UNIOGBIS, 2020a, pp. 34-35).

baseará nos princípios a seguir: a - transparência e prestação de contas em cada decisão tomada nas instituições nacionais; b - reforma constitucional, visando estabelecer relações estáveis entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário; c - a reforma da lei eleitoral para a organização das eleições legislativas em 2018; d - criação de uma nova lei dos partidos políticos, na qual deveria ser incluído o financiamento público dos partidos políticos representados na Assembleia Nacional Popular; e - a reforma do setor da defesa, segurança e justiça; f - o início da implementação do programa de desenvolvimento alinhado com o plano estratégico Terra Ranka; 7) as Organizações internacionais: CEDEAO, a União Africana, a CPLP, as Nações Unidas e a União Europeia apoiariam o plano do desenvolvimento e monitorariam a implementação do Pacto de Estabilidade, auxiliariam com técnicos de conhecimentos de alto nível e logísticos substanciais e fariam ajuda financeira; 8) estabelecimento da estrutura de monitoramento e avaliação em três níveis para garantir a estabilidade do processo: a - o nível do Conselho de Ministros da CEDEAO; b - o nível da Comissão da CEDEAO em colaboração com os parceiros internacionais; c - o nível do Mediador que se reporta à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO; 9) A CEDEAO e as Nações Unidas forneceriam especialistas constitucionais de alto nível para a revisão constitucional que seria feita com base na estrutura vigente naquele momento, e por meio de consulta nacional; 10 - Reintegração de forma incondicional dos 15 deputados do PAIGC, levando em conta os termos dos textos que regem esse partido. Como todos sabem, foi no fim desse encontro que os atores políticos do país assinaram o Acordo de Conacri (BAPPAH, 2018, p. 24).

Enquanto se discutia o cumprimento de Acordo de Conacri, no dia 15 de novembro do mesmo ano, após consultar os partidos políticos representados na Assembleia Nacional, o presidente Vaz exonerou o Sr. Djá. Na verdade, a exoneração, como o presidente alegou, visava substituí-lo, porque não conseguiu a aprovação tanto do seu programa quanto do orçamento geral na Assembleia Nacional e, por conta disso, nomeou Umaro Sissoco Embaló, um dos três nomes que tinham sido sugeridos na mediação da CEDEAO em Guiné Conacri. Embora o PAIGC contestasse essa nomeação, o PRS manteve seu desígnio por concordar com o Sr. Embaló (UNIOGBIS, 2017).

Como o mandato de Vaz tinha um histórico da destituição do governo, logo depois da nomeação, Sissoco procurou a melhor maneira de formar um Governo inclusivo baseado no acordo de Conacri, porém o PAIGC recusou-se participar do governo dirigido por Sissoco. O partido afirmou também que retirou a confiança no Presidente Vaz. Naturalmente, os 15 deputados expulsos do PAIGC, dos quais o então Primeiro-Ministro, Umaro Sissoco Embaló

era simpatizante, não somente condenaram a posição do PAIGC, mas também manifestaram a sua confiança em Sissoco Embaló. Com base nesse apoio dos 15, foi possível entender que o presidente ganharia a confiança no chefe de Governo designado, assim sendo, nomeou por decreto os membros do Governo de Embaló, entre os quais somente o PRS integrava, já que os demais partidos representados na ANP se recusaram a participar do mesmo (Ibidem).

Na Guiné-Bissau, cada Governo possui suas dificuldades e desafios políticos. Por exemplo, no dia 6 de fevereiro de 2017, o chefe do Governo, Umaro Sissoco Embaló, apresentou o programa à Assembleia Nacional, no entanto, em 22 de fevereiro de 2017 a Comissão Permanente da Assembleia, composta por 15 membros, rejeitou marcar a sessão ordinária para apreciar o programa. A verdade é que a maioria desses membros permanentes do Parlamento são figuras leais ao PAIGC, então afirmaram que a nomeação do Embaló não estava de acordo com os princípios consagrados na Constituição e no Acordo de Conacri. Foi isso que fez da crise uma questão política (BAPPAH, 2018, p.19).

É evidente que o Acordo de Conacri previa a nomeação de um Primeiro-Ministro consensual da “confiança” do presidente; a formação de um Governo inclusivo para implementação do programa de reformas decorrentes de uma mesa redonda nacional que deveria acontecer 30 dias depois da nomeação do primeiro-ministro, bem como a reintegração dos 15 deputados de PAIGC que foram expulsos, porém, tudo isso não aconteceu. Contudo, a CEDEAO ficou surpresa com a imparcialidade das Forças Armadas por serem apolíticas, uma postura que suscitou fortes elogios da parte da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental. Ora, como o Acordo de Conacri não foi observado durante cinco meses, Alpha Condé enviou o seu Ministro de Estado e Secretário-Geral da Presidência, Naby Youssouf Kiridi Bangoura, a Bissau, no dia 8 de março de 2017, para solicitar uma reunião de reconciliação em Conacri, porém, a proposta não se concretizou (CEDEAO, 2016; UNIOGBIS, 2017).

Na sequência, a delegação da CEDEAO decidiu reunir-se em Bissau com o Presidente do país, o Primeiro-Ministro, representantes da sociedade civil, os 15 parlamentares expulsos do PAIGC e dirigentes dos partidos políticos representados no Parlamento. Consta nos documentos que os delegados da CEDEAO sublinharam a necessidade de colocar em prática o Acordo de Conacri e ainda emitiram uma declaração para os atores políticos, a qual recomendava que, na falta de cumprimento do Acordo de Conacri, ou incumprimento das medidas concretas para a sua implementação no prazo de 30 dias, esta Autoridade aplicaria sanções específicas a indivíduos e entidades que impedissem a sua aplicação harmoniosa. Assim sendo, o chefe do Estado da Guiné-Bissau convidou os partidos

políticos representados no parlamento para consultas nos dias 2 e 3 de maio de 2017, o que seria o primeiro passo para o cumprimento do Acordo de Conacri (CEDEAO, 2016).

3.6 AS SANÇÕES APLICADAS PELA CEDEAO PARA DEFENDER A GOVERNABILIDADE

As sanções da CEDEAO referentes ao incumprimento do Acordo de Conacri nos fazem lembrars das sanções passadas aplicadas logo depois do golpe de Estado de 2012, quando a CEDEAO, preocupada com as consequências que o caso poderia gerar na sub-região, solicitou ao Conselho de Segurança da ONU o envio de uma força de manutenção da paz. Assim, o Conselho de Segurança decidiu, por meio da resolução número 2048, sancionar as figuras responsáveis pela atrapalhação da ordem constitucional na Guiné-Bissau. Esse regime de sanções foi visto depois como ação que contribuiu de forma pacífica nas eleições gerais de 2014, as quais foram vistas como livres e justas, além do mais, contribuiu para a permanência da estabilidade até uma nova crise, que começou depois do Sr. Vaz destituir o Primeiro-Ministro Simões Pereira (UNIOGBIS, 2020a, p. 19).

É verdade que depois de um esforço infrutífero para o cumprimento do Acordo de Conacri, a CEDEAO decidiu na Conferência em Adis Abeba, no dia 27 de janeiro de 2018, enviar uma delegação constituída pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Togo, o Ministro de Estado e Secretário-Geral da Presidência da Guiné Conacri e o Presidente da Comissão da CEDEAO, que chegaram na Guiné-Bissau no dia 31 de janeiro de 2018 e emitiram, em nome da CEDEAO, um comunicado que afirma, entre outros assuntos, a falta do cumprimento, que tratava da nomeação de um Primeiro-Ministro de consenso. Assim, a partir daquele dia as sanções coletivas e individuais seriam aplicadas (CEDEAO, 2017; UNIOGBIS, 2018).

Depois dessa comunicação dos delegados da CEDEAO em Bissau, no dia 4 de fevereiro 2018, a autoridade da CEDEAO, com base no que já tinha sido decidido em 27 de janeiro, aplicou as sanções especiais a 19 pessoas²⁵ consideradas obstrutoras da implementação do Acordo de Conacri, no entanto, deixou claro que poderia rever a lista de acordo com a evolução da situação política do país. As sanções abrangiam a suspensão dessas pessoas das atividades da CEDEAO, a proibição de viajar e o congelamento de seus bens. A

²⁵ As pessoas sancionadas são: Braima Camara, Rui Dias de Sousa, Soares Sambu, Abel da Silva Gomes, Manuel Nascimento Lopes, Eduardo Mamadu Balde, Maria Aurora Abissa Sano, Florentino Mendes Pereira, Orlando Mendes Viegas, Certorio Biote, Domingos Quade, Carlitos Barai, Domingos Malu, Antonio Sedja Man, Bacari Biai, Botche Cande, Herson Gougjabi Vaz, Victor Madinga, Fernando Vaz.

autoridade da CEDEAO ainda solicitou à União Africana, à CPLP, à União Europeia, à Organização Internacional da Francofonia e às Nações Unidas que a apoiassem na aplicação das sanções (GEBREMICHAEL; MESFIN; KIDANE, 2019). Essa decisão visava promover a restauração da governação democrática e do respeito pelo Estado de direito no país.

Contudo, a aplicação das sanções enfrentou uma oposição pública limitada. Em 13 de fevereiro de 2018, o Governo cessante emitiu um comunicado tratando-as como “abusivas”, contrárias aos princípios que regem a CEDEAO e a Constituição e as leis da Guiné-Bissau. Ainda consta no comunicado que o Governo procuraria uma sessão extraordinária da autoridade da CEDEAO, a fim de rever o Acordo de Conacri e, também, solicitaria um novo mediador independente e imparcial, que estaria interessado em ajudar a Guiné-Bissau a superar a crise política. Neste sentido, com base em análise dos relatórios, a 20 de fevereiro, o advogado das 19 pessoas sancionadas apresentou uma petição ao Faure Essozimna Gnassingbé, de Togo, o Presidente da Autoridade da CEDEAO. A petição fazia menção à falta de clareza e coerência na aplicação das sanções, argumentava que as pessoas sancionadas não deveriam ser responsabilizadas pela falta do cumprimento de Acordo de Conacri e concluía solicitando a suspensão das sanções (UNIOGBIS, 2018).

Porém, os membros do Movimento dos Cidadãos Conscientes e Inconformados²⁶, no dia 4 de março, fizeram uma marcha pacífica em direção à missão da CEDEAO em Bissau e solicitaram a confirmação plena de sanções contra as pessoas que atrapalhassem a execução do Acordo de Conacri. Os responsáveis por essa marcha entregaram uma petição ao representante da CEDEAO no país, pedindo que o presidente Vaz fosse incluído na lista dos sancionados (UNIOGBIS, 2018).

²⁶ Os grupos da sociedade civil, embora estivessem envolvidos na negociação juntamente com os mediadores internacionais, porém, muitos deles tinham suas particularidades na negociação, o que fica claro quando apresentaram suas opiniões. Às vezes, estavam envolvidos nas práticas corruptas dos políticos. Em relação a esse conflito que estamos a tratar neste trabalho, a interferência de alguns movimentos da sociedade civil deixa claro que estão a apoiar um determinado lado. Na altura do conflito, o Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento da Guiné-Bissau, que apoia o Presidente Vaz, os 15 deputados e o PRS, manifestaram em Bissau no dia 9 de março de 2017 para exigir a reabertura da Assembleia Nacional Popular e pôr fim ao impasse político. No dia 11 de março de 2017, o Movimento de Cidadãos Conscientes e Inconformados, que apoiava o PAIGC e o Parlamento, manifestou-se nas ruas exigindo a renúncia do Presidente e a organização das eleições gerais. Essa divergência mostra como o conflito fragmentou a sociedade civil. Também surgiu um grupo de mulheres de diferentes organizações da sociedade civil apoiado pelo Escritório Integrado da Consolidação da Paz das Nações Unidas na Guiné-Bissau (UNIOGBIS). Esse grupo estava motivado para resolver o problema da crise e conseguiu reunir as duas partes em conflito e enquanto essas mulheres esforçavam-se na mediação, a CEDEAO, naquela altura, estava somente aguardando com o resultado de suas intervenções antes de retirar do país a sua missão de estabilização, ECOMIB. Embora esse diálogo não tenha resolvido todo o problema, ao menos minimizou as tensões. Qualquer envolvimento da sociedade civil, mulheres, jovens, líderes tradicionais e religiosos, trabalhadores e sindicatos na situação política deve ser apoiado. A sociedade civil precisa do encorajamento para persistir na promoção dos interesses do povo, mas não deve se identificar com os interesses pessoais das elites políticas.

Ademais, o presidente do Comité de Sanções da ONU para a Guiné-Bissau entre 2018 a 2019, Sr. Anatolio Mba Ndong, fez duas visitas em 2018 ao país. Encontrou-se com os líderes dos partidos políticos, pessoas que podiam fornecer informações para o Conselho, os representantes da sociedade civil. Naquele momento refletiram sobre os efeitos das sanções aplicadas em 2012 pelo Conselho de Segurança da ONU, depois do golpe do Estado. Aquelas sanções foram positivas, visto que passaram seis anos sem a interferência dos militares nos assuntos políticos: “O objetivo não é punir o país, mas sim apoiar a ordem constitucional e reforçar o Estado de direito para que o país possa avançar para um desenvolvimento sustentável” (UNIOGBIS, 2020a, p. 69).

As sanções devem ser permanentes contra cada autor e organizações que cometeram ações que prejudicam a paz, a segurança, a estabilidade e o desenvolvimento do país e de outros Estados vizinhos. A intolerância contra os traficantes de drogas e ameaça relativa a essa prática feita pela comunidade internacional, liderada pelos os Estados Unidos da América, é uma forma de minimizar os problemas globais. A CEDEAO também pode chamar atenção por meio de ameaças relativas a sanções contra indivíduos ou grupos que interrompem as conversas e diálogos políticos nacionais em andamento (BAPPAH, 2018, p. 37).

Em outra visita, o Presidente do Conselho disse que as informações referentes à situação da Guiné-Bissau seriam colhidas quando fossem necessárias e aproveitaria para fazer apelo aos políticos para contribuírem de forma correta para que as eleições pudessem ser realizadas na base da transparência. No entanto, tudo o que foi tratado durante essa visita não se cumpriu como havia sido pensado, por causa da crise que ressurgiu um pouco antes das eleições presidenciais em 2019 e os militares, novamente, entrarem na arena política. Diante disso, foi recomendada a observação dos princípios do regime das sanções em vigor e criação de um grupo de especialistas para entender melhor os fatores que resultaram na participação das forças armadas na política, conhecer os membros das forças armadas que não estavam cumprindo os requisitos que tinham sido implementados, e também precisavam monitorar as causas de crime organizado que estariam sendo usadas para prestar apoio às pessoas que tentavam impedir a restauração da ordem constitucional (UNIOGBIS, 2020a, pp. 69-70).

3.7 A GOVERNABILIDADE, A RECONVOCAÇÃO DO PARLAMENTO, A FUNDAÇÃO DO MADEM-G15 E AS ELEIÇÕES DE 2019

A crise é real na Guiné-Bissau e sempre resulta na paralização das instituições políticas e na perda de vidas dos políticos e militares. É isso que se observa nesse país desde a sua independência, vidas foram ceifadas, alguns políticos desapareceram e ninguém sabe onde se encontram até a presente data. Os cinco anos da governabilidade de Vaz foi o único momento na história desse país que uma única pessoa não desapareceu nem houve uma única vez que uma família recebeu um corpo morto, mas houve muitas ameaças públicas, tanto contra os políticos nacionais quanto contra os países da sub-região, momento em que Vaz afirmava que ele é o presidente do conselho de defesa, então possuía todos os poderes das Forças Armadas e quem lhe desafiasse teria consequências terríveis, o que causou medo dentro do país (UNIOGBIS, 2020a).

Como já frisamos, ele nomeou Sissoco Embalo unilateralmente como candidato consensual sugerido nos termos do Acordo de Conacri. Embora o Sr. Embalo não convencesse os membros permanentes da Assembleia Nacional Popular, demonstrou sua lealdade ao presidente do país e, como a rixa continuou, ele apresentou sua renúncia ao cargo de primeiro-ministro. Assim, no dia 30 de janeiro de 2018, Vaz emitiu um decreto nomeando Artur Da Silva, membro do Comité Central do PAIGC, como primeiro-ministro e este tomou a posse aos 31 do mesmo mês, mas essa nomeação foi rejeitada pelo PAIGC (UNIOGBIS, 2018).

Está claro que o Sr. Da Silva, que assumiu o governo em 31 de janeiro 2018, foi outro político que simplesmente foi adicionado na lista dos chefes do governo nomeados por Vaz sem precisar aceitar esse compromisso. O próprio Vaz não se sentiu simpatizado com o governo de Artur Da Silva, sendo assim, o exonerou a 16 de abril do mesmo ano e no dia seguinte nomeou Aristides Gomes como primeiro-ministro de consenso, o que contribuiu na formação do governo e reconvocação da Assembleia Nacional, que cujas reuniões haviam sido paralisadas a 15 de dezembro de 2015, por causa da crise política e falta de formação do governo consensual. Esse foi o momento oportuno de José Pedro Sambú, que já exercia a função do presidente da Comissão Nacional Eleitoral, ser reconduzido para a mesma função, com 93 votos a favor, 1 abstenção e 8 faltas (GEBREMICHAEL; MESFIN; KIDANE, 2019, p. 10).

A Constituição do país e a legislação eleitoral da Guiné-Bissau demonstram que é da responsabilidade do chefe do Estado, após consultar o Governo, partidos políticos e a

Comissão Nacional Eleitoral, fixar a data das eleições presidenciais e legislativas por decreto. Vale afirmar que, amparando-se nessa legalidade, em 28 de fevereiro e 1 de março de 2018, o presidente Vaz decidiu reunir-se com os 40 representantes dos partidos políticos que se registraram no país para acertarem uma data possível para a realização das eleições. Recordase que nessa ocasião, na plena reunião, a liderança dos dois maiores partidos, PAIGC e PRS, que já estavam impacientes com as nomeações e destituições de governos, exigiu que as eleições legislativas fossem realizadas em 2018, conforme consta na Constituição e nas leis eleitorais (UNIOGBIS, 2018).

Foi nesse momento que os líderes religiosos²⁷, sob a direção do bispo católico de Bissau, fizeram consultas entre as partes, o que resultou na aproximação dos dois maiores partidos do então momento (PAIGC e PRS). Vale salientar que nessa mesma ocasião esses partidos assinaram um acordo de princípios para a nomeação de um Primeiro-Ministro consensual. Igualmente, acordaram em participar na sessão extraordinária da Assembleia Nacional, que reabriu para as suas sessões regulares e no então momento escolherem os representantes da Comissão Nacional das Eleições (CNE) e, além disso, prolongaram a então corrente legislatura até as eleições de novembro (GEBREMICHAEL; MESFIN; KIDANE, 2019, p. 10).

Embora os acordos entre esses dois partidos, que se enfrentavam como inimigos políticos, tenham tido avanços positivos, porém, as suas rivalidades potencializaram-se em maio, quando Ester Fernandes, a Ministra da Administração Territorial, informou sobre a suspensão de oito governadores regionais, todos eles alinhados com o PRS. Nesse momento, o líder parlamentar do PRS acusou a medida como uma infração do acordo de princípios contraído entre os dois partidos, sob a égide do bispo católico. Mesmo assim, aos 5 de junho de 2018, foram nomeados 8 governadores chegados ao PAIGC (UNIOGBIS, 2018).

O grupo de 15 deputados dissidentes do PAIGC estava a ser liderado pelo Sr. Braima Câmara, um poderoso ator político na Guiné-Bissau. Esse grupo formou uma coligação no seio da Assembleia Nacional Popular com a oposição PRS, para constituir a maioria no Parlamento, que poderia aprovar o programa e o orçamento e, possivelmente, assumir o cargo de Presidente da Assembleia Nacional Popular, o que resultou no impasse do PAIGC. Daí o fechamento do Parlamento, pois esse partido temia que, uma vez que o Parlamento fosse

²⁷ Embora por longos anos de regime de partido único e socialista tenha reprimido a sociedade civil, a introdução da democracia liberal na década de 1990 deu um novo impulso às organizações da sociedade civil, incluindo líderes tradicionais e religiosos, grupos de mulheres e jovens para ganhar influência na política do país. Os líderes tradicionais e religiosos desempenham o papel de mediadores nos conflitos entre as elites políticas. Porém, grupos de jovens e mulheres desempenharam papéis importantíssimos no vazio deixado pelos líderes tradicionais e religiosos (BAPPAH, 2018, p.20).

reaberto, o PAIGC perderia o controle sobre ele. Então, durante cerca de dois anos, a Assembleia Nacional Popular não realizou sessão, porque o Presidente e os deputados do PAIGC ordenaram o seu encerramento na sequência dessa crise política (BAPPAH, 2018, p. 19-20).

Assim, Braima Camará, o coordenador do grupo dos 15 deputados que tinham sido expulsos do PAIGC, rompeu definitivamente com o PAIGC a 4 de junho de 2018 e decidiu fundar o seu partido, o Movimento para Alternância Democrática (MADEM). Em 23 de Agosto de 2018, Movimento para Alternância Democrática, MADEM-G15, o partido recém-formado, liderado por dissidentes do PAIGC, lançou oficialmente a sua plataforma (BERTELSMANN STIFTUNG'S TRANSFORMATION INDEX - BTI, 2022, p. 14).

Naquele momento, a organização mediadora do país (CEDEAO) manifestou a sua inquietação com a demora de implementação do calendário das eleições legislativas. Essa organização apelou aos Estados-Membros pertencentes à mesma e à comunidade internacional para apoiar a Guiné-Bissau e, durante esse momento, registrou com alegria a ajuda financeira no valor de 1 milhão de dólares americanos da UEMOA, para a preparação das eleições legislativas na Guiné-Bissau (UNIOGBIS, 2020a).

Enquanto isso, o PRS, que também se incomodou com a demora dos preparativos para as eleições legislativas, afirmou publicamente que em termos administrativos o primeiro-ministro, Gomes, era incompetente e não podia governar o país. É relevante apontar que, mais tarde, o mesmo partido, PRS, juntou-se ao novo partido, MADEM-G15, para, juntos, manifestarem suas inquietações. Os dois partidos concluíram que o Governo estava a influenciar de maneira injusta a seleção de agentes e monitores para o processo de recenseamento eleitoral, de acordo com as linhas partidárias (UNIOGBIS, 2019).

Partindo disso, os partidos políticos começaram a discutir e a trocar acusações. O assunto primordial daqueles dias era de aspectos técnicos e jurídicos do recenseamento e do calendário eleitoral. Havia partidos políticos que reagiram publicamente porque tinham suspeitado do processo eleitoral, os quais questionaram a transparência e a credibilidade do mesmo processo e solicitaram a demissão do primeiro-ministro. Por causa das dificuldades políticas e técnicas, as eleições legislativas não puderam ser realizadas em 18 de novembro de 2018. A situação complicou-se ainda mais com a decisão do Procurador-Geral, a 2 de dezembro do mesmo ano, de suspender o recenseamento eleitoral, com o objetivo de investigar três técnicos do Gabinete de Apoio Técnico após denúncias de más práticas na gestão de base de dados eleitorais e software. Contudo, em 19 de dezembro, o governo

conseguiu terminar o recenseamento eleitoral com sucesso²⁸, com registro de mais de 90% da população eleitoral (UNIOGBIS, 2019).

Os membros do conselho eleitoral das Nações Unidas solicitaram uma revisão da Constituição para tornar mais segura a independência da Comissão Eleitoral e do sistema eleitoral legislativo. O mesmo conselho também aconselhou que as leis referentes às eleições fossem revisadas para facilitar mandatos mais longos para os membros da Secretaria Executiva da Comissão, com a finalidade de fortalecer sua autonomia e a sua capacidade operacional, assim como a sua capacidade jurídica, que facilitaria a compreensão das questões que surgiam na aplicação da lei eleitoral, igualmente no financiamento para a realização das eleições (UNIOGBIS, 2020a, p. 56).

Como o clima já estava tenso desde os preparativos para as eleições, em especial no momento de recenseamento, foi necessário, com base no artigo 58.2.g do Tratado Revisado da CEDEAO, que alude - fornecer, quando necessário e a pedido dos Estados Membros, assistência para Estados-Membros, para a observação de eleições democráticas – a observação destas eleições foi feita pela CEDEAO e outras organizações internacionais, tais como a União Africana, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a Organização da Cooperação Islâmica (UNIOGBIS, 2019).

Embora o processo preparatório das eleições legislativas tenha sido muito difícil e duas vezes as eleições tenham sido adiadas, apesar dos comentários muito ofensivos sobre a forma como as operações de votação seriam feitas, em particular a contagem de votos, porém, o processo foi melhorado de forma significativa. As medidas foram transparentes e muito confiáveis para essas eleições, que, portanto, tiveram lugar em 10 de março de 2019²⁹, tendo o PAIGC conquistado 47 deputados e o MADEM G-15 27. As eleições foram consideradas credíveis pelas organizações citadas. Os países amigos, o Reino Unido da Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte e os Estados Unidos da América, também consideraram que as mesmas foram credíveis (SHAW; GOMES, 2020, p. 5).

²⁸ Quando o primeiro-ministro Gomes afirmou oficialmente que o recenseamento eleitoral havia sido iniciado, José Mario Vaz, o presidente da Guiné-Bissau, anunciou que “cumpru o seu compromisso” diante da comunidade internacional, visto que nomeou um primeiro-ministro consensual como tinha sido combinado no Acordo de Conacri e conduziu a formação de um Governo inclusivo, com a finalidade de preparar as eleições legislativas em novembro (UNIOGBIS, 2019).

²⁹ A Sra. Neto, Embaixadora da EU, afirmou que os parceiros internacionais do país tinham conhecimento da importância de tornar segura a diligência das autoridades e do povo, e quão necessária era a presença das organizações internacionais para acompanhar as instituições nacionais e incentivar a participação da sociedade civil do país, igualmente cooperar na estabilização da paz nacional para facilitar as eleições. Foi o esforço dessas organizações internacionais e a preparação básica da sociedade que resultaram nas realizações das eleições pacíficas em 2019, tanto é que não houve conflito entre os candidatos depois das eleições (UNIOGBIS, 2020^a, p. 37). Embora o país estivesse limitado em termos financeiros, as eleições tornaram-se uma realidade para todos os partidos.

Depois dos resultados, quatro partidos representados no parlamento – PAIGC, APU-PDGB, UM e PND – fizeram acordo com regras para formar uma coligação parlamentar e, assim, tiveram a maioria global de 54 lugares (de 102) no Parlamento. No entanto, em 12 de março, o MADEM-G15 e o PRS também assinaram um acordo para formar uma coligação no Parlamento e, partindo disso, tornaram-se o principal bloco da oposição na Assembleia Nacional, com um total combinado de 48 deputados (GEBREMICHAEL; MESFIN; KIDANE, 2019, pp. 10-11).

Esta coligação dos partidos no país somente mostra qual é o verdadeiro problema da Guiné-Bissau. Especificamente, as alianças sempre são oportunistas entre políticos e entre os partidos políticos, até entre os políticos com os militares e membros da sociedade civil. Esse comportamento é fácil de ser percebido, quando se colocam dois ou mais adversários políticos do país dentro da mesma sala para os reconciliar. Os seus pontos de vistas sempre estão inclinados as suas realizações pessoais e a intenção de cada um sempre está determinada para os interesses próprios (UNIOGBIS, 2020a, p. 31).

Após tudo, os novos deputados eleitos tomaram a posse a 18 de abril de 2019. Depois da cerimônia, o presidente do conselho de transição parlamentar solicitou aos deputados que elegessem os membros da Mesa Executiva da Assembleia Nacional, que funcionam como secretariados do Parlamento. Deste modo, cada partido que possuía a representação no parlamento apresentou os seus respectivos candidatos aos cargos de Presidente, Primeiro Vice-Presidente, Segundo Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Mesa Executiva (UNIOGBIS, 2019).

Ao cargo do Presidente da Assembleia Nacional foi eleito Cipriano Cassamá, do PAIGC, e ao do Primeiro Vice-Presidente, Nuno Nabiam, dirigente do APU-PDGB. Na votação dessas duas funções, não houve incidentes, porém, na eleição da função do Segundo Vice-Presidente e Primeiro Secretário, as tensões aumentaram quando fracassou a candidatura de Braima Camará, Coordenador Nacional do MADEM-G15, que visava ocupar o cargo de Segundo Vice-Presidente. Com o fracasso de Camará, o Presidente da Comissão Eleitoral da Assembleia Nacional aconselhou que o MADEM-G15 apresentasse um candidato substituto para o cargo, no entanto, o partido se recusou. Ainda em relação à eleição, o PAIGC, na discussão com o PRS, afirmou que este não era elegível para contestar o cargo de Primeiro Secretário (ibidem).

É fundamental esclarecer que na eleição da Mesa Executiva da Assembleia Nacional a competitividade cresceu entre a coligação majoritária e o bloco da oposição, o que intensificou o conflito entre os deputados para eleger esses cargos. Por conseguinte, no dia 23

de abril de 2019, o Presidente da ANP convocou uma reunião com os representantes dos partidos que possuíam os membros parlamentares para tentarem superar aquele clima, entretanto, não houve sucesso. Ademais, é explícito que, a 24 de abril, os parlamentares do PRS e do MADEM-G15 não participaram do plenário. Embora na ausência da oposição, a maioria dos deputados tivesse procedido à eleição de dois candidatos do PAIGC como Primeiro e Segundo Secretário da Mesa Executiva da Assembleia Nacional, o cargo de Segundo Vice-Presidente ficou vago e reservado para o MADEM-G15, como segundo maior partido da Assembleia da República (UNIOGBIS, 2019).

Depois de quase dois anos em Guiné-Bissau, a Assembleia Nacional Popular foi convocada para a primeira sessão ordinária da décima legislatura, a 11 de junho de 2019. Porém, entre o bloco majoritário e o da oposição, ainda reinavam as tensões do mês de abril. A oposição solicitou que fosse eleito, primeiramente, o Segundo Vice-Presidente e, em seguida, o Primeiro Secretário da Mesa Executiva da Assembleia Nacional, mas a coligação majoritária recusou essa proposta. Assim, a sessão foi suspensa por várias horas e foi posteriormente aprovada a agenda inicial pelos 54 deputados da coligação majoritária (Ibidem).

Por outro lado, apesar de o presidente Vaz viver o clima tenso com o PAIGC, porém, depois dos resultados das eleições, ele dirigiu uma carta ao PAIGC, em 17 de junho de 2019, solicitando a sua proposta ao cargo do primeiro-ministro e, novamente, o PAIGC respondeu no mesmo dia, propondo o seu líder, Domingos Simões Pereira. Entretanto, o Presidente Vaz recusou Simões Pereira e disse que este era inadequado para o cargo de primeiro-ministro. Diante desse impedimento inconstitucional, o PAIGC apresentou Aristides Gomes, que foi aceito e empossado no dia 22 de junho de 2019 pelo presidente (UNIOGBIS, 2019).

Naquele momento, enquanto se discutia a data apropriada para eleição presidencial, em 29 de outubro de 2019 o Presidente Vaz nomeou e empossou Faustino Fudut Imbali ao cargo do primeiro-ministro, mas, no mesmo dia, a CEDEAO recusou essa nomeação³⁰. A verdade é que a CEDEAO percebeu que a intenção do presidente Vaz era atrapalhar o processo eletivo. Então, no dia 6 de novembro, CEDEAO exigiu a renúncia de todos os membros do Governo de Faustino Fudut Imbali, ameaçando sancionar os indivíduos que não renunciassem. A decisão de CEDEAO foi apoiada por muitos países e organizações internacionais, assim sendo, em 8 de novembro, o Sr. Imbali apresentou sua renúncia ao cargo

³⁰ CEDEAO recusou essa nomeação que ocorreu nas vésperas das eleições presidenciais e declarou que sancionaria qualquer pessoa que impedisse o processo eleitoral. Essa decisão foi apoiada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a União Africana e a União Europeia. Também pelos governos de Portugal, Angola, França, Espanha, e Estados Unidos da América (UNIOGBIS, 2020b).

do primeiro-ministro. Assim, Aristides Gomes continuou no cargo de primeiro-ministro até 28 de fevereiro de 2020, quando o novo chefe de Estado guineense, Umaro Sissoco Embaló, nomeou primeiro-ministro o Sr. Nuno Gomes Nabiam (UNIOGBIS, 2020b).

No que diz respeito à eleição presidencial³¹, esta foi realizada de forma pacífica e dentro do prazo legalmente previsto para 2019, entretanto, decorreu em um ambiente de intensa desconfiança e de posições divergentes entre os atores políticos. Houve esforços para tornar o calendário eleitoral irrealizável e, do mesmo modo, tentativa de o próprio presidente para instalar um novo governo no final de outubro, ameaçando a estabilidade do país e o Governo de consenso. Mas, de maneira feliz, a resposta acima citada da CEDEAO e da comunidade internacional contra o presidente Vaz foi decisiva para evitar uma crise política e assegurar a conclusão do ciclo eleitoral (UNION AFRICAINE, 2019).

O primeiro turno das eleições presidenciais realizou-se a 24 de novembro sem grandes incidentes. A pesquisa feita em nove regiões registrou 761.676 eleitores, porém, somente 74,37% desses eleitores que foram às urnas. Como aconteceu com as eleições legislativas, as presidenciais também foram observadas por missões internacionais da União Africana (UA), CEDEAO, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Organização Internacional da Francofonia, Organização da Cooperação Islâmica, Nigéria, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e Estados Unidos, os quais consideraram o processo credível e transparente. A Comissão Nacional de Eleições (CNE) divulgou os resultados provisórios no dia 27 de novembro e definitivo no dia 2 de dezembro para o primeiro turno, com o Sr. Pereira (PAIGC) e o Sr. Embaló (MADEM-G15) como os principais candidatos, com 40,13% e 27,65% dos votos, respectivamente. Muitos candidatos emitiram declarações concordando com os resultados (UNIOGBIS, 2020b; UNION AFRICAINE, 2019).

No segundo turno, realizado em 30 de dezembro, estava claro que as eleições presidenciais foram observadas pelas missões internacionais já mencionadas, que emitiram declarações semelhantes, ou seja, afirmaram que as eleições foram pacíficas e credíveis, sem grandes incidências. Em 1 de janeiro de 2020, a Comissão Nacional das Eleições (CNE)

³¹Em 16 de outubro, o Supremo Tribunal publicou a lista dos 12 candidatos qualificados para as eleições presidenciais. Foram três candidatos independentes (José Mário Vaz (presidente em exercício), Carlos Gomes Júnior e Mutaro Intai Djabi) e nove candidatos apoiados por partidos políticos, especificamente Domingos Simões Pereira (PAIGC), Umaro Sissoco Embaló (MADEM-G15), Nuno Gomes Nabiam (Assembleia do Povo Unido – Partido Democrático da Guiné-Bissau), Idrissa Djaló (Partido da Unidade Nacional, PUN), Mamadú Iaiá Djaló (Partido da Nova Democracia, PND) (Partido Unido Social Democrático, PUSD), Vicente Fernandes (Partido da Convergência Democrática, PCD) e Baciro Djá (Frente Patriótica de Salvação Nacional, FREPASNA). Expressivamente, o principal partido tradicional da oposição, o PRS, não apresentou candidato, também nenhuma candidata foi aprovada (UNIOGBIS, 2020b).

anunciou os resultados provisórios, indicando que o Sr. Embaló foi vitorioso com 53,55% dos votos expressos, enquanto o Sr. Pereira obteve 46,45%. Em 17 de janeiro de 2020, a Comissão eleitoral considerou os resultados provisórios como definitivos (SHAW; GOMES, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante este trabalho, percebemos que foi na base da consciência nacional que os fundadores do partido único socialistas, PAIGC, decidiram enfrentar o colonialismo imperial para tomar a independência e declarar uma nova nação, o que aconteceu em setembro de 1973. É verdade que foi na base do colonialismo econômico que a modernidade europeia se formou e a partir dessa modernidade formou-se o conceito da colonialidade do poder, do qual, surgiu a superioridade de uma raça em relação à outra. Assim, o racismo foi potencializado, e igualmente foi na base desse racismo que foi organizada a forma de acumulação do capital no Ocidente e o novo padrão do sistema-mundo. “Esse padrão de poder não se restringiu ao controle do trabalho, mas envolveu também o controle do Estado e de suas instituições, bem como a produção do conhecimento” (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL 2016 p.17).

No momento do enfrentamento ao colonialismo, Amílcar Cabral se libertou das tendências locais olhando para a nação inteira, a Guiné-Bissau, assim como Cabo Verde, também, incentivava os guineenses a se libertarem das tendências locais e de tribalismo. Mesmo com a divisão das forças armadas em três frentes: Sul, norte e leste, ele dizia aos do sul para se esforçarem mais nas suas frentes e, se possível, ajudar as outras frentes. Também falava o mesmo para as outras frentes, e foi isso que resultou na vitória desse revolucionário, surgindo, assim, o Estado-nação guineense.

Vale ressaltar que o socialismo marxista, que é a base do PAIGC, foi abandonado entre o final da década de 1980 a início da década de 1990, contudo, suas raízes continuaram vivas por causa da influência do estilo da liderança de Amílcar Cabral, que foi assassinado antes da independência. Como foi ele quem passou a visão de liderança aos guineenses e morreu antes das mudanças dos sistemas políticos da década de 1990 (multipartidarismo), então o seu antigo estilo ficou permanente dentro do país. É fundamental destacar que os seguidores de Cabral o admiravam muito pelo jeito que resolvia o problema dentro do partido e até a forma com a qual convencia as nações como a Rússia, a China e o Cuba a lhe ajudarem na luta pela independência. Essa admiração resultou, então, na permanência do sentimento do socialismo nesse país, ainda que esse sistema fosse abandonado de maneira formal.

Também é verdade que desde a independência faltaram as políticas públicas eficazes. Os poderes foram concentrados dentro da capital, Bissau, o que prejudica a população que não tem acesso a esse centro. Desse modo, a população continuou no isolamento sociopolítico e econômico do país. Isso também dificulta o processo da construção de sentimentos de pertencimento nacional, visto que quanto mais as pessoas ficarem longe dos administradores

públicos ou sem contato com os centros urbanos, mais distantes serão as suas línguas e os modos de agirem.

Uma das formas de acabar com as diversidades é falar uma mesma língua, a língua identifica o povo. Se ela for a mesma para todos, o povo poderá comunicar-se melhor com os administradores e acessar a função pública. Isso não significa proibir as outras línguas, é claro que agora não se pode proibir pela força o uso das línguas tribais, mas, na medida em que o povo se aproxima do administrador público, a unificação vai se constituir por meio das interações. O modo de criar a forma de a população ter acesso ao centro urbano não é abertura das estradas que facilite o povo chegar à capital do país ou fornecer trens ou comboios que auxiliem as pessoas a chegarem na capital. Tudo isso é importante, no entanto, é preciso criar o poder local, municípios com seus prefeitos e vereadores e as universidades regionais.

Também é fundamental destacar que o país se fragilizou ainda mais a partir do multipartidarismo, pois alguns candidatos nas campanhas eleitorais fazem questão de colocar algum objeto de suas tribos para se identificarem com elas, e os que não se identificaram com algum objeto da tribo manifesta publicamente a tribo e a religião de que fazem parte, para conquistar a massa popular. Fistein (2011) disse que a mobilização das massas é um fenômeno tradicional na longa história da Guiné-Bissau, sempre usado como moeda de troca na luta pelo poder entre as elites que dominaram o país, e foi assim que Cabral iniciou a luta.

Igualmente, percebemos que em cada campanha eleitoral, cada líder fazia a promessa e enfatizava sobre um novo começo, porém, depois de assumirem o poder se transformavam em ditadores. Brigavam com o poder legislativo, judicial e com o próprio primeiro ministro. Como afirmamos no terceiro capítulo, Vieira ganhou as eleições em 1994 e se tornou muito autoritário. Em 1998 a 1999, depois de ser derrotado pela junta militar na guerra civil, se exilou em Portugal. Durante o tempo do seu exílio, foram feitas as eleições de 1999/2000 e Komba Yalá foi eleito o presidente do país.

Queremos destacar que Yalá se tornou o primeiro presidente na Guiné-Bissau que não era do PAIGC, porém, não se distanciou da forma com que o PAIGC exercia a liderança, ou seja, caminhou na mesma trilha da liderança daquele partido. Ainda com o apelido de carismático, não tinha uma boa relação com o parlamento e ainda colocou limites na imprensa, prendeu alguns militantes de oposições, além do problema da morte do General Mane, que aconteceu durante o seu mandato.

É importante lembrar que nas eleições de 2005 Vieira voltou para concorrer às eleições presidenciais. Embora tivesse todos os direitos para se candidatar como guineense que ele era, não era necessário lutar pelo poder como ele lutava, o que nos parece que havia

algo que o chamava para a morte. Quando chegou ao país, tinha o apoio das massas que sempre depositaram a confiança nele, desde a luta de libertação nacional.

De fato, todos viram o que Vieira fez na guerra de libertação e quem não viu ficou sabendo pelos narradores das histórias do país. Vieira era um dos homens que o Portugal mais temia, ele era o símbolo da bravura para os guineenses, e por isso o povo o amava e preferia a ele do que qualquer outra pessoa, mas, infelizmente, a política do socialismo sempre estava viva nas ações de Nino Vieira. Logo depois de ganhar as eleições de 2005, passou alguns meses se sentindo estável no país e partiu para a briga com os seus adversários, inaugurando, assim, um novo círculo da crise econômica e sociopolítica.

Ao longo deste trabalho, percebemos que os guineenses estão presos com a racionalidade/modernidade, ou seja, a forma "tradicional" da razão na Europa e América do Norte, onde o raciocínio humano é inteiramente determinado por um conjunto de objetivos e métodos específico, que podemos denominar de colonialidade. A colônia criou paradigmas distorcidos de saberes e destruiu os compromissos que a modernidade tinha com a libertação. Os guineenses precisam ter o conhecimento desses artifícios e se posicionar contra o comportamento do poder mundial. De outra forma, precisam saber que qualquer produção europeia não é universal, mas, sim, local, igualmente qualquer saber português não é de todos os países da língua oficial portuguesa, mas somente de Portugal, os demais países que foram colonizados por Portugal precisam do conhecimento do Portugal na medida que Portugal precisa de conhecimentos desses países.

Importa frisar que Jose Mario Vaz é o primeiro presidente a completar o mandato de cinco anos no país. Vaz assumiu o país em 2014, depois de alguns meses de sua governabilidade, seguiu a trilha do socialismo, começando a guerra com o seu primeiro ministro, Domingos Simões Pereira, do PAIGC, o partido que o apoiou na campanha eleitoral. O motivo da briga está relacionado com as divergências políticas entre as duas figuras do PAIGC, o que resultou na crise que paralisou o país. Vaz empossava e desempossava os seus primeiros ministros até ter sete primeiros ministros durante cinco anos de mandato.

Durante esses cenários, a CEDEAO decidiu mediar o impasse dentro do país, o que contribuiu para que não houvesse conflitos na Guiné-Bissau durante essa governabilidade. A CEDEAO, apoiada por muitas organizações internacionais, fez várias tentativas para que os deputados expulsos do PAIGC pudessem ser reencaminhados a suas funções, assim como lutou bastante para a escolha de um primeiro ministro de consenso. Durante a mediação em Bissau surgiu um acordo, que na sua revisão em Guiné Conacri ficou conhecido como o

Acordo de Conacri, que requeria o governo inclusivo, mas esse Acordo de Conacri não foi cumprido, o que fez a CEDEAO sancionar os responsáveis pelo incumprimento do mesmo.

As forças da CEDEAO, ECOMIB que chegaram a Guiné-Bissau depois do golpe militar de 2012, ficaram nesse território até o final de 2017, garantindo a segurança das instituições e dos líderes no país. Percebemos que foi a presença dessas forças da CEDEAO e as sanções dos responsáveis pelo golpe de Estado em 2012 que contribuíram para que os militares guineenses não agissem diante da crise durante a governabilidade de José Mario Vaz.

No que refere ao PAIGC, é o principal partido do país e os seus líderes são as elites que dominaram a vida política desde a independência. É certo que esse partido é protagonista das crises políticas do país. Ao longo da história da independência do país, foram os líderes do PAIGC que o dominaram e foram as mesmas pessoas que dirigiam as forças armadas. Todas as vezes que este partido mergulhou nas crises o país se agitava, contudo, uma vez se mantivesse numa tranquilidade, o país permanecia sem agitação.

Atualmente nesse país, a permanência das crises pode ser vista como o resultado da colônia portuguesa, mas a maioria é provocada pelos próprios políticos e militares por causa dos interesses próprios. Agora a Guiné-Bissau se encontra no grupo dos dez piores países do mundo, tanto em indicadores econômicos como sociopolíticos. Neste momento, tudo o que se pode observar nessa nação não demonstra fatores de desenvolvimento econômico e nem político, contudo, o povo continua tendo esperança.

REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Adriana Erthal. Gender and Mediation in Guinea Bissau: The Group of Women Facilitators. **Police brief: Igarapé Institute**, 2018.
- ALESINA, Alberto Francesco; REICH, Bryony. **Nation building**. Working paper, Department of Economics, Harvard University, 2015.
- ALTHUSSER, Louis. **Politics and History: Montesquieu, Rousseau, Hegel and Marx**. London: Nlb, 1972 .
- AMADO, Abel Djassi. Língua, modernidade e libertação: a linguística política de Amílcar Cabral. 9 Fevereiro, 2016. Disponível em: <http://pro-africa.org/lingua-modernidade-e-libertacao-a-linguistica-politica-de-amilcar-cabral/>. Acesso em: 27.out. 2022.
- AMONA, Dingana Paulo Faia. **Narrativas sobre a Guinendade/i: identidade nacional e diversidade étnica na Guiné-Bissau**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Ceará/Unilab. Fortaleza: UFC, 2020.
- ANDERSON, Benedict Richard O.'Gorman. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2008.
- AUGEL, Moema Parente. O crioulo guineense e a oratura. **Scripta**, v. 10, n. 19, p. 69-91, 2006.
- AZAMBUJA, Darcy. **Teoria geral do Estado**. Globo, 2. ed., revista e atualizada 2ª reimpressão, Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil 2014.
- BANCO MUNDIAL. **Guiné-Bissau - memorando econômico do país: terra ranca**. Um novo começo. Prática Global. Gestão macroeconômica e fiscal, 2015.
- BANDYOPADHYAY, Sanghamitra; GREEN, Elliott. Nation-building and conflict in modern Africa. **World Development**, v. 45, p. 108-118, 2013.
- BAPPAH, Habibu Yaya. **Pourquoi les négociations de paix ont-elles échoué en Guinée-Bissau?** Une analyse de l'économie politique de l'Accord de Conakry négocié par la CEDEAO 2018. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/fes-pscc/14167.pdf> Acesso em 20 de mai. 2022.
- BARBOSA, Jorge Luiz. A cidade do devir na utopia de Thomas Morus. **GEOgraphia**, v. 5, n. 10, 2003.
- BARTH, Fredrik. **Ethnic groups and boundaries: The social organization of culture difference**. Illinois: Waveland Press, 1998.
- BENDIX, Reinhard. **Construção nacional e cidadania**. São Paulo: Edusp, 1996.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 15-24, 2016.
- BERTELSMANN STIFTUNG'S TRANSFORMATION INDEX - BTI (2022). Guinea-Bissau. **Country Report**, 2022 Disponível em: https://bti-project.org/fileadmin/api/content/en/downloads/reports/country_report_2022_GNB.pdf Acesso em 19 de maio. de 2022.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO. **Gianfranco Dicionário de política**. trad. Carmen C, Varriale *et al.*; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

CABRAL, Amílcar. Libertação nacional e cultura. Malhasqueos Impérios tecem. Textos anticoloniais. **Contextos pós-coloniais, Edições**, v. 70, p. 355-375, 2011.

_____, Amílcar. A questão da língua. **Papia-Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares**, v. 1, p. 59-61, 1990.

_____, Amílcar. **A prática revolucionária unidade e luta**. v. II, 2. ed. Seara Nova, 1977.

_____, Amílcar. Naissance d'un nouvel Etat africain: la République de Guinée-Bissau. **Présence Africaine**, n. 88, p. 249-312, 1973.

_____, Amílcar ; DE ANDRADE, Mário. **A arma da teoria: unidade e luta**. v. I, 2. ed. Seara Nova, 1978.

CEDEAO. **Fifty-first ordinary session of the ecowas authority of heads of state and government**, 4 de junho 2017. Disponível em: <https://www.ecowas.int/wp-content/uploads/2019/01/2017-51st-Session-June.pdf> Acesso em 15 de fev. de 2022.

_____. **Fiftieth ordinary session of the ecowas authority of heads of state and government**, 17 de dezembro de 2016. Disponível em: https://www.mae.gov.bf/fileadmin/user_upload/storages/fichier/final_communique_50th_summit_abuja_17_dec_16_eng.pdf. Acesso em 15 de fev. de 2022.

_____. Reunião da CEDEAO sem solução para a Guiné-Bissau. **RFI**. 13.10.2016. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/guine-bissau/20161013-reuniao-da-cedeao-sem-solucao-para-guine-bissau>. Acesso em: 12 de fev. 2022.

_____. **Forty-eighth ordinary session of the ecowas authority of heads of state and government**, 16 e 17 de dezembro de 2015. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Final%20Communique_48th%20Ordinary%20Summit_16%20%26%2017%20Dec%2015.pdf. Acesso em 15 de fev. de 2022.

_____. **Economic Community of West African States (ECOWAS)**. 24 de julho de 1993. Disponível em: <https://www.ecowas.int/wp-content/uploads/2015/01/Revised-treaty.pdf> Acesso em 15 de mai. 2022.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. [Tradução de Noêmia de Sousa]. Lisboa: Ed. Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CRISIS GROUP. La réforme du secteur de la sécurité en Guinée-Bissau: une occasion à saisir. **informe sobre África núm.** 109. 2015.

_____. Guinée-Bissau: les élections, et après? **Informe sobre África núm.** 2014. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/178940/b098-guinee-bissau-les-elections-et-apres.pdf> Acesso em 18 de mai. de 2022.

COUTO, Hildo Honório; EMBALÓ, Filomena. Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau. **Revista brasileira de Estudos Crioulos e Similares**, n. 20, 2010 (Brasília).

DE CARVALHO ARAÚJO, Vinícius. **A conceituação de governabilidade e governança, da sua relação entre si e com o conjunto da reforma do Estado e do seu aparelho**. Brasília, Enap, 2002.

DJAU, Rachido. Situação sociolinguística, cultural e étnica da Guiné-Bissau e suas implicações. **Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia**, v. 6, n. 14, p. 111-124, 2015.

DOBBINS, James *et al.* **The beginner's guide to nation-building**. California: Rand Corporation, 2007.

DOURADO, Flávia. Memória cultural: o vínculo entre passado, presente e futuro. 12 de fevereiro de 2016. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/memoria-cultural> Acesso em 27.nov.2022.

DU BOIS, Willian Eduard Burghardt. **As almas do povo negro**. São Paulo: Veneta, 2021.

ELGIE, Robert. **Semi-presidentialism: Sub-types and democratic performance**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FISTEIN, David. Guinea-Bissau: how a successful social revolution can become an obstacle to subsequent state-building. **The International journal of African historical studies**, v. 44, n. 3, p. 443-455, 2011.

FORREST, Joshua B. Autonomia burocrática, política económica e política num Estado 'Suave': o caso da Guiné-Bissau pós-colonial. **Soronda: Revista de Estudos Guineenses**, v. 15, jan. 1993.

GEBREMICHAEL, Mesfin; MESFIN, Elshaddai; KIDANE, Alem. Guinea Bissau Conflict Insight. **Institute for Peace and Security Studies** | Addis Ababa University, 219. Disponível em: <https://www.africaportal.org/publications/guinea-bissau-conflict-insight/> Acesso em 27.nov.2022.

GOMES, Patricia. A importância das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) na luta pela libertação da Guiné-Bissau. **Poiésis - Revista do Programa de Pós-graduação em Educação**, v. 3, n. 6, p. 121-139, 2010.

GREEN, Elliott. The political economy of nation formation in modern Tanzania: explaining stability in the face of diversity. **Nationalism and Conflict Management**, p. 77-98, 2013.

GUINÉ-BISSAU, **Constituição da Republica da Guiné-Bissau**. Rempessão, Bissau: Inacep 2014.

_____. Aristides Gomes toma posse como primeiro-ministro. **Made For Minds**, 22.06.2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-aristides-gomes-toma-posse-como-primeiro-ministro/a-49311597>. Acesso em 18 de fev. 2022.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização e apresentação de Liv Sovik. Tradução de Adelaine La Guardia et alii. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HAVIK, Philip. Guinea-Bissau Short Brief - Peacebuilding in Guinea-Bissau. **World Peace Foundation**. (2017), Disponível <https://sites.tufts.edu/wpf/files/2017/07/Guinea-Bassau-brief.pdf> em Acesso em 19 de mai. de 2022.

INSTITUTO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA. Dotar a Guiné-Bissau de uma nova Constituição para consolidar o Estado de direito e a estabilidade. Nota de Análise 1, **UNIOGBIS**, maio de 2018. Disponível em:

<https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/policybrief-guineabissau-1-por.pdf> Acesso em 18 de fev. 2022.

JALÓ, Sumaila. Língua portuguesa e colonização – caso da Guiné Bissau. 2 Junho 2019. BUALA - **A ler**, Disponível em: <https://www.buala.org/pt/a-ler/lingua-portuguesa-e-colonizacao-caso-da-guine-bissau>. Acesso em: 27.out.2022.

KELLER, Edmond J. Decolonization, independence, and the failure of politics. **Africa**, v. 3, p. 156-171, 1995.

KOHL, Christoph. The Reform of Guinea-Bissau's Security Sector. Between Demand and Practice. **PRIF Report**, v. 126. 2014 a.

_____. Os Desafios da Reforma do Setor de Segurança na República da Guiné-Bissau. (In) **Reforma do setor de segurança: teoria, prática e crítica**, p. 160, 2014 b.

_____. Construindo a nação na África pós-colonial: o exemplo de Guiné-Bissau. **Tensões Mundiais**, v. 7, n. 13, p. 39-71, 2011.

KOLODY, Andressa; ROSA, Carla Buhner Salles; LUIZ, Danuta SC. Relações entre Estado e Sociedade CIVIL: reflexões sobre perspectivas democráticas. **Revista Aurora**, v. 4, n. 2, 2011.

KOSTA, Aníran Ykey Pereira Kafft. **A problemática do sistema de governo na Guiné-Bissau**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Coimbra. Coimbra: UC, 2016.

KUZIO, Taras. **Ukraine: State and nation building**. Abingdon: Routledge, 2002.

MACQUEEN, Norrie. Belated Decolonization and UN Politics against the Backdrop of the Cold War: Portugal, Britain, and Guinea-Bissau's Proclamation of Independence, 1973–1974. **Journal of Cold War Studies**, v. 8, n. 4, p. 29-56, 2006.

MALDONADO-TORRES, Nelson. On the coloniality of being: Contributions to the development of a concept. **Cultural studies**, v. 21, n. 2-3, p. 240-270, 2007.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**: 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. n-1 edições, 2016.

MIGNOLO, Walter D. Coloniality and globalization: a decolonial take. **Globalizations**, v. 18, n. 5, p. 720-737, 2021.

MIGNOLO, Walter D. Coloniality at large: Time and the colonial difference. In: **Enchantments of Modernity**. Routledge India, 2020. p. 67-95.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. Trad. de Marcos de Jesus Oliveira. **Epistemologias do Sul**, p. 12-32. 2017.

MIGNOLO, Walter D. Delinking: The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. **Cultural studies**, v. 21, n. 2-3, p. 449-514, 2007.

MIGUEL, Edward. Tribe or nation? Nation building and public goods in Kenya versus Tanzania. **World politics**, v. 56, n. 3, p. 327-362, 2004.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia. Salvador: Ufba, 2013.

MONTEIRO, Jorge Vianna. Governabilidade (I). **Revista de Administração Pública**, v. 42, p. 611-624, 2008.

MOORE, Thomas. **A Utopia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

MOURÃO, Daniele Ellery. Guiné-Bissau e Cabo Verde: identidades e nacionalidades em construção. **Pro-Posições**, v. 20, p. 83-101, 2009.

MUKWEDEYA, T. G. Nation building in Africa: Post-colonial experiences and lessons from Tanzania, Kenya, South Africa And Namibia. **Mandela Institute for Development Studies Youth Dialogue**, 2016.

NDLOVU, Morgan. Mobilising history for nation-building in South Africa: A decolonial perspective. **Yesterday and Today**, n. 9, p. 01-12, 2013.

NDLOVU-GATSHENI, Sabelo J. Decoloniality as the future of Africa. **History Compass**, v. 13, n. 10, p. 485-496, 2015.

OA, Cherry Gertzel. This issue of the Australasian Review of African Studies is dedicated to Cherry Gertzel OA (1928–2015) Former Editor of the Australasian Review of African. **Australasian Review of African Studies**, v. 36, n. 2, 2015.

O'REGAN, Davin; THOMPSON, Peter. **Promover a estabilidade e a reconciliação na Guiné-Bissau: lições do primeiro narco-Estado de África**. Washington: Relatório Especial do Centro de Estudos Estratégicos de África. 2013.

PARLAMENTO da Guiné-Bissau retira poderes ao Presidente da República. **Made For Minds**, 27.06.2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/parlamento-da-guin%C3%A9-bissau-retira-poderes-ao-presidente-da-rep%C3%ABblica/a-49380834>. Acesso em: 18 fev. 2022.

PATEL, Kamna. Race and a decolonial turn in development studies. **Third World Quarterly**, v. 41, n. 9, p. 1463-1475, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Contextualizaciones latinoamericanas**, v. 2, n. 5, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality and modernity/rationality. **Cultural studies**, v. 21, n. 2-3, p. 168-178, 2007.

QUIJANO, Aníbal *et al.* Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. **Marxismo Crítico**, 2000.

SAMPAIO, Madalena Mais de mil milhões de euros para a Guiné-Bissau na mesa redonda de Bruxelas. **Made For Minds**, 25.03.2015. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/mais-de-mil-milh%C3%B5es-de-euros-para-a-guin%C3%A9-bissau-na-mesa-redonda-de-bruxelas/a-18341843> Acesso em 06 jun. 2022.

SHAW, M.; GOMES, A. Breaking the Vicious Cycle: cocaine politics in Guinea-Bissau. **Global Initiative Against Transnational Organized Crime**. Geneva, Switzerland, 2020.

STEPHENSON, Carolyn. Nation Building. **Beyond Intractability**. Eds. Guy Burgess and Heidi Burgess. Conflict Information Consortium, University of Colorado, Boulder. Posted: January 2005. Disponível em: <<http://www.beyondintractability.org/essay/nation-building>> Acesso em 20.out.2022

SUCUMA, Arnaldo. Breve histórico sobre a construção do estado da Guiné-Bissau. **Cadernos de História UFPE**, v. 9, n. 9, 2017.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. Estado e sociedade civil em Cabo Verde e Guiné-Bissau: Djuntamon para novas relações. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 31, p. 115-141, 2016.

TORRES, Roberto Dutra. Governabilidade, governança e poder informal: um problema central de sociologia política. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 16, p. 153-171, 2016.

UNIÃO EUROPEIA. **Guiné-Bissau - Relatório Final**. Eleições Presidenciais e Legislativas 13 Abril 2014. União Europeia Missão de Observação Eleitoral. Disponível em: http://www.eods.eu/library/eucom-guineabissau-final-report_pt.pdf Acesso em: 18 mai. 2022

UNIOGBIS, **Livro Legado de UNIOGBIS**, 13 de dezembro 2020a, disponível em: <https://uniogbis.unmissions.org/pt/livro-legado-de-uniogbis> . Acessado em 03 de maio. 2022.

_____. **Developments in Guinea-Bissau and the activities of the United Nations Integrated Peacebuilding Office in Guinea Bissau**. S/2020/105. 6 de fevereiro de 2020b, disponível em: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/S_2020_105.pdf. Acesso em 21 de fev. de 2022.

_____. **Developments in Guinea-Bissau and the activities of the United Nations Integrated Peacebuilding Office in Guinea-Bissau**. S/2019/664. 19 de agosto de 2019, disponível em: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/S_2019_664.pdf. Acesso em 21 de fev. de 2022.

_____. **Developments in Guinea-Bissau and the activities of the United Nations Integrated Peacebuilding Office in Guinea-Bissau**. S/2018/771. 16 de agosto de 2018, disponível em: http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_2018_771.pdf Acesso em 21 de fev. de 2022.

_____. **Report of the Secretary-General on developments in Guinea-Bissau and the activities of the United Nations Integrated Peacebuilding Office in Guinea-Bissau**. S/2017/111. 7 de fevereiro de 2017, disponível em: http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_2017_111.pdf Acesso em 19 de fev. de 2022.

_____. **Report of the Secretary-General on developments in Guinea-Bissau and the activities of the United Nations Integrated Peacebuilding Office in Guinea-Bissau**. S/2016/141. 12 de fevereiro de 2016 disponível em: http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_2016_141.pdf Acesso em 19 de fev. de 2022.

_____. **Report of the Secretary General on the restoration of constitutional order in Guinea Bissau**. S/2014/332. 12 de maio de 2014, disponível em: https://uniogbis.unmissions.org/sites/default/files/s_2014_332_0.pdf Acesso em 19 de fev. de 2022.

UNION AFRICAINE. **African Union Election Observation Mission to the Second Round of the Presidential Election on 29 December 2019 in the Republic of Guinea Bissau.** 30 de December de 2019 https://au.int/sites/default/files/pressreleases/37934-pr-preliminary_statement_guinea_bissau_2019-_aueom-election_2_final.pdf Acesso em 19 de jun. de 2022.

_____. **Rapport de la Présidente de la Commission sur la Situation en Guinée-Bissau.** PSC/PR/2. (CDXLII). 17 de junho de 2014. Disponível em: <https://www.peaceau.org/uploads/cua-rapport-guiny-e-bissau-cps-17-06-2014.pdf> Acesso em 19 de mai. de 2022.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade:** Fundamentos da sociologia compreensiva. v. 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.